UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

PEDRO AUGUSTO BERTOLINI BEZERRA

A reprodução do espaço urbano na periferia da metrópole e o discurso da sustentabilidade como estratégia de valorização: uma análise crítica do projeto Parque Linear Ribeirão Perus

Versão Corrigida

São Paulo
2017

PEDRO AUGUSTO BERTOLINI BEZERRA

A reprodução do espaço urbano na periferia da metrópole e o discurso da sustentabilidade como estratégia de valorização: uma análise crítica do projeto Parque Linear Ribeirão Perus

Dissertação apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Isabel Aparecida Pinto Alvarez
De acordo

Versão Corrigida

São Paulo
2017

BEZERRA, Pedro Augusto Bertolini

A reprodução do espaço urbano na periferia da metrópole e o discurso da sustentabilidade como estratégia de valorização: uma análise crítica do projeto Parque Linear Ribeirão Perus

Dissertação apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre.

Aprovado em: 09 de Dezembro de 2016.

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Às minhas meninas do coração, Júlia e Gabriela.
Dedico também este trabalho à memória dos meus avós, Gentil e Assunta, que
ensinaram que a luta cotidiana se vence com simplicidade e amor.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer sinceramente a todos aqueles que de alguma maneira estiveram ao meu lado durante o período de elaboração desse trabalho, e que em meio as turbulências da vida, me fizeram continuar.

À minha mãe Maria Helena, pelo amor e apoio imprescindível em todos os momentos (revisões, debates, desilusões políticas, reflexões psicológicas, etc). Ao meu pai Márcio, grande exemplo em minha vida, carinhoso, dedicado e sempre disponível quando preciso. Ambos me ensinaram que vale a pena acreditar no impossível.

À Profa. Dra. Isabel Alvarez, que com rigor teórico, atenção e cuidado, me orientou nesta pesquisa e proporcionou momentos de intenso aprendizado.

A todos os professores e professoras que participaram de minha formação desde a graduação. Às professoras Maria Margarida e Léa Francesconi, do grupo de estudos sobre a obra de Lefebvre, com grande admiração do amplo conhecimento e simplicidade.

Agradeço em especial as professoras Simone Scifoni e Glória da Anunciação Alves, do Departamento de Geografia da USP, pelas importantes colaborações na banca de qualificação.

Ao meu compadre Alexandre que trilhou o mesmo caminho no mestrado e sempre esteve ao nosso lado.

À Talita, comadre e prima, meu imenso agradecimento pela ajuda na tradução e principalmente estar sempre carinhosamente presente.

À minha mana Regina pelo carinho que sempre demonstrou. Atenta a tudo e a todos.

À toda minha família, tios, tias, primos e primas. Nossa essência se faz conjuntamente, entre abraços e partidas, guerras e paz, mas apenas a união pode ajudar a tapar o grande vazio que sentimos.

Ao Mário e a Regina pela grande ajuda, inclusive em trabalhos de campo, além de serem exemplos de empenho por um mundo mais justo.

À Fátima, mulher forte, que apesar de tudo, ajudou muito a propiciar momentos livres para estudar e escrever.

Aos companheiros de trabalho da EMEF Ernani Silva Bruno, nas figuras do Tico e da Solange, que possibilitaram uma liberdade pouco presente em nosso meio para que pudesse findar esse período de estudos.

Por fim, agradeço imensamente a minha companheira Gabriela por possibilitar que esse trabalho fosse concluído. Isso só foi possível devido ao seu companheirismo em todos os momentos, dos mais difíceis aos mais divertidos, e acreditar sempre que conseguiria chegar ao fim.

RESUMO

BEZERRA, Pedro Augusto Bertolini. **A reprodução do espaço urbano na periferia da metrópole e o discurso da sustentabilidade como estratégia de valorização: uma análise crítica do projeto Parque Linear Ribeirão Perus.** 2016. 140 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Esta pesquisa tem como objetivo investigar os desdobramentos da implantação de um parque linear no distrito de Perus, periferia da cidade de São Paulo. A proposta apresentada em 2008 pela Prefeitura Municipal de São Paulo, objetiva remodelar a área do entorno do ribeirão que corta o distrito, em grande parte urbanizada, e transformá-lo em um parque com características sustentáveis de recuperação da vegetação das áreas de várzea, melhoria da qualidade das águas do ribeirão, redução nas enchentes além da criação de áreas de lazer para a população. Entretanto, a proposta fora muito criticada por parte da população e por movimentos sociais, que reivindicavam maior participação nas discussões sobre a proposta de implantação do parque, além de criticarem com veemência as remoções necessárias. O discurso da sustentabilidade acaba por consolidar tais projetos como sendo necessários para o futuro das próximas gerações, atribuindo um peso maior a essas ações. Desta maneira, caminhamos no sentido de compreender como esse projeto pode interferir na vida dos moradores da localidade, entendendo-o como parte do urbanismo contemporâneo, portanto, como uma ação do Estado sobre o espaço, que o concebe sem levar em conta os conteúdos e práticas sociais, produzindo uma periferia em fragmentos passível de se integrarem mais intensamente a lógica da valorização em momentos específicos de reprodução crítica do capital. Para tanto, situamos esse debate no âmbito de uma crítica radical ao processo de produção do espaço urbano nos termos de Henri Lefebvre e toda corrente do pensamento geográfico que passou a se apropriar de tais aparatos teórico-metodológicos. Iniciamos a reflexão compreendendo Perus enquanto um fragmento da periferia formada a partir do processo de metropolização da cidade de São Paulo. Em seguida, discutimos as ações do Estado por meio dos planos e projetos existentes tanto na escala do município quanto na escala local (Plano Diretor Estratégico, Plano Regional e Plano de Bairro), associando ao discurso da sustentabilidade que passa a se firmar institucionalmente enquanto ideologia de

desenvolvimento. No momento seguinte, examinamos o projeto do Parque Linear Ribeirão Perus e suas consequências a população local e por fim os movimentos de resistência e a perspectiva de reflexão a prática urbana. Esse percurso foi construído a partir de levantamento bibliográfico e leitura sobre o tema proposto, além de incursões a campo, onde foram realizadas entrevistas e participações em debates, oficinas e eventos; também foram realizadas análises a documentos e leis relativos ao processo de planejamento da área analisada. Desta maneira, a possibilidade de implantação deste parque - associado a perspectiva de raridade que a natureza assume nas grandes cidades nos últimos anos – o transforma em um elemento de valorização frente a essa economia financeirizada, e aprofunda a segregação socioespacial existente. Sendo assim, este trabalho propõe aprofundar o debate sobre a urbanização no atual momento de reprodução do capital, dando ênfase em três aspectos: o papel do urbanismo por meio do parque linear; o discurso do desenvolvimento sustentável como estratégia; e as resistências como movimento de repensar a vida urbana e sua prática.

Palavras-chave: Produção do espaço urbano. Urbanismo. Desenvolvimento sustentável. Parque Linear Ribeirão Perus. Resistência.

ABSTRACT

BEZERRA, Pedro Augusto Bertolini. **The reproduction of the urban space on periphery of the metropolis and the discourse of sustainability as value recovery: a critical analysis of the Parque Linear Ribeirão Perus project.** 2016. 140 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

This study aims at investigating the consequences of the project of implantation of a linear park in Perus district, outskirts of Sao Paulo. The proposal submitted in 2008 by the Municipality of São Paulo, aims to reshape the stream surrounding the area that cuts the district, largely urbanized, and turning it into a park with sustainable recovery of the features of vegetation in the cultivated plain areas, the improvement of the quality of the stream water, *reduce* the impact from *flooding* and the establishment of recreational areas for the population. However, the proposal was widely criticized by the population and by social movements that demanded greater participation in discussions on the implementation of this proposal, besides that, they strongly criticized the necessary removals. The discourse of sustainability ultimately has consolidated such projects as necessary for the future of next generations, giving greater value to these actions. In this way, we have been progressing in order to understand how this project can interfere in the lives of local residents, understanding it as part of the contemporary urban planning, therefore, as a State action on the space, which is being designed without taking into account the content and social practices, producing a periphery in fragments that will be hardly integrated to the logic of value at specific times of critical reproduction of capital. To this end, we place this debate in the context of a radical critique of the urban space production process based on Henri Lefebvre and all current geographical thought that came to make suitable such theoretical and methodological apparatus. We started the reflection looking at Perus as a fragment of the periphery built from the metropolis development. Then we discussed the actions of the State through the existing plans and projects at both levels city and locally (Director Strategic Planning, Regional Planning and Neighborhood Planning), associating the discourse of sustainability that is going to be institutionally established as an ideology of development. At a later time, we explored the project called Perus Linear urban park (*Parque Linear Ribeirão*

Perus) and its consequences to the local population and finally the resistance movements and the prospect of reflection towards the urban practice. This study was built from existing literature and readings about the theme, as well as site visits where interviews were held, participation in debates, workshops and events; There were also analyzes of documents and laws related to the local area planning process. Thus, the possibility of implementing this park - associated with the recent years' prospection of nature scarcity in the big cities - makes it a valuable element against this financialized economy and deepens the existing socio-spatial segregation. That said, this paper proposes to deepen the debate on the *urban* process under *capitalism*, a framework of three aspects: the role of urban planning through the linear park; the discourse of sustainable development as a strategy; and resistance as a movement to rethink the urban life and practice.

Keywords: The production of urban space. Urbanism. Sustainable development. Perus linear urban park. Resistance.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Perus - Localização.....	40
Mapa 2: Macrozoneamento – Perus.....	85
Mapa 3: Zoneamento – Perus.....	86
Mapa 4: Área projetada para o parque linear ribeirão Perus.....	93
Mapa 5: Projeto do Parque Linear Ribeirão Perus por núcleos.....	94
Mapa 6: Mapa das remoções.....	107

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Taxa de homicídios por 100 mil habitantes. Município de São Paulo, região e distritos de Perus e Anhanguera (2000, 2004, 2010 e 2013).....	41
Gráfico 2: Empregos formais por habitante, 2000 e 2010 (exclui administração pública)	42
Gráfico 3: Condições de inadequação domiciliar (2000 e 2010).....	42
Gráfico 4: Moradores em situação de risco, (2010).....	43
Gráfico 5: Participação de domicílios em favelas, (2000 e 2010).....	43
Gráfico 6: Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, por subprefeituras de São Paulo, (2010).....	44
Gráfico 7: Índice de Desenvolvimento Humano por referencial, São Paulo, (2000 e 2010).....	44

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Núcleo Reserva.....	95
Imagem 2: Ribeirão Perus.....	96
Imagem 3: Rodoanel Mário Covas.....	97
Imagem 4: Galpões a margem do Ribeirão Perus.....	98
Imagem 5: Pequena chácara.....	99
Imagem 6: Bairro Recanto dos Humildes e linha férrea da CPTM.....	100
Imagem 7: Início do Núcleo Areião.....	101
Imagem 8: Residências no Núcleo Areião.....	102
Imagem 9: Residências no Núcleo Girassol.....	103
Imagem 10: Casas a beira do Ribeirão Perus.....	103
Imagem 11: Ribeirão Perus margeando o CEU.....	104
Imagem 12: Residências no Núcleo Centro.....	105

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Destino dos recursos obtidos pelos Créditos de Carbono – Aterro Bandeirantes.....	114
---	-----

LISTA DE SIGLAS

CBCPP	Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus
CEB	Comunidade Eclesiais de Base
CEAGESP	Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo
CEI	Centro de Educação Infantil
CEU	Centro de educação Unificado
CMMAD	Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento
CNUMAD	Conferência Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento
CONDEPHAAT	Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico
CONPRES	Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo
CPTM	Companhia Paulista de Trens Metropolitanos
EMEF	Escola Municipal de Ensino Fundamental
EMEI	Escola Municipal de Educação Infantil
FAU	Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
FFLCH	Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
FUPAM	Fundação para a Pesquisa Ambiental
IBGE	Instituto Brasileiro de geografia e Estatística
IAV	Índice de área Verde por Habitante
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
LUOS	Lei de Uso e Ocupação do Solo
MDL	Mecanismo de Desenvolvimento Limpo
NEP	Núcleo de Estudos da Paisagem
ONU	Organização das Nações Unidas
OMS	Organização Mundial da Saúde
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
TICPIC	Território de Interesse da Cultura e da Paisagem
UAM	Unidade Ambiental de Moradia
ULC	Universidade Livre Colaborativa
UNICAMP	Universidade de Campinas
USP	Universidade de São Paulo
ZEPAM	Zona Especial de Proteção Ambiental
ZEIS	Zonas Especiais de Interesse Social
ZEU	Zona Eixo de Estruturação da Transformação Urbana
Zma	Zona Mista Ambiental
ZMISa	Zona Mista de Interesse Social Ambiental
ZPI	Zona Predominantemente Industrial

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
2. A PRODUÇÃO DA METRÓPOLE EM SÃO PAULO E A FORMAÇÃO DE PERUS COMO UM FRAGMENTO DA PERIFERIA.	20
2.1. TERRITÓRIO RESERVA: A PERIFERIA COMO ESPAÇO DE ACUMULAÇÃO – O CASO DE PERUS.....	39
3. O URBANISMO E A SUSTENTABILIDADE COMO ESTRATÉGIA PARA A PRODUÇÃO DO ESPAÇO.	53
3.1. A SUSTENTABILIDADE COMO ESTRATÉGIA PARA AS POLÍTICAS DE ESPAÇO.....	59
3.2. AS POLÍTICAS DE ESPAÇO PREVISTAS PARA PERUS.....	77
4. O PARQUE LINEAR RIBEIRÃO PERUS: DO LIXO COMO ELEMENTO DE DEGRADAÇÃO AO PARQUE COMO ELEMENTO DE VALORIZAÇÃO.....	92
5. A RESISTÊNCIA SOCIAL E A BUSCA DE NOVAS PRÁTICAS ESPACIAIS.	119
6. CONSIDERAÇÕES.....	132
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS	137

1. INTRODUÇÃO

O trabalho que ora se apresenta partiu de inquietações e questionamentos relativos à urbanização no mundo contemporâneo, especialmente no que diz respeito ao papel do urbanismo assentado no discurso da sustentabilidade, revelando assim os conflitos, interesses e estratégias existentes nos diferentes níveis de atuação principalmente por parte do estado. Para realizar tal discussão, concentramos atenção na implementação de um projeto de Parque Linear localizado no distrito de Perus, periferia da cidade de São Paulo.

Desde o ano de 2008 está em andamento uma proposta, encabeçada pela Prefeitura Municipal de São Paulo, de implantação de um parque linear em Perus que objetiva remodelar a área do entorno do ribeirão que corta o distrito, em grande parte urbanizado, e transformá-lo, segundo a proposta, em um parque com características sustentáveis, por meio da recuperação da vegetação das áreas de várzea, melhoria da qualidade das águas do ribeirão, redução nas enchentes, além da criação de áreas de lazer para a população.

Entretanto, o projeto apresentado trouxe uma grande discussão entre os moradores e os movimentos sociais de Perus, pois apesar dos fatores positivos que diz proporcionar, sua efetivação só se realizará mediante desapropriações de famílias que habitam o lugar. Nesse contexto, alguns moradores envolvidos com a questão da moradia, os próprios moradores da área envolvida e movimento sociais de diversas frentes se colocaram contra a construção do parque, alegando falta de diálogo e problemas com relação a sua implantação. Em contrapartida, textos de planejamentos como o Plano Regional Estratégico e o Plano de Bairro relativos a essa área da cidade, já subsidiavam a sua concretização.

Mediante as circunstâncias apresentadas, algumas questões fomentaram a efetivação da pesquisa: como a implantação de um parque linear em uma área urbana consolidada pode afetar os moradores da localidade? Até que ponto essas políticas incidem sobre os reais interesses e necessidades da população? Haverá processos de desapropriação, ou melhor, quem será desapropriado? Quem realizou o projeto? Quem financiou o projeto? Quais as implicações do discurso ambiental para a realização do projeto? Houve alguma participação da população local na elaboração do projeto? Houve alguma discussão prévia para apresentação do

projeto para a população? Existem resistências por parte da população?

Levando em conta as especificidades da criação deste parque, que se relaciona à recursos obtidos com a venda de créditos de carbono, buscamos entendê-lo como parte do urbanismo contemporâneo, portanto, como uma ação do Estado - amparado pelo capital financeiro - sobre o espaço, que o concebe sem levar em conta os conteúdos e práticas sociais. Assim, evidencia-se um processo em que fragmentos da periferia são incorporados a processos mais intensivos de valorização do espaço.

A pesquisa orientou-se por uma abordagem teórico-metodológica do pensamento geográfico, que se preocupa com questões relacionadas a cidade e ao urbano a partir de uma perspectiva crítica. Desta maneira parte-se da crítica da economia política elaborada por Karl Marx, para se compreender a produção do espaço como parte integrante da reprodução do capital, movimento este também apontado nas obras de Henri Lefebvre.

A noção de produção do espaço para o filósofo francês Henri Lefebvre desenvolve-se a partir da compreensão da noção de modo de produção, ou seja, o espaço é considerado parte da produção social que constitui, ao longo da história, a humanidade do homem.

O modo de produção organiza, ao mesmo tempo em que certas relações sociais, seu espaço (e seu tempo). É assim que ele se realiza, posto que o modo de produção projeta sobre o terreno estas relações, sem, todavia deixar de considerar o que reage sobre ele. Certamente, não existiria uma correspondência exata, assinalada antes entre relações sociais e as relações espaciais (ou espaço-temporais). A sociedade nova se apropria do espaço preexistente, modelado anteriormente; a organização anterior se desintegra e o modo de produção integra os resultados (LEFEBVRE. A produção do espaço. Prefácio).

Assim, para Lefebvre (2000, 2008), o espaço deve ser entendido como um produto histórico e social, em que os conteúdos da sua produção são aqueles que dizem respeito ao modo como a sociedade se organiza em determinado momento histórico.

No capitalismo, a produção do espaço se coloca como um momento da reprodução do capital a partir de um processo de valorização em que o próprio espaço se torna mercadoria, visando a acumulação em um estágio superior. Para

Lefebvre trata-se da implosão da cidade histórica e da generalização da urbanização.

A hipótese levantada por Lefebvre é a da constituição da sociedade urbana, porém, para o autor, o urbano (abreviação de sociedade urbana) define-se não como realidade acabada, situada, em relação à realidade atual, de maneira recuada no tempo, mas, ao contrário, como horizonte, como virtualidade iluminadora. O urbano é o possível, definido por uma direção, no fim do percurso que vai em direção a ele (LEFEBVRE, 2008, p.26).

Desta maneira, traça-se um caminho teórico para compreensão do processo de urbanização da cidade de São Paulo, se concretizando a partir da industrialização da cidade que a produziu enquanto metrópole, em um momento seguinte da economia predominantemente financeirizada. Nossa hipótese é a de que a implantação do Parque Linear em Perus revela este movimento de produção da periferia e incorporação de fragmentos a processos de valorização do espaço.

Mas cabe a indagação: quais pressupostos passam a definir o espaço produzido? Apesar de seguir as determinações econômicas, as contradições na constituição do tecido social empregam uma ampla disputa de interesses. O Estado, que representa a sociedade (ideologicamente), passa a implementar as estratégias da elite. Na cidade, esse Estado guia a produção do espaço por intermédio do urbanismo.

Esta pesquisa busca identificar e analisar os interesses não evidenciados na produção do espaço urbano, guiado pelos instrumentos de planejamento. A partir de uma incursão direta a área estudada, buscou-se os nexos, tanto no plano do vivido (junto a população residente) como no plano do concebido (visto em projetos como o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, o Plano Regional Estratégico e o Plano de Bairro), que revelam, a partir da proposta do parque, a produção contraditória do espaço urbano.

Para isso a participação em eventos ligados tanto aos movimentos sociais, como aos institucionais, que pensavam e debatiam as políticas públicas sobre a área foi fundamental, uma vez que trouxe para o debate diversos atores e seus argumentos. Essa incursão ao objeto de trabalho possibilitou uma coleta de material fundamental para concretização do trabalho.

Para entender esses diferentes discursos como uma mediação importante para a efetivação das políticas de espaço, buscou-se compreender o seu lugar na reprodução social atual. Pois, afinal, por que, e, em qual momento, as políticas de

espaço são formuladas para proteger o meio ambiente? É possível resgatar características naturais já transformadas pelo processo de urbanização? Qual é o significado deste processo?

Pretendemos com nosso trabalho, ampliar o debate sobre as formas de intervenção do poder público na produção do espaço urbano na contemporaneidade, buscando compreender as estratégias e os agentes hegemônicos, bem como enunciar a importância das ações coletivas perpetradas pela comunidade local, como forma de resistência. Como sabemos, há uma complexa trama de poderes e interesses políticos e econômicos que guiam as ações governamentais, fazendo com que as desigualdades existentes entre os grupos sociais sejam escancaradas e os interesses da população e as suas mais básicas necessidades sejam negligenciadas, privilegiando aqueles que detêm o poder econômico.

Apesar desta pesquisa partir de um recorte espacial particular, busca-se alcançar a universalidade do processo de produção do espaço. Por meio de um esforço de método, procuraremos não autonomizar o objeto que se pretende estudar, mas envidar esforços na direção de uma noção de totalidade, por meio de uma análise teórica e prática.

Henri Lefebvre (2008) aponta que o processo de urbanização deve ser pensado a partir de níveis de análise que permitam avançar na direção da totalidade. Tal procedimento teórico metodológico contribui para a compreensão do processo de urbanização das cidades, por considerar a reprodução da sociedade capitalista em escala mundial, contemplando a especialização das atividades sociais.

Para Ana Fani Alessandri Carlos (2011),

O espaço compreendido como movimento e processo que se realiza como condição, meio e produto da reprodução da sociedade permite desvendar também os níveis da realidade e as escalas imbricadas, capazes de fornecer uma compreensão das tensões que explodem em conflitos no plano da vida cotidiana (p. 74).

Iremos nos debruçar sobre a esfera político para de modo a atingir com nossa reflexão a esfera social, esmiuçando as estratégias utilizadas pelo Estado para se alcançar objetivos relacionados à esfera econômica, tendo nesta última o meio pelo qual esses níveis se relacionam.

Nesse contexto de produção do espaço urbano a partir de uma

intencionalidade estabelecida pelo poder estatal junto ao poder econômico, é preciso perceber as armadilhas existentes, porém invisibilizadas pelo movimento do capital. Elas apontam para uma prática redutora e parcial a partir da planificação do espaço, fazendo desaparecer as particularidades existentes face às exigências de reprodução do capital (LEFEBVRE, 2008).

Contudo, como salienta Ana Fani Alessandri Carlos (2011) o nível social se destaca frente aos outros níveis, vista que ele se revela como modo de apropriação do espaço para a reprodução da vida em todas as suas dimensões. É nesse nível que as contradições se manifestam e se instaura o conflito entre os distintos interesses existentes.

Para os que controlam o Estado, a esfera política é o nível máximo das decisões e ações, além disso, possui uma forte tendência em determinar os demais níveis pelo saber (ideologia) por meio da violência. Sua prática caminha no sentido de elevar a sua lógica às demais esferas, por intermédio de uma forte ideologização que pode ser vista por meio do controle do território e políticas de gestão e de planejamento.

Para Harvey (2001), o Estado moderno se organiza como resposta a uma necessidade de mediação do conflito produzido por esta contradição, em que são contrapostos diferentes interesses, o individual e o comum, aos demais membros que compõem o conjunto social.

Desta maneira, queremos chamar atenção para os conflitos entre a ação estratégica do Estado e o cotidiano da população, incluindo as insurgências existentes. Tais insurgências podem ser verificadas nas organizações populares, em movimentos sociais ou em qualquer ação por parte da população que quebre a racionalidade estabelecida.

Nesse sentido, o processo de reprodução do espaço urbano não ocorre sem uma aliança intrínseca entre os interesses do Estado e de uma elite que detém o poder econômico, que pode também ter uma grande inserção no poder político, aliás, muitas vezes são os mesmos sujeitos. Essa relação é extremamente complexa e contraditória, pois ainda assim, existem interesses conflitantes entre as estratégias utilizadas para a manutenção do poder interno e externo ditando as ações a serem seguidas.

O Estado, de fato, passa a ser mais um mediador para a reprodução do capital e a valorização do espaço, utilizando como meio de ação o urbanismo por

meio dos planos e projetos.

Nesse movimento contraditório entre as ações do Estado, os interesses econômicos e os anseios da população, a força da ideologia se revela no sentido de assegurar alguns interesses. Nas últimas décadas, diante de barreiras objetivas colocadas pela exploração extensiva e intensiva dos recursos naturais, emergiu um discurso que contém diferentes matizes, mas que apregoa uma suposta preservação e conservação da natureza, para que as próximas gerações possam utilizar-se dela. Este discurso, aqui genericamente chamado de ambiental, vem permeando políticas em diferentes níveis, desde acordos entre países, até políticas públicas urbanas. Neste contexto é que os parques se tornam objetos de grande importância no planejamento urbano e para a população que clama por lugares de recreação em uma cidade como São Paulo, que possui uma densidade de edificações e vias muito grandes e pequenas de arborização e parques, que se encontram desigualmente distribuídas pelo território.

O município de São Paulo, segundo dados do IBGE, apresenta uma área total de 1.521,110 km², com uma população estimada em mais de 11 milhões de habitantes. A distribuição de áreas verdes no município é muito desigual, pois concentra estas áreas na região das represas ao sul da cidade e ao norte nas proximidades da Serra da Cantareira.

Para Arlete Moisés Rodrigues (2005), há um processo de transformação da natureza – apreendida em suas diferentes concepções como meio ambiente e paisagem - em mercadoria. A natureza vista como raridade, ou seja, algo que pouco presente nas grandes cidades, passa a ser um elemento de valorização e alcança um patamar importante frente a economia financeirizada.

Partimos então da hipótese que o parque linear, enquanto uma política voltada para organização do espaço e assentada no discurso da sustentabilidade, aprofunda a segregação sócio espacial, uma vez que parte da população - os mais pobres - é deslocada para lugares cada vez mais longe, sem acesso aos centros urbanos e sem estrutura, por meio de remoções que podem estar diretamente ligadas ao projeto do parque, ou pelo processo decorrente processo de valorização espacial que dificulta a permanência da população naquele lugar, ou seja, o parque pode revelar a inserção de processos de valorização do espaço em fragmentos da periferia, que se concentra, em geral, em áreas centrais.

Assim, este trabalho poderá contribuir para o debate no que se refere às

contradições existentes no movimento de produção do espaço urbano e de transformação da cidade, com ênfase em três aspectos: as políticas públicas de intervenção por meio de parques lineares; o discurso ambiental do desenvolvimento sustentável como estratégia de poder por parte do Estado; as resistências na produção do espaço urbano, especificamente quanto às implicações da construção do Parque Linear do ponto de vista social junto a população de Perus.

2. A PRODUÇÃO DA METRÓPOLE EM SÃO PAULO E A FORMAÇÃO DE PERUS COMO UM FRAGMENTO DA PERIFERIA.

Para compreender a instalação de um parque linear em Perus, que assume no plano político um discurso que visa a reconstituição das características ambientais perdidas ao longo do processo de urbanização, consideramos a necessidade de recorrer ao processo de produção do espaço urbano em São Paulo, desde a industrialização até a sua consolidação como metrópole, e entender como nesse momento da história, tais políticas públicas se inserem na periferia da cidade, nesse caso em Perus.

É na década de 1950 que a Cidade de São Paulo adquire suas principais características e forma metropolitana, nos dizeres de Seabra (2004), “quando foi ficando imersa em um processo de implosão-explosão¹ para as periferias (p.271). Essa expansão do processo de urbanização da cidade foi induzida principalmente pelo forte crescimento industrial, que atraiu um enorme fluxo migratório para cidade e a transformou nesse enorme aglomerado urbano amplamente disperso e segregador.

Essa formatação da cidade de São Paulo, muito arraigada em uma relação contraditória e desigual entre o centro e a periferia, direciona a análise para o entendimento da cidade a partir da produção do urbano, entendido aqui como parte de um movimento histórico impulsionado pela consolidação da cidade moderna.

O urbano (abreviação de sociedade urbana) define-se, portanto, não como realidade acabada, situada, em relação à realidade atual, de maneira recuada no tempo, mas, ao contrário, como horizonte, como virtualidade iluminadora. O urbano é o possível, definido por uma direção, no fim do percurso que vai em direção a ele (LEFEBVRE, 2008, p.26).

As cidades abrigam na atualidade a maior parte da população mundial, e o urbano se instaurou de tal maneira que chegou a todos os lugares, ultrapassando

¹ Para Lefebvre (2008) esse movimento de constituição da cidade moderna faz com que o fenômeno urbano se estenda sobre grande parte do território (explosão), formando as periferias, suprimindo os resquícios da antiga cidade (implosão).

inclusive os limites da própria cidade. Nessa perspectiva, o urbano se impõe como modo de vida que se reproduz material e imaterialmente, por intermédio da reprodução das relações sociais de produção² (Lefebvre, 1973), moldando esta realidade de extrema complexidade, com todas as contradições típicas do sistema econômico em que está inserido. Sua lógica vai moldando as atitudes, as práticas sociais e adentra inclusive nos desejos humanos, é a instauração de um cotidiano que, na verdade, busca a integração dos circuitos monetários na busca da reprodução ampliada do capital.

Isto implica, dentre outros fatores, no processo intenso de modernização que a cidade foi sofrendo no seu desenvolvimento histórico. Cabe aqui ressaltar que entendemos, assim como Seabra (2003), que modernização se refere às atualizações das estruturas materiais relativas à produção e ao consumo, porém nos importa saber de fato como o progresso técnico se insere na produção social do espaço, para viabilizar o processo de acumulação.

Nas palavras da autora,

Modernização como conceito, hoje, expressa as circunstâncias pelas quais o progresso técnico articula certos níveis e momentos da vida social. Trata-se de um processo que repõe sem cessar a questão do velho e do novo, do desencontro entre as relações sociais de produção e as forças produtivas. Modernidade é uma designação mais genérica, refere-se ao processo inteiro (SEABRA, 2003, p.8).

² Para o autor, realizar uma análise crítica do capitalismo em seu desenvolvimento pressupõe resgatar as condições de produção tendo em vista reprodução do capital, abrangendo toda sua complexidade. Entendido a partir da análise marxista do modo de produção, as relações (sociais) de produção devem superar as condições materiais da produção capitalista, compreendendo as relações sociais como fundamento dialético de sua reprodução. Para Lefebvre (1973), “todo crescimento econômico pressupõe, portanto, simultaneamente, a reprodução alargada da força de trabalho e da maquinaria, em outras palavras, do capital constante (fixo, investido) e do capital variado (salários), segundo as proporções analisadas por Marx; para o autor de O Capital, o capitalismo não as realiza sem períodos críticos, em que se defrontam as auto regulações espontâneas (médias sociais) e os conflitos, ao contrário, são as crises econômicas” (p. 49) os dispositivos para que isso aconteça. Nessa perspectiva, a análise marxista irá incidir principalmente sobre os efeitos cumulativos e sobre as condições objetivas e subjetivas da acumulação, e como tais processos cumulativos designam uma prática social, ou seja, um “crescimento contínuo da capacidade das sociedades modernas para dominar a natureza”. Para Marx, a reprodução não está restrita a circulação de bens e dinheiro, uma vez que o motivo pelo qual o processo não se interrompe, é a reprodução de suas próprias condições, que não são apenas a reprodução dos meios de produção (que teriam um fim inerente ao próprio modo de produção) mas da reprodução das relações sociais.

O período em que essas mudanças são observadas (neste caso observadas pela transformação da cidade), é caracterizado pela intensidade das transformações em todos os âmbitos da vida. Porém, cabe salientar que modernizar não é sinônimo de desenvolvimento, a exemplo dos países e cidades subdesenvolvidas, onde há em determinado período da história houve um amplo processo de modernização que não eliminou as desigualdades existentes, ao contrário, se verificou um aprofundamento da segregação vivida pela população mais pobre.

A cidade moderna como totalidade, deve ser entendida a partir da objetivação de processos ligados à industrialização, à difusão do dinheiro, à economia de trocas. Desta maneira, a urbanização inserida nesta lógica seguirá alguns condicionantes para configuração da cidade. Tomamos como pressuposto que a urbanização e a cidade são frutos de um processo histórico e adquirem as características de seu tempo.

A urbanização induzida pela industrialização, que se intensificou no decorrer do século XX, produziu a cidade a partir do aparato técnico e científico vigente, visando uma melhor eficiência da produção industrial para a obtenção do lucro. Criou-se, assim, uma cidade baseada em uma centralidade, que é estritamente econômica, porém, contraditoriamente, consolidou o surgimento de um entorno economicamente frágil que abriga, além de resquícios de outros tempos, a mão de obra que em massa passa a chegar à cidade em busca de emprego.

Com a grande indústria, e por ela, foram mobilizados todos os recursos e meios preexistentes do solo, do subsolo, dos homens com seus conhecimentos, seus saberes e suas artes, num movimento destinado a reunir, acumulando, aquilo que estava disperso para produzir bens, leis, homens, saberes, produtos e coisas, dentre os quais, o próprio trabalho permaneceu sendo essencial (SEABRA, 2003, p. 12).

A cidade associa-se, desta maneira, a ideia de moderno. Ela vai se caracterizando por apresentar uma estrutura espacial apropriada ao contexto em que é produzida, nesse caso, baseada no modo de produção capitalista que se oriente por certa divisão técnica e social do trabalho, entregue a forças do mercado, da propriedade e a concorrência entre os produtores industriais pelo acesso a mão-de-obra, materiais e infraestrutura.

Como salienta Seabra (2003) em seu trabalho de Livre Docência: “nossa expectativa é a de poder vislumbrar o vir a ser de uma urbanização dilacerante, segregadora, violenta, autoritária, discriminatória e, além do mais, rentista” (p. 7).

Desta maneira, o processo de industrialização da cidade de São Paulo é um importante sinalizador dessa dinâmica. O desenvolvimento industrial em São Paulo se deu de forma concentrada, impulsionando ainda mais seu crescimento e a concentração de capitais.

A importância de São Paulo para industrialização brasileira é fundamental, uma vez que o estado passa a ser o principal centro da economia cafeeira. Sobre a industrialização brasileira, o sociólogo José de Souza Martins (2004) pontua:

Os principais grupos econômicos, os que se tornaram grandes depois, surgiram no último quarto do século XIX. E praticamente todos eles nasceram para substituir a produção artesanal e doméstica ou a produção em pequena escala disseminadas por um grande número de pequenos estabelecimentos tanto na capital como no interior. Aliás, a indústria em São Paulo nasceu distribuída por quase todos os municípios da província. Só depois do “Encilhamento” é que passou a concentrar-se na capital e nuns poucos municípios importantes do interior, o que completou um processo iniciado com a expansão das ferrovias. Nasceram, portanto, para substituir a pequena produção intersticial e não para substituir importações (MARTINS, 2004, p. 106).

Nota-se que Martins questiona a constatação de que a industrialização no Brasil surge para substituir importações tendo em vista a crise econômica que quebrou a economia do café em 1929.

A gênese da indústria brasileira não deve ser buscada nas oscilações da economia do café, na alternância de períodos de crise e falta de crise. Na verdade, o aparecimento da indústria está vinculado a um complexo de relações e produtos que não pode ser reduzido ao binômio café-indústria.

Nesse momento destaca-se uma cidade que concentrava atividades econômicas e comerciais, envolvida e rodeada por paupérrimos núcleos, de população simples caipira onde se destacava uma economia de subsistência, como bem salientou Jurgen Langenbuch em seu trabalho “A estruturação da grande São Paulo – estudo de geografia urbana” (1971).

A urbanização, desde o final do século XIX e ao longo das primeiras décadas do século XX, foi se dando de maneira a preencher vazios existentes, inclusive em áreas de pouca viabilidade habitacional, por representar risco, como, por exemplo, as várzeas dos rios que cortam a cidade. Ao mesmo tempo, junto a algumas estações ferroviárias, ocorre um adensamento da população. Para Langenbuch (1971), a “suburbanização”³ verificada é um fator lógico do crescimento industrial, em que junto com o centro desenvolvido surge ao seu redor um cinturão de ocupações como alternativa aos que, de certa forma, se encontram a margem do processo de urbanização.

Cabe salientar que a propriedade das terras que compreendiam a cidade e seus subúrbios, esteve concentrada nas mãos dos grupos econômicos citados anteriormente, grupos esses que mantiveram os investimentos estruturais e econômicos da cidade, implicando um amplo processo de especulação vivida pela cidade nesse momento. Como salienta Amélia Damiani (2004),

A propriedade da terra urbana ou potencialmente urbana, disposta na periferia do núcleo arruado, esteve concentrado nas mãos desses mesmos empresários. Esses investidores mantêm um corpo de investimentos, que envolve também: ferrovias, instituições bancárias, indústria, produção agrícola para exportação – de cana de açúcar e café – empréstimos a juros, a introdução de imigrantes e outros (p.).

Mais tarde, depois da 2ª Guerra Mundial, sobretudo entre as décadas de 1960 - 1970, momento de intensa mobilidade da força de trabalho que passa a chegar a cidade, a especulação imobiliária centrada na capitalização da posse da terra (solo urbano), expulsou grande parte da população funcionalmente urbana para fora dos limites da cidade, alocando-a para além dos limites do tecido urbano, muitas vezes nas proximidades industrializadas junto às ferrovias, configurando, então, a gênese do o que hoje chamamos de periferias, com uma conotação urbana em que as diferenças sócio espaciais se explicitam.

³ Langenbuch (1971) especifica esse processo histórico de suburbanização principalmente ligado à ferrovia (subúrbio – estação) e a industrialização (subúrbio – industrial), como diferentes momentos de formação da metrópole. A partir da consolidação do aspecto industrial da cidade e sua metamorfose metropolitana, Langenbuch (1981) desenvolve o conceito de periferia a partir de uma forte conotação social e econômica, não apenas por sua localização.

Para Lúcio Kovarick (1980), o processo de industrialização do Brasil - um país capitalista da periferia-, baseou-se na intensa exploração da força de trabalho e nos baixos salários, que, associados a ausência de políticas habitacionais e as estratégias de especulação dos grandes proprietários do solo urbano (nem sempre legais), produziram o que conhecemos como periferia. O autor trabalha com o conceito de “espoliação urbana”, momento em que a exploração do trabalho se sobrepõe às condições básicas de vida do trabalhador, o expropriando da vida urbana.

De acordo com Seabra (2004):

A periferia de São Paulo é de uma extensão que parece incalculável, um mar de casas e de barracos construídos muito precariamente, muitas vezes até sem ruas abertas, que começou a aparecer na paisagem urbana de São Paulo nos anos 1940. A expansão do mercado de lotes urbanos, em cuja origem estava o parcelamento de áreas ainda rurais, de chácaras e sítios do entorno da Cidade, em grande medida, acabou sendo organizada como um grande negócio por empreendedores imobiliários que se propuseram a produzir lotes e a vendê-los, mesmo com documentação muito precária e sem responder aos requisitos legalmente interpostos a esse mercado. (p. 295 – 296).

Essa lógica de produção da cidade marcou uma formação sócio espacial extremamente desigual. A urbanização exerce seu poder homogeneizador e fragmentador sobre a cidade, configurando uma realidade em que a vida é prioritariamente pautada pela troca. Nesse processo são verificadas contradições em um movimento que expressa a lógica da produção capitalista, pois, para que certa parcela da sociedade cresça economicamente, outra deve ser explorada e excluída sócio espacialmente.

A desigualdade evidenciada no processo de desenvolvimento do capitalismo acaba por produzir imensas áreas ditas “atrasadas” do ponto de vista do desenvolvimento econômico da cidade, e mostram uma faceta do que é vivido por parte considerável da população.

Essas áreas periféricas acabam por apresentar uma mesma feição, traços que se assemelham em todos os cantos da cidade. Casas geralmente inacabadas,

provenientes da autoconstrução⁴, importante elemento que caracteriza a questão da moradia no urbano: ruas estreitas, comércio familiar, etc.

Para Lefebvre (2008), "a homogeneidade predomina sobre as diferenças provenientes da natureza (sítio), do meio camponês (território e torrão natal), da história" (p. 82). Seabra (2004), na mesma direção, aponta que

Afinal, o que se pode pensar sobre os bairros de São Paulo neste tecido de urbanização que proliferou em todas as direções nos últimos cinquenta ou sessenta anos, e no qual a paisagem que predomina é uma sucessão infindável de bloco e laje, bloco e laje, bloco e laje? (SEABRA, 2004, p. 274).

Com a expansão de uma sociedade pautada pela produção industrial, que passa a oferecer os requisitos para a produção do espaço urbano, as relações sociais vão sendo gradativamente induzidas pelas relações de troca, a favor da acumulação do capital e disseminando a lógica do trabalho como a única alternativa para a sobrevivência nessa sociedade. Nota-se, nesse sentido, uma reestruturação do uso do tempo e do espaço. Como pontua Lefebvre (2008), "a rua converteu-se em rede organizada pelo/para o consumo. (...) O tempo torna-se o 'tempo-mercadoria' (tempo de compra e venda, tempo comprado e vendido) " (p. 28).

A metrópole, que pode ser entendida como uma ampliação dessa sociedade industrial que se pretende urbana está intimamente ligada ao desenvolvimento do modo de produção capitalista. Essa passagem da forma cidade para a forma metrópole impõe a urbanização como um processo de grande mobilização do capital e do trabalho.

A metrópole foi ganhando realidade à medida que o processo de concentração da atividade econômica, da política e da população, acompanhado da concentração das decisões das empresas e do Estado, redefiniam, sem cessar, as forças de trabalho urbano e que, em consequência se difundia o sistema de trocas. (DAMIANI, 2004:)

⁴ A autoconstrução é um importante indício de como a exploração do trabalho expropriou o trabalhador das condições de vida na cidade, marcando o processo de expansão e formação da periferia pela ausência de investimentos públicos e privados. Dentre os autores que trabalham com o tema destacamos Bonduki (1998) e Kovarick (1994).

O processo de crescimento da cidade de São Paulo e sua constituição como metrópole produziu uma realidade amplamente contraditória e desigual. Ao mesmo tempo em que aparece como o lugar das oportunidades, de grande poderio econômico, o centro de decisão para empresas de todo país. No caso de São Paulo, a cidade também foi se tornando o lugar da violência, das ocupações desordenadas, do déficit habitacional, da falta de saneamento, das enchentes, da poluição, do sistema de transporte caótico, de grandes congestionamentos, de escassos lugares de lazer etc.

Destacamos neste cenário de constituição do urbano brasileiro o caso de Perus, hoje parte integrante dessa extensa periferia da cidade. No início do século XX se tornou importante para a ascendente cidade de São Paulo. Em 1926 houve a construção da maior fábrica de cimento do país à época: a Companhia de Cimento Portland Perus. Sua construção decorre das necessidades vigentes de construção e industrialização pelas quais a cidade de São Paulo passava naquele momento, o início da nacionalização da produção de cimento.

A localização da fábrica de cimento, mais afastada do centro da cidade, fez emergir um bairro tipicamente operário que, aos poucos, foi se inserindo na dinâmica da cidade em acelerada expansão.

A estação ferroviária foi um fator fundamental para a instalação da fábrica na localidade e deu início ao processo de urbanização da região, que antes era ocupada por algumas chácaras que abasteciam a cidade com produtos alimentícios. A estação ferroviária havia sido inaugurada no ano de 1867, fazendo parte da linha férrea São Paulo-Railway, estabelecendo a ligação entre a área produtora de café, cujos troncos ferroviários se encontravam em Jundiaí, com o porto de Santos, linha esta que ficou conhecida pelo nome de Santos-Jundiaí. Deste modo, constituiu-se nas imediações da estação o que Langenbuch (1971) chama de povoado-estação: “Pequenos, às vezes quase insignificantes, povoados surgiam em torno da estação, com vendas botequins destinados a servir aos caipiras dos arredores, que agora para aí convergiam em busca da estação”. (p.104).

Sobre a importância da ferrovia para a instalação da fábrica de cimento, Langenbuch (1971) pontua:

Sua localização é expressiva. Junto à ferrovia Santos – Jundiaí, que assegurava o transporte de produção a São Paulo, obtinha a

matéria-prima mineral dos arredores sítios a Oeste. Para tanto construiu uma pequena ferrovia com bitola de 60 centímetros. Esta pequena ferrovia local era, até há alguns anos, franqueada ao uso público, e nas primeiras décadas do século havia sido muito utilizada por romeiros que se dirigiam a Pirapora que da estação terminal em diante seguiam a pé⁵ (p. 107).

A fábrica estava ligada a todo processo de industrialização nacional, na medida em que alguns grupos estrangeiros encontraram grandes vantagens como isenção de taxas e impostos para investirem no Brasil. A Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus (CBCPP) era empreendimento da Companhia Industrial Brazilian Portland S.A., pertencentes a um consórcio entre empresários, preponderantemente canadenses.

A instalação da fábrica de cimento impulsionou a ocupação do bairro com a vinda de trabalhadores, tanto estrangeiros como brasileiros de todos os cantos, além de absorver a mão de obra dos “caipiras” que ali viviam. Produzidas pela própria fábrica de cimento, surgem algumas vilas operárias, que dispunham de toda uma infraestrutura como água, esgoto e energia elétrica. Fora dos perímetros da fábrica, formaram-se loteamentos populares para acomodar a massa de trabalhadores recém chegados ao bairro.

Na época de constituição do bairro, a vida da população mesclava características rurais, ainda presentes entre a chamada população caipira⁶ que cada vez mais ia se inserindo na lógica do trabalho, e um operariado nascente que com a vinda da fábrica trazia consigo algumas características urbanas além de uma ligação mais próxima com o centro da cidade, desenvolvendo práticas sociais singulares, a chamada “vida de bairro” (SEABRA, 2003).

⁵ A ferrovia Perus Pirapora foi inaugurada no ano de 1914 destinando-se ao transporte de cal produzido na região, mas já no ano de 1926 incorporou-se ao complexo minerador e industrial da Companhia de Cimento Portland Perus. Sua importância histórica, que é destacada desde sua desativação e tombamento pelo CONDEPHAAT em 1983, se dá por ser essa a última ferrovia do país a operar naquela bitola de 60 centímetros. Atualmente um grupo intitulado Instituto de Ferrovias e Preservação do Patrimônio Cultural (IFPPC), uma associação sem fins lucrativos, dedica-se a preservação e revitalização do acervo histórico que conta com 15 km de linhas férreas e todos os veículos ferroviários. Essas informações podem ser conferidas no blog do grupo. Disponível em: <<http://efperuspirapora.blogspot.com.br>>. Acesso em: 12 Set. 2016.

⁶ Segundo Seabra (2003): “Na região de São Paulo dominava uma população rala, dispersa conhecida por caboclo segundo o perfil étnico e que era rústica, religiosa segundo os modos de ser. Esta era a base do caipira de São Paulo” (p.12).

A igreja católica se inseriu no processo de ocupação como um importante centro de integração da vida de então. Em Perus, uma antiga capela foi transformada, na década de 1940, na Paróquia Santa Rosa de Lima, alicerçando a presença religiosa como agente aglutinador da vida social dos moradores. As pessoas se encontravam nas missas dominicais, nas festas religiosas como as quermesses e, posteriormente, em ações junto às chamadas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), o que se tornou fundamental para a vida comunitária dessa população. As CEBs, impulsionadas por uma linha progressista da Igreja Católica filiada a Teologia da Libertação, vigente na década de 1960, se instauraram em Perus com um trabalho de formação de lideranças⁷, se inserindo ativamente nos movimentos sociais ocorridos, principalmente aqueles ligados à Fábrica de Cimento.

A partir de meados do século XX, a cidade de São Paulo ganhou mais importância nacional como grande centro econômico e industrial, concentrando também novos setores que passaram a compor uma estrutura industrial mais complexa (indo de bens duráveis a bens de capital). Perus, pela presença ferroviária e pelos preços de terrenos relativamente mais baixos, tornou-se um forte núcleo residencial, cuja mão-de-obra excedente passou a procurar trabalho em outros locais da capital, dando à localidade novas características, dentre elas a de “bairro dormitório”.

Foi nessa época que a fábrica de cimento foi adquirida por José João Abdalla (1903 – 1978) – médico, político, proprietário de um extenso império industrial, banqueiro e agropecuário. Este novo proprietário, que mais tarde seria conhecido como “mau patrão”, adquiriu no ano de 1951, o complexo da fábrica, ferrovia, pedreiras de calcário, o Sítio Santa Fé (fazenda de reflorestamento situada em Perus, à beira da ferrovia cimenteira) e terras que cobrem aproximadamente 60% do território do atual Município de Cajamar. Salienta-se que à época o empresário ocupava o posto de Secretário do Trabalho no governo de Ademar de Barros (1945 – 1951).

Com a fábrica nas mãos de João Abdala, se iniciou, após alguns anos uma crise de produção de cimento, que perdurou até o encerramento de suas atividades

⁷ Em Perus, os padres que acompanharam esse movimento eram de nacionalidade holandesa e pertencentes a uma mesma congregação, os Monfortinos. Destacaram-se a sua época Padre Carlos, Padre Pedro e Padre Matheus. O último em entrevista realizada para o trabalho de graduação individual, relatou *“tínhamos como intuito unir trabalhos pastoral litúrgico com pastoral social, dando suporte aos movimentos sociais existentes”*.

fabris no ano de 1985, - houve períodos de maior e de menor tensão entre patrão e operários- o processo de fechamento da fábrica.

É importante lembrar que as crises na produção cimenteira de Perus estava inserida em um contexto de desconcentração industrial, gerada também por uma má administração relatada por trabalhadores da época em livro organizado pelo advogado do sindicato dos trabalhadores da fábrica de cimento, Mário Carvalho de Jesus (1992), e que fizeram eclodir no bairro um forte movimento sindical que mobilizou a população por diversas vezes e trabalhamos com a ideia que seus efeitos permeiam os movimentos sociais até os dias atuais⁸.

A fábrica de cimento, durante as primeiras décadas de sua existência, sob a administração dos canadenses, era considerada como exemplo por grande parte de setores industriais brasileiros, pela aparelhagem moderna, pela regularidade de seu funcionamento e capacidade de produção que se elevava a cada ano. Como se espera, no modelo capitalista de produção as relações de trabalho não são consideradas, sua precariedade, as tensões e contradições existentes, nem tampouco a poluição que assolava grande parte da área do entorno da fábrica pelo pó de cimento que era expelido por suas chaminés.

Após a aquisição da fábrica pelo Grupo Abdala, as primeiras medidas direcionaram-se para a ampliação da capacidade produtiva sem ampliar a infraestrutura, o que culminou com uma sobrecarga em alguns postos de trabalho e da maquinaria existente. Tais agravantes fizeram com que o Sindicato dos Trabalhadores de Cimento, Cal e Gesso, começasse a se organizar de maneira a combater frontalmente tais atitudes que visavam apenas o lucro dos empreendedores e cada vez mais a exploração do operariado, principalmente aquele ligado ao trabalho mais pesado.

Até o início da década de 1950, o movimento sindical ligado aos trabalhadores da fábrica de cimento não tinha grande expressão, porém na no final da mesma década, uma greve realizada no ano de 1958 anunciou em que este

⁸ Durante o Trabalho de Graduação Individual (TGI) defendido no ano de 2011, pude constatar que ainda hoje, os movimentos sociais e culturais presentes em Perus, retomam constantemente as lutas sindicais realizadas durante os anos 1960, consolidando-as como referência de resistência popular. BEZERRA, Pedro Augusto Bertolini Bezerra. *Formas de Resistência na Periferia de São Paulo: o Bairro de Perus e a Força da Memória nos Movimentos sociais*. Trabalho de Graduação Individual em Geografia, São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2011.

sindicato viria a ser nos anos posteriores. Naquele ano os trabalhadores reivindicavam uma justa relação entre aumento salarial e aumento do preço do cimento, que privilegiava o lucro da empresa em detrimento do salário dos operários. O principal fator que tornou a greve dos operários uma luta vitoriosa, em que foram alcançadas conquistas maiores que as esperadas, foi a união construída durante todo o movimento e que, ao longo do tempo, se mostrou a principal característica deste grupo.

Na década de 1960, a força dos trabalhadores da fábrica teve um grande impacto na sociedade brasileira, pois organizaram uma das greves mais longas a que se tem registro no país. Os operários em greve tinham como principais reivindicações reajustes salariais, melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores, atuação do sindicato na demissão e na admissão de trabalhadores, o reconhecimento do direito à greve, multa por atraso de salários, salário família etc. A duração da greve foi de sete anos (1962 – 1969) e se destacou pela união e luta dos operários, pelo seu caráter pacífico com o lema “firmeza permanente”, uma luta baseada na paciência e na não violência (JESUS, 1992).

A greve dos operários da Cimento Perus mostrou quão forte era a organização dos trabalhadores da fábrica, que consolidou uma rede de solidariedade junto a outros sindicatos e construíram estratégias⁹ que possibilitaram manter uma greve tão longa em um período tão conturbado como foi o do início da ditadura militar. Em decorrência do golpe militar ocorrido no ano de 1964, o sindicato dos trabalhadores da fábrica de cimento sofreu intervenção e passou por grande repressão.

A mobilização dos trabalhadores da fábrica de cimento, que influenciou profundamente todos os moradores, uma vez que a fábrica possuía grande centralidade na vida da localidade, saiu vitoriosa e teve como resultado final a reintegração de 501 empregados estáveis, com o direito a receber os salários dos sete anos de greve.

Cresceu também na época, o movimento contra a poluição que a fábrica emitia em toda área próxima da fábrica. A poluição ainda é muito comentada nos dias de hoje pelos moradores que viveram aquela realidade, relatando não só

⁹ Naquele momento era comum encontrar nas grandes avenidas do centro de São Paulo, pedágios da Frente Nacional do Trabalho com o objetivo de formar fundo de greve para a sobrevivência das famílias dos operários em greve.

abusos ambientais, mas com consequências ruins para a saúde de seus moradores. A luta dos moradores contra o pó de cimento foi liderada pela igreja católica por meio de uma campanha intitulada “O Pó de Cimento Esmaga a Vida” (1972), com ampla participação das mulheres moradoras do bairro.

A década de 1970 consolidou Perus ainda mais como periferia da metrópole com a instalação no distrito de alguns elementos que podem ser considerados “indesejados” do ponto de vista dos habitantes do lugar: o caso o Cemitério Dom Bosco, a Rodovia dos Bandeirantes e o Aterro Sanitário Bandeirantes. Tais elementos desvalorizaram ainda mais Perus intensificando seu caráter periférico e produzindo um espaço ainda mais segregado em relação ao centro econômico, como será melhor explorado adiante.

Em 1983 foram desativadas pedreiras e ferrovias que alimentavam a fábrica de cimento, o que diminuiu o ritmo de produção quase por completo e, conseqüentemente, diminuiu a renda da empresa. No ano de 1987 a Fábrica de Cimento Portland Perus fechou suas portas definitivamente.

Siqueira (2001) trabalha em sua dissertação de mestrado, com o argumento de que a administração Abdalla fizera do ponto de vista da administração capitalista, uma boa administração, já que a fábrica não alcançaria, mesmo que se investisse mais em manutenção e renovação tecnológica, os patamares de produção das fábricas mais modernas instaladas no Brasil a partir da década de 1960, mesmo porque as reservas minerais da região para o fabrico do cimento já eram bastante restritas na década de 1950.

Nesse momento também se evidenciou um processo de desconcentração industrial vivida pelos grandes centros metropolitanos, que passaram a realocar as indústrias em locais mais afastados e a concentrar na cidade as atividades de gestão e centralização do capital, sobretudo o financeiro.

A essa altura, Perus já era identificado por sua infraestrutura extremamente precária, característica da periferia paulistana, qual seja, a de possuir um alto adensamento populacional, áreas de loteamentos irregulares além de problemas ligados a saúde, educação e violência.

A realidade local se fragmentou, assim como a cidade de uma maneira geral, e a dinâmica de bairro de outrora se esvaiu, restando apenas alguns resquícios do passado.

O Governo Estadual, em 1987, na gestão Montoro, efetuou o tombamento

pelo CONDEPHAAT¹⁰ da estrada de ferro Perus-Pirapora, porém o grupo Abdalla, proprietário da fábrica, não interessado em manter todo complexo fabril, incluindo os arredores como acervo histórico, procurou descaracterizá-la. Em 1992, o inestimável valor histórico do conjunto formado pela fábrica, as vilas operárias e a ferrovia foram tombadas pelo CONPRESP¹¹, por meio do apoio irrestrito da administração municipal liderada pela prefeita Luiza Erundina.

O que se percebe após o fechamento da fábrica, além do abandono completo por parte dos proprietários, é uma luta acirrada entre os moradores de Perus e antigos trabalhadores da fábrica, contra os antigos proprietários: um primeiro grupo de moradores se envolveu em lutas pela recuperação do espaço da fábrica para a construção de um aparelho voltado para atividades culturais, tão escassas na região; já os proprietários mostraram em várias ocasiões alternativas rentáveis. Para os moradores e antigos trabalhadores, a fábrica é um importantíssimo marco de suas vidas, pois fez parte de seu dia a dia, além de estar impregnada na memória dessas pessoas e na paisagem local.

O que nos chama atenção é que mesmo depois de mais de vinte anos após seu fechamento, e com a presença de uma população que em sua maioria não viveu naquele período, a história da fábrica e as lutas operárias ainda continuam vivas, principalmente junto aos vários movimentos sociais. Constantemente são realizados eventos relacionados ao resgate da memória, tanto por parte dos moradores mais antigos, da igreja e do sindicato, quanto por parte de jovens em grupos teatrais e musicais, resgatando a história da formação do bairro e conferindo um pertencimento a seus habitantes¹².

A passagem da forma cidade para a metrópole pode ser compreendida se consideradas as grandes transformações estruturais pelas quais o capitalismo passou a partir da década de 1970. Novos conteúdos são evidenciados nas mais diversas esferas de atuação de vários sujeitos e instituições, chegando no plano da vida cotidiana. Devemos levar em conta nesse período, o crescimento de uma economia financeira ampliando suas áreas de influência junto a atividades de gestão,

¹⁰ CONDEPHAAT: Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (<http://www.cultura.sp.gov.br/portal/site/SEC>).

¹¹ CONPRESP – Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo (<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/conpresp>)

¹² Podemos citar alguns movimentos atuantes como: Comunidade Cultural Quilombaque, Grupo de teatro Pandora, Grupo Coruja (educação), Universidade Livre Colaborativa.

por exemplo. A produção do espaço urbano na constituição da metrópole começou a se reproduzir autonomamente superando a dependência da produção industrial, passando a se realizar entre o econômico, o político e o social, num processo de reprodução crítica do capital e da sociedade.

Para Henri Lefebvre (1973), o termo *reprodução* não deve ser entendido apenas pelo movimento de repetição (que se coloca, sim, como movimento ideológico de formação do novo a partir do passado), mas também como a superação das determinações que estão postas, “a re-produção não se efetua sem uma produção (de novas relações)” (LEFEBVRE, 1973, p. 36).

Do ponto de vista das estratégias para a reprodução do capital, o período se caracteriza, de modo geral, pelo esforço do capital em preservar as taxas de valorização, reestruturando as unidades produtivas, reorganizando as relações de trabalho e buscando a abertura de novas fronteiras de expansão através de privatizações, expropriações e desregulamentações, de forma a obter maior flexibilidade, volatilidade e rentabilidade a partir da diversificação setorial e espacial dos negócios (ALVAREZ, 2012. p. 68)

A produção do espaço, nesse sentido, é guiada pela lógica de valorização ampliada do capital, e nesse movimento são observadas transformações necessárias para a continuidade do processo. Salienta-se a relação entre espaço e valor com ênfase em novos eixos de valorização como um processo contraditório de integração entre o capital financeiro e o setor imobiliário.

A partir de Alvarez (2012), entendemos que um importante elemento que se tornou fundamental para o processo de produção da cidade na lógica de transformá-la em lucro, é a propriedade privada da terra. Tradicionalmente, a propriedade da terra significa capital imobilizado, porém, ao se tornar mercadoria passou a incorporar uma mobilidade, que é capaz de garantir renda, mas que se torna condição para o processo de valorização do espaço. É importante lembrar que o capital só existe em circulação, então, a estratégia utilizada pelo poder econômico para realização do capital é alargar a mobilidade da propriedade (através de mecanismos como a criação dos Fundos de Investimentos imobiliários, por exemplo) potencializando a valorização do espaço. Destaca-se a integração entre o capital financeiro e o setor imobiliário, apontada pela relação dialética entre a mobilidade e a imobilidade do capital.

A propriedade privada reproduz um aspecto fundamental relativo ao modo de produção capitalista, a apropriação de parcela do produto do trabalho e sobre o trabalho produzido. Essa colocação permite dizer que “a propriedade privada do solo urbano como monopólio permite não só a realização do valor de um fragmento, mas também a apropriação do conjunto do trabalho que se sintetiza na produção da cidade” (CARLOS, 2011, p. 99).

Ao compreender o capitalismo como totalidade inacabada, inserido nesse movimento de reprodução, podemos concluir que ele vai se realizando durante seu processo de constituição. No urbano essas mudanças são representadas materialmente pelas reestruturações que possibilitam maiores ganhos econômicos, e que são diferentes para cada momento de reprodução do capital.

A passagem de uma economia fixada na indústria para um outro momento representou transformações importantes na configuração da metrópole. Francesconi (2004) aponta para a extrema rapidez com que a cidade de São Paulo viveu estas metamorfoses, e retoma Seabra (2001) para compreendê-las:

É preciso reconhecer que a produção do espaço urbano adquire uma dinâmica autônoma do processo de industrialização. Seabra reconhece dois movimentos da cidade nesse processo seguido pela Cidade de São Paulo: o da propriedade como equivalente de valor, que por mecanismos de renda fundiária fez formação de capital e foi edificando e reedificando a cidade histórica no que implicou os produtos e obras da cidade. A segregação espacial, implícita neste processo, acomodava nos bairros da cidade, os contingentes de trabalhadores urbanos e chegou a distinguir cabalmente o centro, a cidade e o entorno; e um segundo movimento é do capital mesmo, que assim gerado ganha autonomia, e na procura de onde desfrutar de rentabilidade maior, vai decretando de um lado obsolescência, e de outro produzindo o “novo” no processo de reprodução do espaço urbano (SEABRA, 2004, p. 121).

Nesse momento verifica-se a passagem de uma economia de base industrial para uma economia de predominância financeira em que as possibilidades de acumulação não estariam fixadas pela expansão material, mas na especulação monetária e nas possibilidades oferecidas pelo capital fictício. A financeirização não extinguiu a base da acumulação capitalista (produção e expropriação de mais valia), ela tem sido acompanhada de uma reestruturação produtiva, marcada por

transformações na organização técnica e social do trabalho e sua exploração (ALVAREZ, 2012).

Criam-se novas centralidades como instrumentos para a reprodução do capital por meio de uma nova relação que passou a se desenvolver entre o capital imobiliário e financeiro. Essa reestruturação da metrópole altera o perfil da ocupação da cidade, criando movimentos de valorização, desvalorização e revalorização, em áreas que guardam essa possibilidade como os antigos bairros industriais, ou como parte do processo descrito aqui como *território reserva* e explicitado por Robira (2012) em seu estudo sobre o processo de formação das grandes metrópoles. Para Francesconi (2004) “a criação de nichos de valorização imobiliária redefine usos e valores na metrópole” (p. 123).

Podemos falar da introdução de novos conteúdos à lógica de produção do espaço, em um novo movimento em que a metrópole amplia suas áreas de influência e concentra as atividades de gestão e centralização do capital, sobretudo do financeiro. São produzidos novos eixos de valorização e uma redefinição do uso de antigas áreas industriais que se desvalorizaram em um momento em que determinadas condições de produção já não mais estão presentes.

Alvarez (2012) observa que esse movimento caminha da “obsolescência à revalorização”, e indica as contradições do processo produção do espaço metropolitano em que são evidenciados conflitos entre a reprodução do capital e as necessidades sociais.

Trata-se de considerar que esse processo mais visível de desvalorização se realiza em grandes áreas urbanas, nas quais, contraditoriamente, o processo de valorização se concretiza de forma intensa e como parte componente da própria produção do urbano, o que coloca o momento de desvalorização já como a potencialidade de uma revalorização. Aqui, o nível de análise se desloca da consideração do meio ambiente construído e das edificações e infraestrutura como capital fixo, para a produção do espaço, na qual a propriedade privada da terra ganha uma centralidade fundamental, uma vez que constitui a mediação para o uso, o que escancara os conflitos entre as necessidades sociais coletivas de uso do espaço e a produção do uso como mediação para realização do valor, além de expor as contradições relativas ao próprio processo de fragmentação e hierarquização do espaço. (ALVAREZ, 2012, p. 71).

Para Ana Fani Carlos (2011) a financeirização do setor imobiliário pode ser encarada como elemento central de produção da cidade na atualidade, pois o espaço, enquanto mercadoria, é “condição e meio” para sua realização, e como produto tem-se a formação da metrópole propriamente dita. Esse processo não ocorre sem grandes transformações, nesse caso, o capital financeiro passa a se realizar na metrópole com a passagem da aplicação do dinheiro acumulado no setor industrial para o setor imobiliário.

As articulações necessárias entre as instituições políticas, os agentes econômicos e organizações não governamentais propiciam a formação de estratégias de valorização a partir da cidade, e a todo o momento o habitante é negado como sujeito, em prol do negócio imobiliário e todas as suas extensões econômicas e políticas (DAMIANI, 2009, p. 311).

A mobilidade do trabalho em conformidade com a mobilidade do habitat gera um processo de capitalização do espaço urbano, que produz, ao mesmo tempo, formas de segregação sócio espaciais e novas formas de expropriação.

Nesse momento, a metrópole, formada a partir do processo de modernização da cidade, passa por grandes reestruturações materiais ao longo do século XX. Essas reestruturações, que têm seu início ligado à indústria moderna, agora se volta a um novo padrão de consumo, inclusive do espaço no sentido de possibilitar sua valorização. Busca-se, então, por meio de políticas de Estado, um novo padrão de consumo conhecido como “desenvolvimento sustentável”. Rodrigues (2005) pontua que se trata de uma ideologia para o consumo, uma maneira de ampliar o rendimento das empresas utilizando como mote o discurso ambiental.

No cenário mundial percebemos, a partir da segunda metade do século XX, um novo ideário no sentido de tentar salvar o que fora se constituindo de maneira caótica e destrutiva, e as grandes cidades, resultado mais fidedigno desse processo de desenvolvimento pautado na destruição, passam a ser um dos alvos prediletos da nova reorientação social e política.

O ambientalismo¹³ surge no ímpeto de reorganizar a vida apontando para uma nova forma de consumo da/na cidade. Nesse cenário, várias organizações e instituições começaram a apontar novas diretrizes para a produção e para o

¹³ Sob esta denominação há diferentes compreensões do problema, que enxergam na defesa do meio ambiente sua principal preocupação, encontrando meios heterogêneos de se estabelecerem frente a questão.

consumo desenvolvendo a ideia de “desenvolvimento sustentável”¹⁴, aspectos que passam a fazer parte das pautas de governos em todas as instâncias do poder¹⁵.

Entendemos que a política de implementação de Parques Lineares na cidade de São Paulo segue essa tendência de busca da superação de uma suposta crise ambiental, centrando suas atenções principalmente em áreas degradadas da cidade. Nesse sentido, os parques lineares, além de intervirem diretamente na vida das pessoas que habitam o lugar, tendem a ser peça fundamental na valorização do espaço urbano, pois resgatam elementos naturais perdidos pelo processo de urbanização e que hoje são encarados como fundamentais para a vida. A partir desse processo são criadas novas formas de realização da propriedade em áreas antes degradadas, em é verificada a expulsão de muitas pessoas que não conseguem assegurar sua moradia em um amplo processo de segregação.

Em São Paulo, por exemplo, o Programa 100 Parques para São Paulo, capitaneado pela Secretaria do Verde e do Meio Ambiente do município de São Paulo e lançado em 2007 e cujo parque de Perus faz parte, propunha a construção desses 100 parques urbanos, lineares e naturais, espalhados pela cidade, principalmente em lugares onde há maior déficit de áreas verdes por habitante. Porém, já no Plano Diretor de 2004, os parques lineares ganham grande relevância por serem considerados elementos da rede hídrica ambiental estruturadores da cidade.

Deve-se destacar que é pelo Estado que são efetivadas as estratégias de transformação da cidade através das políticas de planejamento e intervenção urbana e suas respectivas consequências para a vida da população. Essas estratégias, que são notadamente de classe, aparecem no discurso oficial como necessidade social ou como interesse público, o que acaba se legitimando pela sociedade como um todo, inclusive pela população mais carente que sofre os maiores impactos por meio de desocupações, remanejamento territorial, etc.

¹⁴ Arlete Rodrigues (2005) destaca que o termo “desenvolvimento sustentável” se trata de uma “ideia genérica que abstrai a realidade, oculta a complexidade, a reflexibilidade do modo de produção de mercadorias, cria uma espessa cortina de fumaça sobre a apropriação dos territórios, a existência de classes sociais, dificulta a análise crítica” (RODRIGUES, 2005, p.).

¹⁵ Apontamos como exemplo a Agenda 21, documento elaborado na 2ª Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1992, no Rio de Janeiro, que coloca o desenvolvimento sustentável como meta a ser atingida no futuro e que implica na adoção de políticas urbanas.

No caso do Parque Linear Perus, essa forma de intervenção vem acompanhada e amparada por leis e diretrizes, como o Plano Diretor e o Plano de Bairro, que expõem as necessidades da população sem de fato conhecê-las. É nesse sentido que se identifica a importância de discutir esses textos, suas intenções e contradições.

Não menos importante, é tarefa deste estudo é se debruçar para saber sobre as formas de organização da população em torno de questões tão impactantes em suas realidades, e o quanto conseguem mobilizar os mais distintos grupos que habitam a cidade na tentativa de manter conquistas ou melhorar suas condições de vida.

Discutir o espaço como concebido pelo Estado, nas suas relações com o mercado, e no conflito com o espaço vivido pelos moradores de Perus, é o eixo central de nossa análise.

2.1. TERRITÓRIO RESERVA: A PERIFERIA COMO ESPAÇO DE ACUMULAÇÃO – O CASO DE PERUS.

Levando em consideração todo o movimento de formação da metrópole e da constituição de Perus como fragmento da extensa periferia, traçaremos nesse o entendimento de como, nesse momento de reprodução da metrópole, alguns elementos caracterizados como não desejados, passaram a se tornar elemento de valorização incorporando ao processo de valorização do espaço esses elementos, o que Rosa Telo Robira chama de *território reserva*. Entendemos que o parque linear se insere nessa perspectiva uma vez que agrega ao processo de valorização, elementos antes impossíveis de ser classificados como tal.

Com uma população de aproximadamente 90 mil habitantes, o distrito de Perus, onde possivelmente será implantado o Parque Linear Ribeirão Perus, localiza-se a noroeste da cidade de São Paulo, já no limite com outros municípios da região metropolitana como Caieiras e Cajamar (Mapa 1). Atualmente, o distrito apresenta todos os problemas característicos das áreas periféricas das grandes cidades, problemas esses relacionados a precária infraestrutura, a violência, a ausência de equipamentos básicos de saúde, cultura, educação.

Em um contato inicial nos deparamos com uma realidade muito precária, contando com a presença de habitações de baixa qualidade, em grande parte autoconstruções e conjuntos habitacionais. Verificam-se também altos índices de violência, precariedade no saneamento básico, precariedade no sistema de saúde pública, moradores em situação de risco, condições inadequadas de domicílio, empregos formais por habitante que podem ser verificados nos gráficos a seguir (Gráficos 1, 2, 3, 4, e 5). Todos os aspectos citados acima contribuíram para que o distrito apresentar um dos mais baixos IDH da cidade (Gráficos 6 e 7)¹⁶.

Gráfico 1: Taxa de homicídios por 100 mil habitantes. Município de São Paulo, região e distritos de Perus e Anhanguera (2000, 2004, 2010 e 2013).

Nota-se o alto índice de homicídios no distrito, um dos mais violentos do município.

Fonte: Prefeitura Municipal de São Paulo, 2015.

¹⁶ Os dados que embasam essas afirmativas podem ser encontrados nos materiais “DATASUB: Cadernos das Subprefeituras”, que são materiais de apoio para a Revisão dos Planos Regionais das Subprefeituras distribuídos pela Prefeitura Municipal de São Paulo.

Gráfico 2: Empregos formais por habitante, 2000 e 2010 (exclui administração pública).
 Nota-se baixos índices de empregos formais por habitante em Perus, ainda mais comparado com os dados gerais do município.

Fonte: Prefeitura Municipal de São Paulo, 2015.

Gráfico 3: Condições de inadequação domiciliar, 2000 e 2010.

Nota-se que apesar de ser observada um decréscimo em relação ao ano de 2000, ainda se encontra altos níveis de inadequação domiciliar.

Fonte: Prefeitura Municipal de São Paulo, 2015.

Gráfico 4: Moradores em situação de risco, 2010.

Nota-se números significativos de moradores em situação de risco do Perus.

Fonte: Prefeitura Municipal de São Paulo, 2015.

Gráfico 5: Participação de domicílios em favelas, 2000 e 2010.

Em Perus nota-se um pequeno acréscimo no número de domicílios em favelas, além do alto índice em relação ao município.

Fonte: Prefeitura Municipal de São Paulo, 2015.

Gráfico 6: Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, por subprefeituras de São Paulo, 2010.

Perus apresenta um dos mais baixos IDH do município de São Paulo.

Fonte: Prefeitura Municipal de São Paulo, 2015.

Gráfico 7: Índice de Desenvolvimento Humano por referencial, São Paulo, 2000 e 2010.

Nota-se aqui a relação, por fator referencial que constitui o IDH, entre o município de São Paulo e o distrito de Perus.

Fonte: Prefeitura Municipal de São Paulo, 2015.

O distrito está localizado em uma área que tem por característica um relevo dissecado, cortado por rios que fazem parte da bacia hidrográfica do Rio Juquerí, o que fez com que as edificações ocupassem os morros e suas vertentes dando forma ao tecido urbano presente, onde são observadas ainda distinções entre distintas áreas, apontando uma importante diferenciação sócio espacial.

Próximo à estação ferroviária, local central do distrito, uma vez que marca o início da ocupação de Perus, encontram-se os loteamentos maiores, com habitações de alvenaria, bem estruturadas, mais velhas e já acabadas. Nas áreas mais afastadas, encontram-se residências que parecem terem sido ocupadas em diferentes

momentos; áreas com a predominância de moradias mais precárias, muitas delas inacabadas. A maioria dos novos loteamentos são irregulares, evidenciando um processo intenso de favelização.

Os trens da CPTM (Companhia Paulista de Trens Metropolitanos) continuam sendo o principal meio de transporte da população, sendo que a linha Rubi (que compreende as estações entre Luz a Francisco Morato) liga o distrito ao centro da cidade, ou seja, permite o deslocamento dos trabalhadores aos seus locais de trabalho. Como referido, a estação ferroviária exerce grande centralidade. Em seus arredores se concentram os demais meios de transporte (ônibus, micro-ônibus, táxi), além disso, é da estação de trem que se irradia as principais ruas comerciais de Perus.

Uma constatação interessante quanto a situação geográfica do bairro ¹⁷ é que o distrito se situa em um nó viário. Por lá passam as rodovias Anhanguera e Bandeirantes, que ligam a cidade de São Paulo ao interior do estado, além do Rodoanel Mário Covas em seu setor norte.

Sobre a Rodovia dos Bandeirantes, inaugurada em 1973, é importante lembrar que sua instalação influenciou diretamente a vida dos moradores do distrito, pois resultou na desapropriação das casas de centenas de moradores, muitos dos quais sem título de propriedade. O fato resultou no surgimento das primeiras favelas em Perus, nas imediações da própria rodovia.

Esse intenso processo de periferização pode ser constatado com a chegada de alguns serviços de certa maneira indesejados para os moradores para os que da localidade, mas cuja presença denota a condição periférica do distrito, são eles: o Cemitério Municipal Dom Bosco criado na década de 1970, destinado a receber corpos não identificados, e o Aterro Sanitário Bandeirantes criado na década de 1980 e que por anos recebeu grande parte do lixo coletado na cidade de São Paulo.

¹⁷ O conceito de situação geográfica (uma tradição na interpretação geográfica do espaço) traz a ideia de posição em relação a uma escala regional, ou seja, “trata-se, pois, de uma noção de valor relativo, expressa em função dos fatores circunstanciais de desenvolvimento urbano e urbanização” (GEORGE apud, DAMIANI, 2004, P. 46). Assim, Damiani (2004) irá apontar, recorrendo em Marx, a ideia de extração de lucros excepcionais a partir das diferentes situações, que pelo avanço das técnicas produz novas formas de organização do trabalho, ou seja, há um movimento em busca dessas excepcionalidades, por isso, nunca são estáveis. “E assim, novas possibilidades, e outras posições, são produzidas, sempre com finalidade de lucros extraordinários. O importante é compreender o movimento nessa busca e a produção, sempre renovada, de situações” (DAMIANI, 2004, p. 45).

O Cemitério Municipal Dom Bosco foi construído durante o governo Paulo Maluf no estado de São Paulo. Suas instalações foram utilizadas como esconderijo para corpos não identificados, vítimas de grupos de extermínio (esquadrão da morte) e militantes políticos mortos pela ditadura civil-militar que assolou o país entre 1964 e 1985. As ossadas foram descobertas e averiguadas somente em 1990 pela prefeita Luiza Erundina, momento em que foram retiradas da “vala comum de Perus” e colocadas a serviço da justiça. Porém, poucos avanços foram obtidos em relação ao reconhecimento das vítimas pelo mau estado de conservação em que tais ossadas foram submetidas durante anos¹⁸.

Outro elemento que sempre fora motivo de debate entre os moradores foi a presença do Aterro Sanitário Bandeirantes na localidade, que desde a década de 1970 recebeu grande parte do lixo vindo da cidade de São Paulo. Em 2007 houve o encerramento das atividades do aterro.

A presença do aterro próximo a área urbanizada foi motivo de diversas atividades e movimentos de reivindicação em Perus, culminando em grandes mobilizações para que acontecesse seu fechamento ou para impedir sua ampliação. Após seu fechamento, o aterro passou a produzir energia termoeletrica a partir dos gases provenientes do lixo ali depositado, o que possibilitou a venda de créditos de carbono. O uso dos recursos advindos do crédito de carbono passou a ser outro tema de debate entre os moradores de Perus, ou seja, tornou-se necessário saber qual o destino do capital arrecadado pela venda dos créditos de carbono que, por lei, deveria ser empregado na própria região de produção do crédito de carbono.

A questão do aterro será tratada mais adiante, pois está intimamente ligada à da instalação do parque linear e outros investimentos urbanísticos presentes no distrito recentemente.

Ainda sobre a presença de aspectos que revelam o caráter periférico de Perus na metrópole, citamos os escombros da antiga Fábrica de Cimento Portland

¹⁸ À época foram encontradas 1049 ossadas na vala. Desde então, vários grupos ligados a universidades foram formados para investigação e reconhecimento dos corpos. Inicialmente a UNICAMP capitaneou os trabalhos, mas o abandonou por motivos escusos - depois a USP, que assumiu as atividades, também abandonou o projeto. Notou-se, durante todos estes anos, total negligência por parte dos responsáveis, pois as ossadas permaneceram por muito tempo em mal estado de conservação. Somente em 2014 a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, por meio da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos, a Secretaria Municipal de Direitos Humanos de São Paulo e a Universidade Federal de São Paulo, criou o Grupo de Trabalho Perus para retomada das análises dos ossos com vistas a identificação das ossadas.

Perus construída na década de 1920, que resistem junto à linha férrea. Desde seu fechamento, na década de 1980, o uso das instalações tem sido motivo de luta entre os proprietários e parte da população, que deseja transformar o local num centro cultural, mas atualmente encontra-se amplamente degradado e abandonado pelos proprietários.

Na década de 1990, na região da Brasilândia, localizada no município de São Paulo, houve um grande desbarrancamento de terras onde havia um grande número de moradias. Tais moradias foram construídas nas encostas dos morros – Jardim Panamericano – e, certamente, ofereciam grande risco para aquela população. No período das chuvas, as moradias desceram morro abaixo e grande parte da população daquela localidade foi transferida para Perus e alocada em contêineres até que novas moradias fossem construídas pelo poder municipal na mesma região onde atualmente é proposto a construção do Parque Linear Ribeirão Perus. As moradias para abrigar os moradores do Jardim Panamericano foram construídas em uma das vilas de Perus chamada Recano dos Humildes.

À época do governo municipal do município de São Paulo pela Prefeita Luiza Erundina, portanto anteriormente aos acontecimentos do Jardim Panamericano, fora construído, por sistema de mutirão, um condomínio com moradias para famílias participantes de movimentos organizados.

Com a necessidade da remoção das famílias do Jardim Panamericano, novas residências foram construídas no bairro de Perus para abrigar aquela população na mesma vila das casas feitas em mutirão. Na sequência ou mesmo simultaneamente ao realojamento dos desabrigados, muitas outras famílias, vindas das mais variadas regiões da cidade ou até de outros estados, passaram a ocupar porções de terra da localidade.

O Recanto dos Humildes constitui hoje a maior bairro de Perus, e, nunca é demais dizer, que a qualidade de vida daquela população é extremamente precária. Na mesma direção dos acontecimentos com os moradores do Jardim Panamericano ou do Recanto dos Humildes, as proposições, atualmente reiterativas sobre as possibilidades de melhorar a qualidade ambiental, exclui parte da população que já ocupavam as áreas destinadas ao parque. Sem um plano prévio para realocação das pessoas, são destinadas áreas de lazer como quadras, playgrounds, passeio entre outros equipamentos de lazer. As justificativas para a implementação do parque sempre se restringem a discutir como a ocupação dessas áreas degradou o

meio ambiente, e, utilizando-se do saber técnico, projetam meios de superar essa degradação.

É de suma importância dizer que não são levadas em consideração as degradações que o próprio poder público fez surgir, fazendo vistas grossas em relação a todo processo que fez com que o Recanto dos Humildes tomasse a proporção que tomou, principalmente quando não agiu como deveria ao ver que muitas famílias estavam chegando na localidade sem as menores condições para construírem moradias apropriadas.

Consideramos que as características da localidade até aqui apresentadas mostram o quanto Perus foi sendo produzido como parte da periferia metropolitana, comportando elementos de desvalorização do lugar. A diferença socioespacial produzida pelo crescimento da metrópole evidencia o aparecimento de pólos bem definidos: centro *versus* periferia.

É importante salientar a importância do processo de metropolização que a Cidade de São Paulo sofreu. Essa sucessão temporal de configuração das formas urbanas, desde a incorporação da indústria como elemento indutor da urbanização até a consolidação da metrópole, resultou em uma realidade extremamente desigual e interdependente, produzindo, assim, essa imensa periferia da qual Perus, enquanto fragmento estudado, faz parte.

Um importante fator a ser considerado para o entendimento da metrópole é o de que ela não é homogênea, nem tampouco a periferia como tal. A metrópole é composta por um conjunto de fragmentos que se ligam em uma relação de mútua dependência ao integrar o processo de acumulação capitalista em nível global.

Historicamente, diferentes espaços foram sendo constituídos para compor a cidade. Ao mesmo tempo em que é produzido um centro econômico, dotado de toda infraestrutura básica, seguindo padrões de ocupação e formas de valorização imposto pelo capital imobiliário, áreas muito precárias surgem ao redor desse centro, com uma infraestrutura extremamente deficitária, assim como os serviços básicos de saúde, cultura e educação.

Rosa Tello Robira, professora da Universidade de Barcelona, ao definir o conceito de região metropolitana relaciona essa dinâmica de dependência ao processo de colonização. Em seus dizeres:

É qualificado como área ou região metropolitana aquele território mais ou menos urbanizado que fica em torno de uma grande cidade e depende dela. Avaliando-se qualitativamente, pode-se considerar que se trata de um território colonizado por uma grande cidade; esta explora seu ouro e sua prata, ou seja, seus recursos – água, solo, trabalho... -, impõe-lhe seu modo de organização e em troca recebe bijuterias, ou seja, aqueles equipamentos ou infraestruturas que a grande cidade expulsa: indústrias mais ou menos incômodas ou poluidoras, urbanização marginal ou secundária, aeroportos, rodovias, presídios, aterros sanitários, plantas de tratamento... (ROBIRA, 2012, p.13).

De acordo com essa dinâmica de produção da metrópole, que é global, são produzidos espaços distintos seguindo uma lógica de dependência, entre os setores mais pobres localizados às margens da cidade e das áreas centrais e economicamente desenvolvidas.

Esses efeitos da territorialização metropolitana do capital manifestam-se de forma diferencial no espaço urbano: quanto maior é a escassez desses bens acumulada em determinados fragmentos do território metropolitano, maior é a não capitalização espacial, ou seja, em palavras simples, maior é a diferença sócio espacial. (ROBIRA, 2012, p. 17).

Cabe ressaltar que essas diferenças não são espontâneas, mas seguem a determinações econômicas guiadas pelo Estado e pelas instituições que agem na produção da cidade.

A periferia apresenta características que podem o denotar, um lugar “onde se produz a acumulação de escassez” (ROBIRA, 2012, p. 17). Essa escassez, entretanto, inserida na lógica de produção e reprodução capitalista, acaba servindo como *locus* de reserva para momentos de crises de acumulação. Para sustentar o entendimento de inserção dos espaços marginais nos processos de acumulação, Robira retoma David Harvey¹⁹, que em uma passagem de seu livro “O novo imperialismo” fala:

¹⁹ Para construir o caminho teórico na elaboração do conceito de “território reserva”, a autora retoma David Harvey, como referido no texto, porém, trazendo a referência que o geógrafo britânico utilizou para sua formulação de “acumulação por despossessão”. Utilizando Rosa Luxemburgo com o intuito de explicar as razões do imperialismo e a importância das formações sociais não capitalistas para a estabilidade do sistema. Harvey faz a seguinte formulação: “um corolário possível [mesmo que Luxemburgo não explique] é que, para que

Na lógica expansionista geral de um sistema capitalista no qual domina a acumulação incessante de capital e a busca interminável do lucro, que dá lugar [...] à pretensão perpétua de criar um contexto geográfico que facilite as atividades capitalistas num lugar e momento determinado, só para ter que destruí-lo e ter que construir um contexto totalmente diferente num momento posterior, sem poder saciar sua perpétua sede de acumulação” (HARVEY, p. 89)

Assim, a produção e manutenção de espaços desvalorizados, em que a população se encontra em condições precárias, criminalizadas, segregadas, funciona como elemento a espera de um momento em que de fato possam servir ao processo de acumulação e produção de capital. A partir dessa formulação, Robira (2012) irá apresentar o conceito de *territórios-reserva*:

Para que continuem a produzir tal acumulação devem ser territórios capazes de manter no seu interior territórios ‘não capitalistas’ que, na forma de ‘reservas’, tenham a função de resolver de maneira eficaz as sucessivas crises de expansão/acumulação do próprio sistema territorial metropolitano. Esses territórios ‘não capitalistas’ poderiam ser denominados mais propriamente como ‘territórios não metropolitanos’ ou ‘territórios adormecidos’, porque as suas particulares estruturas urbanas, sociais e econômicas, subprodutos do processo de acumulação territorial, invalida-os temporariamente para a própria acumulação e, não obstante, serão espaços a transformar nas sucessivas operações urbanísticas de ajuste do espaço urbano às necessidades do capital (p. 10).

O conceito apresentado então se propõe analisar a produção de territórios não integrados integralmente ao processo de acumulação metropolitano, mas que em momentos de crise de expansão capitalista, podem servir como novos espaços de acumulação a partir da ação do Estado e seu poder de propor intervenções urbanísticas na remodelação do espaço. O Estado detém o poder político e institucional para remodelar o urbano a partir de estratégias que garantam a reprodução de seu poder, bem como o processo de valorização do capital.

Verificamos como, ao longo do tempo, Perus foi acumulando esses elementos de escassez, tanto em relação a falta de recursos básicos de sobrevivência para a

o sistema perdure, os territórios não capitalistas devem permanecer (pela força, se necessário) nesta situação não capitalista” (HARVEY, 2004, p. 112).

população, como pela presença de equipamentos indesejados, como os citados anteriormente. Assim, acreditamos que é possível refletir sobre as transformações de Perus a partir do conceito de território reserva.

Porém, devemos pontuar que, diferentemente do que afirma Robira, em que para ajustar as crises de acumulação do sistema capitalista, são criados territórios “não capitalistas” ou “não metropolitanos”, pensamos que Perus faz, sim, parte dessa realidade contraditória e desigual que é a metrópole, mas não como centralidade do processo de acumulação. Entretanto, verificamos o mesmo processo de desvalorização/valorização pontuado pela autora ao definir o conceito de território reserva.

Nesse sentido, as possibilidades de ganho com a desvalorização e revalorização são movimentos que guiam as possibilidades de intervenção no espaço para sua produção, considerando que a produção do espaço é totalizada pelos negócios da urbanização.

Referenciamo-nos em Alvarez que considera que a

Flexibilização no aparato jurídico, definição de operações urbanas, obras de recuperação ambiental e saneamento, revitalização de centros históricos, grandes edificações destinadas à realização de eventos esportivos de caráter internacional, criação de amplos centros culturais, desapropriação e despejos são algumas das ações estatais que se inserem nesse movimento de desvalorização/revalorização (ALVAREZ, 2012, p. 73).

Inserido nesse contexto, Perus seguiu a lógica de reprodução do urbano em seus diferentes momentos: inicialmente como bairro industrial da crescente cidade, e depois, já como periferia da metrópole, passa a receber um grande contingente de trabalhadores migrantes destinados como reserva de mão de obra, servindo como bairro dormitório, lugar de moradia da classe trabalhadora que diariamente rumam em direção a “cidade” para cumprir seu expediente de trabalho. A localidade configura-se, desse modo, como lugar de loteamentos irregulares em áreas de risco, com problemas de violência, escassez de recursos etc. Além disso, recebe equipamentos que as áreas residenciais nobres da metrópole ou aquelas nas quais a produção e circulação do capital é intensa não desejam, porque as desvaloriza. Tem-se, como já dito, o caso do cemitério e do aterro sanitário.

Nas últimas décadas, no entanto, a metrópole de São Paulo vem passando por inúmeras transformações, como: a consolidação de uma centralidade no quadrante sudoeste, o fechamento e deslocamento de muitas unidades industriais, os projetos urbanísticos. São projetos que se integram a lógica de valorização do espaço, a partir da intervenção do poder público, por meio de planos e políticas de reestruturação urbana (a exemplo do parque linear e do plano de bairro). Porém tais medidas, contraditoriamente, só podem ser feitas, na maior parte dos casos, por meio de medidas extremadas como desapropriações e remoções da população, provocando mais segregação, principalmente da população de menor renda.

Desta maneira, para compreensão do processo aqui descrito, faz-se necessário resgatar os momentos de produção da metrópole, a partir do crescimento da cidade industrial até o momento atual em que prevalece a financeirização do capital, e entender como Perus se insere nesse processo, tendo em vista as políticas urbanísticas que hoje são propostas para a localidade. Tais ações do poder público são para atender a alguém, ou seja, ou beneficiam certos setores da população.

3. O URBANISMO E A SUSTENTABILIDADE COMO ESTRATÉGIA PARA A PRODUÇÃO DO ESPAÇO.

É importante pensar na participação do Estado na perspectiva de produção do espaço, destacando-o como um dos agentes fundamentais deste processo. Ele aparece como forma política no sentido de garantir a reprodução das relações sociais de produção através dos seus meios de dominação da sociedade, regulada pelas instituições e seus códigos legais.

Como salienta a professora Ana Fani Alessandri Carlos (2011),

existe, portanto, a produção-reprodução do espaço social como necessidade do modo de produção enquanto manutenção das relações de dominação. Com base nesse processo não podemos omitir nem o lado estratégico e político da reprodução, nem a importância que o Estado assume para a manutenção geral das relações sociais (p. 29).

O Estado moderno se organiza como resposta a uma necessidade de mediação de conflito posto pelas contradições e barreiras que marcam o capitalismo, em que são contrapostos diferentes interesses em diferentes escalas. Podemos citar, por exemplo, as contradições existentes entre os interesses individuais, resguardado geralmente a uma elite econômica; e os interesses comuns, aos demais membros que compõem o conjunto social.

Partindo dessa premissa, o Estado passa a ser compreendido em algumas esferas como algo maior que o todo social, uma instituição mediadora, que irá agir como juiz supremo, determinando os reais interesses e necessidades da população, no sentido de garantir o bem-estar de todos.

Esta visão entendida como reducionista, apresenta logo de cara uma enorme contradição. Partimos do entendimento marxista do Estado que o considera um constructo social, ou seja, um produto da sociedade, constituído em um determinado momento histórico. Consequentemente, por ser composto por membros da sociedade que o produziu, são defendidos os interesses de acordo com o grupo social dominante.

Dessa maneira, ao pensar no Estado moderno, desenvolvido ao longo do modo de produção capitalista, quais interesses são privilegiados ou quem de fato

representa a sociedade por meio do Estado? Os interesses de classe prevalecem ao elaborar seus planos de governo? As políticas públicas são desenvolvidas para atender qual parcela da população?

Iremos desenvolver o raciocínio a partir dessas questões e tentar delinear, nos dias atuais, a atuação do Estado e os interesses que prevalecem por trás de suas ações, fazendo uma ligação entre a teoria aqui apresentada e o objeto de pesquisa proposto.

A produção do espaço como condição, meio e produto necessário ao processo de reprodução do capital, retomando Carlos (2011), desdobra-se em estratégias para a efetivação de seus objetivos, vista que no seio do processo se instaura o conflito entre as diferentes classes, fruto da contradição entre as relações de produção e as forças produtivas. O Estado, por meio de suas ações, busca produzir o espaço para assegurar a reprodução ampliada do capital, orientado pelas necessidades econômicas de crescimento e desenvolvimento.

Como produto social, o Estado se volta para as condições históricas encontradas transformando-as de acordo com seus interesses. O espaço passa a ser produzido com o objetivo principal de produzir e realizar o capital, criando-se as condições de sua existência e reprodução, bem como a própria produção do espaço torna-se um setor de expansão do capital. Neste processo, Lefebvre (1977) constata que o Estado, como ente político da produção do espaço, tende a impor uma racionalidade bem definida, a partir de normas e planos que reificam a propriedade privada da terra, bem como conduzem os investimentos, aprofundando a fragmentação e hierarquização do espaço. Esta ação se oculta no conjunto social, justamente como estratégia para sua efetivação.

Nesse sentido, ao representar a estrutura social que o produziu (divisão do trabalho/classes sociais), o Estado reproduz essa estrutura em sua própria composição, servindo à classe mais poderosa que se apropria das instituições existentes para manter seu domínio. Seguimos então a proposição de que o Estado possui uma orientação bem definida, representando os interesses dessa classe dominante, que, conseqüentemente, é a classe economicamente mais poderosa, aquela que detém os meios de produção, o capital etc, a chamada burguesia.

Seguindo esta perspectiva, David Harvey (2001), ao estudar o Estado na sociedade capitalista, constata que,

o Estado que se origina da necessidade de manter os antagonismos de classe sob controle, mas que também se origina no meio da luta entre as classes, é, normalmente, o Estado da classe economicamente dirigente, que, por seus recursos, torna-se também a classe politicamente dirigente, e, assim, obtém novos meios de controlar e explorar as classes oprimidas (HARVEY, 2001, p. 78).

Dessa maneira passamos a constituir uma realidade em que uma classe obtém o domínio do Estado e exerce o poder a partir de seus próprios interesses, travestidos de interesses comuns, mas não sem, contudo, entrar em conflitos espinhosos com a classe que pretende dominar.

Para Lefebvre (1977), essa forma hierarquizada de representação do Estado aplica-se também a produção de um espaço inteiramente fragmentado e hierarquizado. Formam-se guetos, os espaços se funcionalizam, cria-se o lugar dos operários, o lugar das indústrias, o lugar dos dirigentes, o lugar do comércio, o lugar do trabalho, o lugar dos imigrantes, “o lugar daqueles para os quais não há lugar”.

A cidade como já citado, representa esse lugar onde a centralidade exerce seu grande poder no sentido de efetivar a reprodução do capital, e a relação centro-periferia é formalizada espacialmente servindo a reprodução de uma lógica bem definida representada pela exacerbação do econômico sobre o social (LEFEBVRE, 1977).

A produção do espaço passa então a ser utilizada como um meio de dominação, de controle, pelas mãos do Estado que se distingue pela legitimação de suas ações perante toda sociedade, uma vez que ele é definido por representar todo o conjunto social. Estamos diante da subordinação dos recursos de um território a interesses e objetivos políticos bem definidos, em que, a partir de um aparato ideológico, são definidas estratégias para concretização de tais objetivos.

Uma dessas estratégias, que já fora comentada aqui, é justamente a autonomia e independência conferida ao Estado em seu funcionamento, na busca do bem de todos. A forma pela qual o Estado se representa, projetando uma suposta autonomia, acaba escondendo sua própria natureza, pois enquanto produto social emerge historicamente da luta de classes. A elite, produtora da técnica e do conhecimento, acaba por criar e difundir verdades universais que alcançam grande parte do tecido social graças aos meios de divulgação e produção dessas informações ligadas diretamente à elite. Tudo se transforma em discurso comum:

noções como justiça, liberdade, igualdade, moral, indivíduo, direito etc. e que são colocadas como racionalidade natural do ser humano.

Porém, devemos lembrar que em momentos de crise de reprodução do capital, as primeiras medidas a serem tomadas são aquelas voltadas à diminuição dos gastos públicos de interesse social para reforçar o mercado. São as chamadas medidas de austeridade que tanto preza o discurso neoliberal.

Como exemplo da utilização ideológica dessas ideias, as noções de liberdade e igualdade possibilitam o funcionamento do sistema baseado no valor de troca, tendo o Estado como regulador e mediador dessa troca entre os indivíduos assegurada também pelo direito a propriedade privada e o direito de se envolverem em relações de troca. Nos dizeres de David Harvey (2001), “as conexões entre a formação da ideologia dominante, a definição do ‘interesse comum ilusório’ na forma do Estado, e os interesses específicos reais da classe dirigente são tão sutis como complexas” (p. 80).

Essas estratégias, que nos dizeres de Lefebvre (1973), “resultam de um encadeamento de acasos e de necessidades sempre particulares: as confrontações entre forças diversas e desiguais, repartidas por dois campos opostos” (p. 90), nos faz pensar na contradição existente entre a ação do Estado como ação para a manutenção das relações de dominação e as necessidades reais básicas encontradas em meio ao quadro social existente para a possibilidade de uma realização da vida.

Agindo no sentido de manter o poder e o domínio do todo social por meio da produção do espaço, o Estado tem por objetivo manter o funcionamento do capitalismo que se reproduz como sistema contínuo por meio de relações jurídicas, políticas e sociais. Nos dizeres de Marx e Engels (2008): “o poder do Estado moderno não passa de um comitê que administra os negócios comuns da classe burguesa como um todo (p. 12)”.

Cria-se, desse modo, uma base legal para garantir a estabilidade e o funcionamento do modo de produção - em todas as etapas de funcionamento (produção, circulação e troca) – e o Estado age em diversas frentes: na garantia da propriedade privada dos meios de produção e da força de trabalho, no cumprimento de contratos que possibilitam a exploração do trabalho, na proteção de mecanismos de acumulação, na eliminação de barreiras para a mobilidade do capital e do trabalho, na estabilidade do sistema monetário.

Deve-se ressaltar que, para garantir o poder do Estado nas mãos de uma classe, as contradições evidenciadas acabam por produzir algumas concessões à classe menos poderosa, como, por exemplo, as leis trabalhistas e de base social, muito criticada pelo discurso neoliberal.

Assim, articulado no meio político estabelecido, a produção do espaço deve ser capaz de articular os momentos necessários de realização da produção, distribuição, circulação, troca e consumo, e reunir os elementos que permitam a continuidade da reprodução do capital de forma ampliada. É desse modo que a cidade surge como o lugar da aglomeração espacial, lugar que possui as condições necessárias para o funcionamento do sistema.

Na cidade capitalista, o espaço se transforma em mercadoria, e a ampliação desse processo de reprodução passa a ser possibilitado pela própria produção da cidade com parcelas bem definidas para o processo de produção. A divisão do trabalho agora é também espacial. Há uma fragmentação especializada do território, uma hierarquização dos lugares e uma homogeneização do seu conteúdo como mediação necessária para a troca.

O longo processo histórico de desenvolvimento do capitalismo fomentou a cisão entre força de trabalho e controle dos meios de produção, e determinou que essas relações de produção e acumulação fossem fomentadas, amparadas e aplicadas pelo uso do poder do Estado. Deve-se garantir o direito a propriedade privada sobre as mercadorias em troca, de modo que ninguém se apodere da propriedade do outro pela força e do mesmo modo, que cada um renuncie a sua propriedade de modo voluntário. O trabalhador, depois de destituído de todos seus bens, passa a ter apenas a propriedade de seu próprio corpo e de sua força de trabalho, que, conseqüentemente, deve ser trocada para manutenção mínima de sua vida, mantendo e aumentando da desigualdade entre os indivíduos e impossibilidade da vida livre e plural (HARVEY, 200, p. 82).

Para o geógrafo David Harvey (2001, p. 89), o Estado é uma categoria abstrata, talvez apropriada para se generalizar sobre a coletividade dos processos pelos quais se exerce o poder, e também para ser levado em consideração coletivamente, na totalidade da formação social.

Constatamos, então, que essa realidade se realiza imersa em contradições, como as necessidades econômicas e políticas, ou a própria necessidade de subsistência da população. E nesse processo são explicitadas algumas estratégias

como já fora explicado, que são desenvolvidas e difundidas ideologicamente por meio do discurso (meios de comunicação de massa) e por meio de políticas públicas de conscientização e de transformação e produção do espaço.

O próprio processo de transformação do espaço físico necessita de um respaldo ideológico que o legitima perante a sociedade. Os processos mentais fundamentais para a produção do espaço e seu consumo pelos indivíduos que o compõe.

Lefebvre (1977) em sua obra “De l’etat” aponta que o Estado se liga ao espaço por propiciar a formação de um território nacional, ou seja, o espaço físico; um espaço social formalizando por meio da hierarquia social existente, formatada no desenvolvimento da divisão do trabalho historicamente determinada; e a criação de um espaço mental, o das representações.

Devemos lembrar que é pelo Estado que são efetivadas as estratégias de transformação da cidade através das políticas de planejamento e intervenção urbana e suas respectivas consequências para a vida da população. As estratégias, que são notadamente de classe, aparecem no discurso oficial como necessidade social ou como interesse público, o que acaba se legitimando pela sociedade como um todo, inclusive pela população mais carente que sofre os maiores impactos por meio de desocupações, remanejamento territorial, etc.

Consideramos que a teoria sobre o Estado delineada até o momento acaba por apresentar uma ideia a parte da realidade (uma abstração), mas entendemos que a teoria só se realiza enquanto prática, nesse caso, a prática sócio espacial.

Tais elementos nos levam a questionar a intencionalidade das políticas públicas efetivadas pelo Estado, em uma metrópole como São Paulo, principalmente quando a ação tem como alvo a periferia.

Como já explicitado, em Perus encontramos uma enorme precariedade em relação a infraestrutura urbana e as condições de vida da população, mas até que ponto a efetivação do parque linear e de outros projetos destinados a essa porção do território, como a urbanização da favela do Bamburral ou a transferência do Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP), como vem sendo anunciado pelo atual governo municipal de São Paulo, podem efetivamente melhorar as condições de vida dessa população?

Enfatizamos que tais projetos podem interferir diretamente na vida de muitas pessoas por meio de desapropriações, pelo processo de valorização que tais

projetos podem acarretar, consolidando mecanismos de segregação, como já apresentados nas hipóteses do trabalho.

No caso do Parque Linear Perus, esta forma de intervenção vem acompanhada e amparada por leis e diretrizes, como o Plano Diretor e o Plano de Bairro, que apresentam as supostas necessidades da população. Entretanto, pergunta-se: Será que o poder público e seus representantes de fato conhecem tais necessidades e estão interessados em resolvê-las?

Além disso, os que fazem aqueles que fazem a defesa do parque linear apresentam um discurso relacionado à sustentabilidade como argumento para respaldar as ações futuras, o que faz com que nos debruçemos sobre essa temática para compreender como o Estado vem articulando suas ações por meio desse discurso.

Consideramos a necessidade de nos atermos à questão da propriedade da terra e a questão imobiliária, pois, na maioria das vezes, ditam as intervenções públicas na cidade com vistas a maiores rendimentos sob a forma de especulação. No capitalismo, as políticas que envolvem a produção do espaço, revelam contradições. Mesmo quando estas políticas apontam para conquistas de direitos (como urbanização de favelas e regularização fundiária, produção de parques nas periferias, etc) promovem, por meio de investimentos e obras, a valorização do espaço, mobilizando também um intenso processo de especulação, ainda mais em uma metrópole tão espacialmente desigual como São Paulo, que possui investimentos muito seletivos.

O fato contribui para expulsão da parcela mais pobre da população que não consegue se manter a partir da valorização estabelecida. Neste sentido, queremos apontar os limites das ações de planejamento como ruptura das condições atuais de reprodução da sociedade e do espaço.

3.1. A SUSTENTABILIDADE COMO ESTRATÉGIA PARA AS POLÍTICAS DE ESPAÇO.

A natureza humana e a natureza natural aparecem cindida nesta economia de exploração que inclui ambas (Damiani).

A proposta de construção do Parque Linear Ribeirão Perus, está inserida em um conjunto de ações e discursos que advogam a necessidade de diminuir o impacto do homem sobre os recursos naturais, por meio de maior racionalização e eficácia de sua exploração, supostamente garantindo sua presença para “as futuras gerações” de um ambiente melhor. Também tem se difundido, no plano do discurso, a necessidade de recompor nas cidades, os elementos naturais que foram se diluindo com amplo processo de industrialização e de intenso crescimento demográfico.

A difusão de palavras como “meio-ambiente”, “ecologia”, “biosfera”, dentre outras, passou a integrar o vocabulário de pessoas advindas das mais diversas esferas sociais. Mas, entidades (por exemplo, o Banco Mundial), os Estados (as decisões tomadas no âmbito mundial) e grupos sociais dominantes (representados por ONGs, por exemplo) passaram a incorporar nos seus discursos a noção de crise ambiental, segundo a qual todos igualmente seriam responsáveis, bem como sofreriam da mesma forma as consequências da degradação ambiental. Importa considerar que as raízes do discurso ambiental comportava uma crítica radical ao sistema produtor de mercadorias, questionando a sociedade de produção e consumo de massas, a mercantilização total da natureza e das suas consequências. No entanto, o potencial crítico dessa visão de crise foi se decompondo, até que os limites da exploração dos recursos naturais se consubstanciassem no conceito chamado de *desenvolvimento sustentável*, cuja essência advoga a manutenção do padrão de vida, da produção e do consumo, porém, minimizando os impactos sobre os recursos naturais.

Este cenário foi se desenhando principalmente das últimas décadas do século XX, quando foi evidenciada mais uma crise do modo de produção capitalista²⁰. Foi no contexto da emergência da crise que problemas relativos à exploração inadequada dos recursos naturais, que muitas vezes eram reclamações

²⁰ David Harvey (2012) aponta grandes mudanças nas qualidades de vida urbana a partir da década de 1970. No período entre as décadas de 1950 e 1970, entra em declínio a fase fordista/keynesiana do capitalismo, que chega ao seu ápice no pós 2ª Guerra Mundial, mas encontra problemas frente ao encarecimento da principal matriz energética de produção que é o petróleo, evidenciando assim as contradições inerentes ao capitalismo. A rigidez verificada na capacidade de investimentos, no mercado, nas ações do Estado, no planejamento aponta para tais mudanças inclusive frente a um racionalismo existente desde o iluminismo.

restritas a populações e comunidades locais, ganharam a dimensão de uma “crise ambiental” e se tornaram “questão ambiental”, ganhando normas e acordos internacionais por meio de conferências e políticas públicas, abrangendo diferentes escalas: do global ao local.

Nas áreas urbanas se verificou a partir do processo de industrialização, um amplo processo de degradação da natureza, pautado principalmente em um ideal de desenvolvimento que privilegiava a construção material da cidade, momento em que foram eliminados os elementos naturais presentes, considerados como atrasados. Além disso, os investimentos na cidade, como já referidos, foram extremamente desiguais privilegiando a formação do centro economicamente desenvolvido em detrimento da periferia.

Porém, nesse momento em que se evidenciou a suposta crise ambiental e as áreas verdes se tornaram raridade, há uma ambientalização do debate sobre as políticas urbanas, inserindo esses novos paradigmas de mudança na qualidade de vida urbana.

Devemos lembrar que a crise no capitalismo é definida como a falta de crescimento orientada pela taxa de lucro que garante a acumulação do capital e sustenta o próprio funcionamento do sistema. A base de todo processo é a exploração do trabalho (através do qual se produz a mais valia), e, deste modo, o controle do trabalho é essencial para o lucro capitalista. Por isso, a contradição fundamental do capitalismo está na relação de classe entre o capital e o trabalho. A necessidade de reproduzir continuamente e exponencialmente o ciclo de reprodução do capital pressupõe que a inovação organizacional e técnica sejam fundamentais no domínio do trabalho e, conseqüentemente, na produção de lucros e perpetuação do sistema. Segundo Harvey (2012): “Deriva em parte dessa necessidade a ideologia de que o ‘progresso’ é tanto inevitável como bom” (p.169).

O Geógrafo britânico David Harvey, utiliza tais considerações, extraídas da crítica marxista A Economia Política, para reafirmar o caráter contraditório do capitalismo e sua propensão à crise. Para Harvey (2012):

Marx foi capaz de mostrar que essas (...) condições necessárias do modo capitalista de produção eram inconsistentes e contraditórias, e que, por isso, a dinâmica do capitalismo era necessariamente propensa à crise. Não havia, em sua análise, uma maneira pela qual a combinação dessas (...) condições pudessem produzir um crescimento equilibrado e sem problemas (p. 169 – 170).

Destaca-se como expressão da dinâmica do processo de acumulação e do caráter dialético intrínseco ao funcionamento do capitalismo, a queda tendencial da taxa de lucro²¹, como elemento importante da crise, que, aliada a constatação de que as matérias primas estavam se findando permitiu a busca de novas alternativas para tentar superar e novamente possibilitar a acumulação do capital.

Assim, imersos em uma nova dinâmica de produção, são verificadas profundas transformações estruturais na aquisição da mais valia e do lucro, pensadas como forma de superação da crise em que se verificou a partir do esgotamento do modelo de desenvolvimento industrial-fordista. Dessa maneira, a produção do espaço urbano passou a ser pensado a partir do alinhamento da dinâmica do mercado à produção de uma eficácia no uso dos recursos do planeta, que colocam a noção de sustentabilidade como referência para o debate sobre o desenvolvimento das cidades, intrinsecamente ligada a valorização do capital.

Destaca-se nesse cenário, assentado em acordos internacionais conduzidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e Banco Mundial, a ideia de gestão urbana e estratégica pautada na dinâmica empresarial de gestão, buscando a sustentabilidade como estratégia de produtividade e competitividade.

Formaliza-se nesse contexto, o já citado neste estudo um acordo chamado Agenda 21, documento elaborado na 2ª Conferência Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD), no Rio de Janeiro em 1992, que coloca o desenvolvimento sustentável como meta a ser atingida no futuro e que implica na adoção de políticas urbanas sustentáveis. Essas ideias deram origem a definição de “cidades sustentáveis”, que passou a advogar a técnica, presente no planejamento urbano, como forma de solucionar os problemas relativos ao estado de precarização de serviços essenciais das cidades, resultado de suas contradições e desigualdades presentes na produção de degradação das cidades. Tal representação aponta para novos modelos técnicos do urbano, fundado na racionalidade. Nos dizeres de

²¹ Essa tendência produz, simultaneamente com o decréscimo relativo do capital variável em relação ao constante, cada vez mais elevada composição orgânica do capital global, daí resultando diretamente que a taxa de mais-valia, sem variar e mesmo elevando-se o grau de exploração do trabalho, se expressa em taxa geral de lucro em decréscimo contínuo (O capital. Livro III. Vol 4, p. 243).

Rodrigues (2012), “a agenda 21 se transformou na panaceia para todos os males” (p. 208).

Na realidade, o debate sobre o desenvolvimento sustentável passou a ser explicitado no final da década de 1960 e início de 1970. A Conferência da Biosfera, promovida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) em 1968, trouxe a questão de uma perspectiva ecológica do sistema global. Formava-se nesse momento o chamado Clube de Roma, bloco composto por grandes corporações (Fiat, Olivetti, Volkswagen, Ford), políticos e cientistas de vários países, que passaram a questionar os limites do crescimento exponencial da produção e da população. Esse grupo foi responsável pela elaboração do Relatório Meadows intitulado “Os Limites do Crescimento” e publicado em 1972 na 1ª Conferência da ONU sobre meio ambiente realizada em Estocolmo, Suécia²². Essa reunião ficou conhecida por elaborarem a Declaração da Conferência da ONU sobre Meio Ambiente com 19 princípios representando um manifesto a favor do “desenvolvimento sustentável”²³ (Limonad, 2013, p. 130).

Este foi o marco histórico representou a preocupação com o esgotamento dos recursos e o desenvolvimento econômico, além disso, Rodrigues (2005) salienta o embate entre os países do Norte (desenvolvidos) e do Sul (subdesenvolvidos) na pretensão de instalar indústrias poluentes e de exploração de recursos naturais em países da periferia (Rodrigues, p. 96, 2005).

No final deste mesmo ano criou-se o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), e, em sua primeira reunião realizada em Genebra, o então diretor executivo do programa, Maurice Strong, empregou pela primeira vez o termo “ecodesenvolvimento”, que mais tarde Ignacy Sachs²⁴ iria definir como uma possível aplicação de um modelo que permitisse “a reprodução das condições de existência humana sem comprometer a base natural necessária à produção das coisas”, fazendo referência principalmente às regiões da periferia global (RIBEIRO, p. 61, 2012).

²² No ano de 1971 fora realizado em Fornex (Suíça), uma reunião preparatória onde se iniciou uma reflexão a respeito das implicações de um modelo de desenvolvimento baseado exclusivamente no crescimento econômico (Ribeiro, p. 61, 2012)

²³ O termo ainda não havia sido definido, por isso as aspas ao citar o termo, mas as bases desse ideário já estavam sendo formatada.

²⁴ Economista polonês que atuou em diversos órgãos da ONU.

O debate sobre sustentabilidade se aprofundou com a Declaração de Coyococ (México), organizada pelo PNUMA, e com a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento em 1974, definindo o chamado “ecodesenvolvimento” como uma “relação harmoniosa entre a sociedade e o meio ambiente natural conectado à autodependência local” (Leff, 1994 apud Ribeiro, p. 61, 2012).

Nota-se, que esta série de iniciativas lideradas principalmente pelas Nações Unidas, propiciou o aparecimento do desenvolvimento sustentável como ideário que viria guiar os investimentos e políticas futuras. A busca de uma alternativa a predação da natureza, sem impor limites ao modo de produção se colocou como finalidade dessas organizações.

Em 1983 foi criado, por meio de uma deliberação da Assembleia Geral da ONU, a Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD). Esta comissão, presidida por Gro Harlem Brundtland (mestre em saúde pública e ex-primeira-ministra da Noruega), desenvolveu um documento muito importante, o relatório “Nosso Futuro Comum”, de 1987, em que é definido o desenvolvimento sustentável. Claramente pontua-se que:

O desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que encontra as necessidades atuais sem comprometer a habilidade das futuras gerações de atender suas próprias necessidades.

Um mundo onde a pobreza e a desigualdade são endêmicas estará sempre propenso à crises ecológicas, entre outras...

O desenvolvimento sustentável requer que as sociedades atendam às necessidades humanas tanto pelo aumento do potencial produtivo como pela garantia de oportunidades iguais para todos.

Muitos de nós vivemos além dos recursos ecológicos, por exemplo, em nossos padrões de consumo de energia... No mínimo, o desenvolvimento sustentável não deve pôr em risco os sistemas naturais que sustentam a vida na Terra: a atmosfera, as águas, os solos e os seres vivos.

Na sua essência, o desenvolvimento sustentável é um processo de mudança no qual a exploração dos recursos, o direcionamento dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e a mudança institucional estão em harmonia e reforçam o atual e futuro potencial para satisfazer as aspirações e necessidades humanas. (CMMAD, 1987, grifo nosso).

Nota-se que o fundamento da desigualdade não é colocado em questão. A crítica que antes estava pautada na escala de reprodução da vida, agora se baseia

na reprodução do capital em escala global. Os conteúdos sociais são esquecidos na tentativa de, a partir da preservação da natureza, garantir a sobrevivência do modo de produção e possibilidade de reprodução do capital. Esse relatório coroa os estudos do Clube de Roma em um momento de ascensão do neoliberalismo em escala mundial e de retração dos movimentos sociais que lutavam por justiça social.

Extirpou-se, assim, da noção de desenvolvimento sustentável o caráter de luta dos conflitos sociais que lhe deu origem. Ao esvaziar o sentido social da questão ambiental, viabilizou a instrumentalização da ideia de sustentabilidade para preservação ambiental, em consonância com interesses hegemônicos. (...). Revela-se, assim, o fato de que a finitude e escassez dos recursos naturais são socialmente criadas e dependem muitas vezes dos interesses em jogo, das alianças existentes no nível da divisão internacional do trabalho e do estágio de desenvolvimento das forças produtivas para que este ou aquele recurso seja considerado esgotável (LIMONAD, 2013, p. 130 – 131).

Em 1992 a 2ª CNUMAD, como já referido, deu um passo adiante nas discussões e ações sobre o tema e apresentou a Agenda 21, colocando o desenvolvimento sustentável como meta a ser atingida em um futuro. Porém, como salienta Rodrigues (2005), “não se explicita quando será o futuro, e para quem haverá futuro” (p.96).

Nos dizeres de Rodrigues (2012),

para tornar o “desenvolvimento sustentável”, devem promover a cooperação internacional; elaborar programas de combate a pobreza; provocar mudanças nos padrões de consumo; interagir na dinâmica demográfica; integrar o meio ambiente em todos os programas e projetos; propiciar a conservação e o gerenciamento de recursos naturais da atmosfera; preservar os recursos terrestres; combater o desmatamento; promover a conservação da biodiversidade; proteger os oceanos; ter manejo ecologicamente saudável das substâncias tóxicas contidas nos resíduos perigosos e radioativos; conseguir recursos para financiar pesquisas que interessem para a conservação e/ou preservação do meio ambiente (p. 214).

A partir de então, o desenvolvimento sustentável tornou-se expressão usual, porém, como apontam alguns autores que partem de uma perspectiva crítica Rodrigues (2005, 2012), Limonad (2013), Ribeiro (2012), não possui uma precisão

conceitual. A relação entre essas duas palavras coloca-se como uma alternativa viável para que o modo de produção de mercadorias não seja questionado frente à devastação da natureza e seus atributos implicados pelo avassalador consumismo.

Incorporar a palavra “sustentável” a “desenvolvimento” foi um ajuste na terminologia, mantendo-se o modo de produção de mercadorias e atribuindo os problemas aos desvios do “modelo” de cada país, e não ao modo de produção dominante. Também representou um ajuste das responsabilidades, pois todos passaram a ser responsáveis pelos problemas de esgotamento e poluição dos recursos. (RODRIGUES, p. 96 – 97, 2005).

O que se nota atualmente e se considera importante reiterar neste estudo, é que o discurso ambiental ganhou mais força, ditando muitas das políticas públicas, moldando novamente a cidade. O programa das Nações Unidas “Cidades Sustentáveis”, criado no início da década de 1990, evidencia essa ambientalização do discurso incidindo sobre o planejamento na perspectiva de criar um urbano sustentável, contribuindo para a legitimação de práticas urbanas neoliberais.

Para Limonad (2013), tal programa unificou as agendas do desenvolvimento sustentável do Programa Ambiental das Nações Unidas (United Nation Environment Programme – UNEP) e o Centro para Assentamentos Humanos das Nações Unidas (United Nations Centre for Human Settlements – UNCHS).

O programa das Cidades Sustentáveis das Nações Unidas nasce assim como uma articulação desses dois programas e define a cidade sustentável como um lugar que dispõe de um acervo durável de recursos naturais para garantir a sustentabilidade (durabilidade) do desenvolvimento social, econômico e físico, e conte com uma segurança durável contra riscos ambientais que ameaçam o seu desenvolvimento (LIMONAD, 2013, p. 133).

É importante ressaltar que para compreender o sentido do desenvolvimento sustentável na produção material da cidade na atualidade, devemos lembrar de alguns aspectos pregressos do desenvolvimento da sociedade capitalista que, ao buscar a reprodução do capital por meio da produção de mercadorias, utilizou-se

intensamente dos recursos naturais, ou, nos dizeres de Rodrigues, riquezas naturais²⁵, para efetivação de tal modo de produção.

Para se adequarem às exigências de reprodução do capital que busca a conformação de uma centralidade, as cidades passam por constantes transformações de acordo com as exigências do momento histórico e do lugar onde se localizam, consolidando os mecanismos que possibilitam a acumulação por meio da valorização do capital.

São Paulo passou a se desenvolver seguindo as exigências da produção industrial organizando a infraestrutura espacial e produzindo um espaço extremamente fragmentado de acordo com suas necessidades. Desta maneira se consolidou enquanto um centro dinâmico em âmbito nacional, passando a concentrar, além dos meios de produção, uma extensa massa de mão de obra advinda dos mais diversos cantos do país. A concentração populacional em São Paulo passou a crescer rapidamente, principalmente entre as décadas de 1950 e 1960, em virtude da chegada de migrantes vindos principalmente da região nordeste e de Minas Gerais, em um dos maiores movimentos migratórios do país.

A crescente massificação de pessoas mostra a força da cidade que passou a se constituir como metrópole, exercendo uma grande centralidade econômica. Como salienta Damiani (2005): “o processo do capital é concentrador: de trabalhadores, de mercados, de dinheiro, de finanças, de fluxos do capital, de signos, da força de trabalho como potência” (p. 75).

Como já fora comentado anteriormente, a população que chega serve a essa lógica como mão de obra para o trabalho pesado e de pouca qualificação. A questão social aliada a concentração da propriedade privada da terra, impôs a inclusão precária dessa população da vida na cidade, impossibilitada de habitar as áreas centrais nas grandes cidades, conformando a cidade a partir de uma forte segregação sócio espacial, tratado por Kovarik como processo de espoliação urbana. Esse movimento compõe alguns dos fatores importantes para a produção da grande periferia com todos os seus problemas característicos. Para Damiani (2005), o espaço de localização dessa população está implicado economicamente junto a segregação que passou a sofrer.

²⁵ Arlete Moysés Rodrigues (2005, p. 93), critica a maneira de conceber a natureza como recurso, uma vez que fica implícita sua função como mercadoria, por isso passa a utilizar o termo “riqueza natural” como contraponto da primeira.

A desigualdade pode ser verificada também em relação a distribuição das áreas verdes na cidade.

Na esteira do discurso ambiental foi instaurado o Programa municipal da cidade de São Paulo “100 Parques” que consiste em um projeto de planejamento que visa justamente ampliar a área verde na cidade, pois tem como objetivo a construção de inúmeros parques urbanos, lineares e naturais, espalhados pela cidade, principalmente em lugares onde há maior déficit de áreas verdes por habitantes (como na zona leste), com o intuito de mesclar o verde da natureza ao cinza do concreto.

O Parque Linear Ribeirão Perus faz parte desse programa municipal, trazendo implicitamente o uso de recursos gerados pela venda de créditos de carbono realizada a partir da captação de metano do antigo aterro sanitário Bandeirantes, constituindo-se como evidência da concretização dos termos utilizados pelo discurso da sustentabilidade na produção da cidade²⁶.

Como salientamos em outros momentos, Perus como fragmento da metrópole, aparece como parte dessa ampla periferia que se forma nos extremos da cidade, alocando assim grande parte da população que chega de outros lugares em áreas de ocupação irregular e em situações de risco como ao lado de córregos e vertentes muito inclinadas.

No caso do Ribeirão Perus, a proposta de parque incide sobre uma área amplamente urbanizada, que para se concretizar, um grande número de famílias deverá ter suas residências desapropriadas. Nessas circunstâncias, questionamos se viabilizar a construção de um parque que tem por finalidade resgatar aspectos ambientais - na justificativa da prefeitura, trata-se de reestruturar a bacia hidrográfica - se sobrepõe a uma necessidade básica desses moradores que é a moradia. Não existiriam alternativas para a concretização de tal parque sem que nenhuma família

²⁶ Segundo o acordo de Kyoto (1997), criou-se a possibilidade da negociação de créditos de carbono em escala mundial para redução da emissão de CO₂, ou seja, foi criada a opção dos países emissores desse gás, de comprar direitos de poluir. Assim, o aterro sanitário Bandeirantes, que chegou ao seu limite para o recebimento de lixo, passou a produzir energia a partir dos gases ali existentes e vender créditos de carbono para grandes empresas multinacionais localizadas nos países ricos. Os recursos financeiros previstos na legislação devem a princípio ser gastos no local da obtenção do crédito de carbono. No caso de Perus, os recursos inicialmente foram gastos na elaboração do projeto do Parque Linear e de algumas obras locais como pavimentação e pequenas praças.

seja desalojada? Os benefícios ambientais que se almejam não são possíveis de serem alcançados por outra via de atuação?

A magnitude da força de convencimento junto à população da localidade é tamanha, que verifica-se que poucos moradores se posicionam contra a construção de um parque, seja pela possibilidade de lazer, ou principalmente, pela força discursiva da temática ambiental. Dessa maneira, a proposta que se coloca é desconstruir o senso comum que se colocou diante da temática, e buscar os fundamentos do que se coloca como questão ambiental.

As ações do Estado, nesse contexto, passam a incorporar políticas de massa como essas para adequação desta população em áreas muito provavelmente ocupadas, mas que no fundo pouco contribui para realização da vida na cidade.

Corroboram com esta situação particular as estratégias de organização, controle, regulação das populações e de sua mobilidade, na condição de trabalhadora, de moradora, de visitante, que acabam por estender esse processo concentrador, econômico e político, enquanto processo de redução da vida cotidiana, então concentrador dos restos de vida social e individual (DAMIANI, 2005, p. 79).

Consideramos que é negada à classe trabalhadora que vive a periferia o acesso à centralidade, que se vê privada do acesso aos bens presentes no urbano.

No tocante a construção de uma neutralidade, que busca nesse contexto anular as identidades existentes, uma vez que se apresentam como uma imensa força hegemônica destacamos a temática ambiental que passa a ser difundida pelos agentes políticos e econômicos, pelos dos meios de comunicação e até os meios acadêmicos, como uma verdade inquestionável e aceita como artifício para a adoção de ações e políticas ambientais internalizadas como discurso de senso comum. Este discurso difunde a ideia de que todos somos responsáveis pela degradação da natureza e, conseqüentemente, pela sua preservação com o intuito de assegurar a boa qualidade de vida às gerações futuras.

Questiona-se se essa maneira de conceber o entendimento de uma questão que se diz ambiental, e sua conseqüente crise pela finitude dos elementos naturais, não permite que a raiz do problema seja compreendida, aprofundando as formas de

ocultar os conflitos entre as classes e o entendimento do processo de crise, inerentes ao modo de produção vigente.

Como percebemos durante o processo de pesquisa sobre caso do parque em Perus, assim como em outros casos relativos a ocupação da cidade, há uma responsabilização do indivíduo pelos rumos da humanidade, transferindo a responsabilidade pela ocupação de lugares de risco aos próprios moradores. Ao agir dessa forma, o poder público exime-se da responsabilidade pela produção da segregação sócio espacial, que, de qualquer forma, é elemento inerente a reprodução do modo de produção capitalista.

Ao assumir esta postura, o poder público, ao não consolidar políticas de habitação, educação e saúde para as populações mais pobres, reafirma as desigualdades. De forma perversa, os “culpados” devem aceitar as ações propostas pelo poder público em nome do “bem comum”, aceitando como justificativa a de que tais ações são fundamentais para a possibilidade de um futuro comum a todos, mesmo que para isso tenham que sair de suas casas.

A força da neutralidade mais uma vez se erige como explicação das ações postuladas, transformando a questão ambiental em agenda política nas mais diversas escalas de atuação.

Enquanto força discursiva cabe salientar que a construção dessas formulações comuns, neutras, são ideológicas e se presta a sustentar o poder econômico das classes privilegiadas.

Nos dizeres de Chauí (2006):

A ideologia, forma específica do imaginário social moderno, é a maneira necessária pela qual os agentes sociais representam para si mesmos o aparecer social, econômico e político, de tal sorte que essa aparência (que não devemos simplesmente tomar como sinônimo de ilusão ou falsidade), por ser o modo imediato e abstrato de manifestação do processo histórico, é o ocultamente ou a dissimulação do real. (...). A sistematicidade e a coerência ideológica nascem de uma determinação muito precisa: o discurso ideológico é aquele que pretende coincidir com as coisas, anular a diferença entre o pensar, o dizer e o ser, destarte, engendrar uma lógica da identificação que unifique pensamento, linguagem e realidade para, através dessa lógica, obter a identificação de linguagem e realidade para, através dessa lógica, obter a identificação de todos os sujeitos sociais com uma imagem particular universalizada, isto é, a imagem da classe dominante. (p. 15).

O discurso da neutralidade reverbera em diferentes meios da nossa realidade econômica, política e social, como, no caso estudado, na temática ambiental e nos problemas da exploração capitalista.

Resgatamos aqui uma formulação teórica do filósofo Žižek (1996), em que ele desnuda o fato de haver inversão da problematização quando se promulga a ideia de culpa e de responsabilização do sujeito. Essa construção de um sujeito plenamente responsável pelos seus atos, em termos morais e criminais, atende a necessidade ideológica de se esconder a complexidade dos pressupostos históricos, e, em nosso entendimento, espaciais. A culpabilidade, ao mesmo tempo em que explicita uma “explicação” para a disfunção do sistema em ação, exime a tarefa de se “investigar as circunstâncias concretas do ato em questão” (p. 11).

No nosso entendimento, as crises presentes no modo de produção vigente, motivam a formulação de mecanismos de reestruturação no sistema para assegurar a reprodução ampliada do capital. Nas últimas décadas, consideramos que a chamada necessidade de preservação e conservação ambiental faz parte deste processo.

A chamada crise ecológica, no limiar dos acontecimentos, pode ser entendida como parte da crise intrínseca ao próprio capitalismo, não como uma ameaça a ele, mas sim como uma forma de “reciclagem”. Nestas circunstâncias os economistas marxistas Chesnais e Serfati (2003) ressaltam a importância de se resgatar os fundamentos do capitalismo como movimento de exploração de outros países e da natureza.

Como estratégia iminente do próprio desenvolvimento do capitalismo, os sintomas dessa crise são transformados em novos campos de acumulação como a poluição, a degradação dos recursos naturais etc. Além disso, no campo político, o fardo dessa degradação é transferido para as classes populares, garantindo o padrão de consumo da elite. Compartilhamos da análise de Chesnais e Serfati (2003) que afirmam que as crises ecológicas ou ambientais se repartem de forma desigual no conjunto social:

A crise ecológica planetária tem sua origem nos fundamentos e nos primórdios de funcionamento do capitalismo, desdobrados das consequências da organização política e econômica dos Estados Burocráticos (p. 3).

Segundo Damiani (2005), ao buscar elementos para a compreensão da modernização do mundo, nos deparamos com o processo de deterioração da vida social e humana, que se mostra através de contradições fundamentais, como o embate entre qualidade ambiental e a determinação social, verificada principalmente no ambiente urbano.

O próprio entendimento da questão ambiental impõe suas contradições ao apresenta-se dialeticamente como um “limite” ao desenvolvimento capitalista (por representar o esgotamento dos “recursos naturais”), e, ao mesmo tempo, propõe a preservação da natureza para garantia das futuras gerações dentro desse mesmo modo de produção.

No desenvolvimento das cidades vemos a materialização desses supostos na produção do espaço. No momento do surgimento das cidades modernas, a noção de progresso da cidade estava pautada na construção de prédios, indústrias, avenidas, viadutos, retificação e canalização dos rios, grandes obras arquitetônicas, e a presença de elementos da natureza demonstrava um atraso. Atualmente, em um momento de crise, o discurso ambiental incorpora novas presenças no processo de produção da cidade, e o discurso sobre a preservação ambiental se faz presente, ou melhor, de sua representação, já que de fato não são mais naturais. A natureza, que fora transformada, absorvida pelo processo de produção capitalista da cidade, é transmutada neste momento da história como a chave para garantir um suposto desenvolvimento mais duradouro e equilibrado.

A noção de desenvolvimento, para Porto-Gonçalves (1996), está intimamente ligada ao crescimento. Seguindo uma vertente conceitual antropossocial, o sentido de desenvolvimento implica que uma força retire do atraso ou da barbárie algumas civilizações. Isso implica também outra forma de se entender a relação entre o homem e a natureza, que vai mudando de acordo com os pressupostos históricos.

Desenvolvimento é o nome-síntese da ideia de dominação da natureza. Afinal, ser desenvolvido é ser urbano, é ser industrializado, enfim, é ser tudo aquilo que nos afaste da natureza e que nos coloque diante de constructos humanos, como a cidade, como a indústria (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 24).

No distrito de Perus encontramos as marcas desses distintos tempos. A fábrica de cimento instalada no bairro nas primeiras décadas do século XX mostra a pujança de uma cidade que se erguia literalmente a partir do cimento que era produzido nela. Anos mais tarde, políticas voltadas a captação de crédito de carbono a partir do gás metano presente no Aterro Sanitário Bandeirantes (como veremos no próximo capítulo), e as perspectivas de construção do parque linear junto ao Ribeirão Perus, evidencia essa nova forma de se pensar o desenvolvimento da cidade.

Nota-se que a crise ambiental a que se referem os que se preocupam com o futuro da humanidade decorre do próprio sucesso do sistema capitalista que possibilitou a produção de mercadorias a partir de elementos da natureza. Porém, a crítica feita de fato não propõe novas formas de apropriação da natureza e de reprodução da vida, mas sim uma maneira de garantir a reprodução do sistema capitalista a partir de novas formas de reprodução do capital, no caso, a utilização da natureza como raridade, por exemplo, e a valorização de tais elementos que se dizem sustentáveis.

A questão se coloca para compreensão de dada realidade e que tentamos encontrar uma resposta: a “crise ambiental” (como fora denominada pelas grandes instituições políticas como a ONU) é uma crise do próprio modo de produção capitalista ou ela é provocada por ele?

Uma análise dialética permite compreender essa questão a partir de sua própria contradição. O limite dos recursos naturais pode ser apresentado como fator de risco para a produção da mais valia, ou para a aquisição de lucros cada vez mais altos, porém percebe-se que a própria finitude dos recursos passa a promover a valorização de determinados tipos de mercadorias a partir da ideia de consumo consciente ou de escassez, ou seja, o próprio mercado se apropria da questão ambiental para possibilitar a reprodução do capital. Trata-se de uma implicação da própria contradição capital x trabalho, em um momento de diminuição da produção industrial (transformação da natureza) e ampliação da produção de capital fictício a partir da financeirização da economia. A produção do valor que se dá, no caso da cidade, através de sua própria produção material, agora se utiliza da natureza, agora não mais como matéria prima, mas como elemento central de valorização do espaço.

O capital pretende fazer um mercado da “reparação” das degradações ecológicas. Longe de afetar sua reprodução como capital, essas se tornarão uma imensa fonte de lucros e de sustentação dos preços das ações (CHESNAIS e SERFATI, 1991, p. 6).

Os problemas relativos ao consumo excessivo da natureza - que resultaram na eliminação de grandes florestas, na extinção de espécies de animais e plantas, na poluição do ar e dos rios - antes eram questionados apenas por grupos locais que lutavam pela garantia de sobrevivência, pois necessitavam de algum desses elementos - se tornam questionamentos em escala global, e, para muitos, de “sobrevivência” da humanidade.

É no plano das cidades que os problemas ambientais ganham visibilidade. Um exemplo é que, embora a Agenda 21 não tenha a cidade como foco de suas ações, em seus propósitos são enfatizados como grandes problemas da atualidade a pobreza urbana, a falta de moradia adequada, a escassez de água, a poluição atmosférica, a falta de saneamento básico, as enchentes, os desbarrancamentos e assim por diante. Diante de tudo que se apresenta, as propostas contidas em tal documento, considera a possibilidade de melhoria de vida, por exemplo, com o manejo urbano.

Propósitos semelhantes aos da Agenda 21 embasam as Conferências das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos (Habitat I e Habitat II), que incorpora o desenvolvimento sustentável e as cidades sustentáveis aos seus objetivos. Rodrigues (2012, p. 220) pontua que essa postura divergiu das propostas dos movimentos populares e Organizações Não Governamentais (ONG's), pois essas últimas centravam o debate no direito a moradia como direito humano.

Na prática, passa a fazer parte da nova realidade instaurada pós surgimento do ideário ambiental, a viabilização do indivíduo com maior contato com essa natureza, hoje degradada. São práticas que se consubstanciam na construção, por exemplo, de condomínios fechados e que mantém pequenos bosques ou córregos, ou, simplesmente, que adotam tecnologias de menor desperdício de água e energia. Cresceu também o número de empresas que passaram a adotar medidas ambientais para conquista de certificados de sustentabilidade valorizando suas ações, além de políticas públicas que apontam para as chamadas cidades sustentáveis, com a construção de parques em áreas densamente urbanizadas,

restituição das características naturais de áreas degradadas como várzeas de rios, vertentes ocupadas.

Na realidade o dito “*desenvolvimento sustentável*”, ou programas que recorrem a esse tema, como a Agenda 21 e as Cidades Sustentáveis, aparecem como um recurso discursivo e esconde a complexidade existente do sistema produtor de mercadorias que proporciona as formas desiguais de apropriação da natureza. Para Rodrigues (2005), “o deslocamento discursivo, (...) oculta a existência das classes sociais e a importância do território, desloca os conflitos de classes para um suposto conflito de gerações” (p.103).

As práticas de sustentabilidade ligadas ao planejamento muitas vezes se revelam ambíguas, pois esvaziam o sentido social substituindo-o pela questão ambiental, ocultando assim o caráter estratégico que o espaço assume para a reprodução do capital. Nesse sentido, a questão ambiental evidencia e expressa de um conflito entre diferentes formas de apropriação social do espaço.

Ao inserir o natural (natureza) na lógica capitalista de reserva de valor, o resgate de características naturais materializadas no espaço, torna possível a sua valorização. Assim, políticas que visam a restauração ou preservação do ambiente natural são adotadas, ou se faz presente a consolidação de políticas “sustentáveis”, como as compensações e incentivos ambientais. Ressaltamos o caráter ideológico dessa postura na atualidade, por usar como artifícios o discurso e práticas ambientais consideradas aceitáveis do ponto de vista da preservação ambiental, envidando esforços para a transformação da cidade a partir da vontade daqueles que detêm o poder.

O que se verifica é a transformação da paisagem e do ambiente em mercadoria.

A financeirização da economia amplia as possibilidades de especulação imobiliária. Os recursos discursivos atuam na aquisição da propriedade da terra (Rodrigues, 2005, p.101). O verde, que nas cidades assume o caráter de raridade, age para a valorização de espaços que foram degradados pelo crescimento desenfreado da cidade e o capital imobiliário atua na tentativa de incorporar espaços com essas características ao seu processo produtivo, como um fator diferencial, na ânsia de maximizar suas rendas (LIMONAD, 2013). No mesmo sentido, Damiani (2005) afirma que,

Vende-se qualidade de vida, vende-se “natureza”, a demonstrar não o que temos, mas uma presença – ausência. A problemática do cotidiano põe simultaneamente as questões sociais e ambientais, sem resolvê-las institucionalmente, embora, sejam invadidas pelas institucionalizados várias” (p.).

O planejamento é a mediação que carrega essa ideologia de superação dos problemas a partir do uso da técnica e da ciência na utilização e distribuição dos recursos, mas é executado como instrumento de dominação e de manutenção das desigualdades e da hierarquização do espaço. No plano da produção do espaço urbano, isto é evidenciado, entre outros aspectos, pelas políticas que se realizam a partir do discurso ambiental. Em São Paulo, por exemplo, tais medidas políticas, invariavelmente, recaem sobre a população mais pobre que no passado, por falta de opções, ocupou várzeas de rios, morros, encostas e as áreas de mananciais. Atualmente, sob a justificativa de que é preciso “recuperar a natureza”, muitas famílias são expulsas de suas moradias²⁷.

Essa “fetichização da sustentabilidade” legitima suas propostas ao lhe conferir uma neutralidade de caráter apolítico, afinal, quem é contra proteção da natureza? Quem seria contra a sustentabilidade?

Porém, a prática espacial, apesar de perpassada por toda essa ideologia, se coloca como a experiência capaz de combatê-la. É assim que vemos, em Perus, grupos organizados e a própria população atingida pelo projeto, colocando em questão as ações relacionadas ao parque linear, um poder de resistência. Movimentos sociais ligados à cultura e a educação promoveram debates importantes a partir do momento em que o projeto pronto fora anunciado. Os movimentos sociais não só discutiam temas em torno do parque, como também dos problemas vivenciados no cotidiano. Nesse contexto, a retomada do movimento pela reapropriação da antiga fábrica de cimento para construção de um centro cultural ganhou força novamente, convergindo para o debate e aglutinação dos próprios movimentos sociais.

Mecanismos de planejamento que incidem sobre a cidade como o Plano de Bairro e o Plano Diretor Estratégico da Cidade de São Paulo, foram discutidos, pois neles são delineadas as formas de intervenção do Estado no território. Desta maneira, considerou-se necessária neste momento do estudo, esclarecer quais as

²⁷ Podemos conferir nos noticiários muitas notícias de processos de desapropriação para construção de parques, praças, revitalização de córregos, operações urbanas etc.

formas de intervenção urbana propostas para Perus em tais planos, e como a questão ambiental é trabalhada nesses documentos.

3.2. AS POLÍTICAS DE ESPAÇO PREVISTAS PARA PERUS

O processo de urbanização da cidade de São Paulo foi se consolidando a partir de profundas transformações. Novos conteúdos e formas concretizaram-se no sentido de constituir a cidade de acordo com momento histórico – não sem um movimento dialético, em que a cidade se constitui e é constituída nas contradições inerentes ao sistema capitalista. Nesse sentido, nas últimas décadas verificou-se um intenso processo de reestruturação produtiva na indústria e a financeirização da economia.

Assim, ao elevar a propriedade privada da terra a condição de centralidade, o processo de urbanização, enquanto elemento do processo de produção do espaço, passou a revelar as estratégias de reprodução do capital, e consequentemente da vida na cidade. Retomamos a formulação de Carlos (2011) que considera a produção do espaço como “*condição, meio e produto*” da realização do ciclo do capital.

Como mediador entre uma lógica de mercado e a produção do espaço, o Estado passou a atuar impondo padrões de estruturação das cidades para possibilitar a realização das estratégias de reprodução do capital. Suas ações partem do âmbito institucional, amparada por uma ideologia de classe, legitimada pela idéia de neutralidade da função do Estado perante a sociedade.

Cabe ressaltar, então, a importância que o urbanismo passou a ter enquanto estratégia de ordenamento e imposição de novos conteúdos. O urbanismo neste estudo é entendido como a ação do Estado sobre o espaço.

Alvarez (2012) contextualiza o pós-guerra como momento em que há uma maior regulação e intervenção do Estado, tendo em vista uma reconfiguração material do próprio capitalismo no sentido a alcançar um novo patamar de acumulação.

Em outro momento, no final dos anos de 1970, as transformações estruturais vividas pelo capitalismo impuseram novas perspectivas para a reprodução do capital,

em um processo de financeirização da economia. Para Alvarez (2012), nesse momento,

as possibilidades de acumulação não estariam primordialmente na esfera da expansão material, tal como no período pós-guerra, mas na especulação monetária, e sobretudo, nas amplas possibilidades oferecidas no âmbito do capital fictício (ALVAREZ, 2012, p. 69).

Inserido nesse ciclo de reprodução, o Estado, como mediador fundamental do processo de produção do espaço, passou a articular os diferentes setores envolvidos como, por exemplo, o setor imobiliário e o mercado financeiro.

No âmbito da cidade, são elaboradas leis que impulsionam e direcionam um uso de fragmentos da cidade para determinados fins, concentrando serviços, infraestrutura, possibilitando a circulação em algumas localidades, enquanto outras parcelas da cidade sofrem por serem esquecidas pelo poder público, concentrando um grande número de trabalhadores.

Trata-se de um novo momento do urbanismo, que concebe a cidade a partir de fragmentos a partir da criação e projetos e instrumentos que impulsionam e direcionam as parcelas a um determinado uso. Nesse sentido, o urbanismo segue uma perspectiva que vai para além da homogeneização de uma lógica no modo de vida das pessoas, contribuindo para o estilhaçamento da cidade em fragmentos. O controle e usos dessas parcelas do espaço permite compreender a desigualdade sócio espacial como elemento fundamental para a reprodução ampliada do capital.

O urbanismo enquanto estratégia orienta a produção do espaço para determinadas finalidades orientadas de acordo com os interesses políticos e econômicos. Na atualidade, estratégias de valorização do espaço por meio de reestruturação do espaço urbano, tendem a inserir parcelas do território, outrora desvalorizado, no ciclo de valorização do capital, como é o caso das ações verificadas em Perus.

Os planos e projetos urbanos voltados à periferia, ao serem investigados mais atentamente, mostram a tentativa de articular esses espaços marginais à uma lógica de reprodução.

No caso do Parque Linear Ribeirão Perus, que incide sobre uma região amplamente desvalorizada, na periferia da cidade de São Paulo, é apresentado pela

prefeitura municipal como um projeto de parque urbano, implantado junto ao córrego que o denomina.

O referido parque, na avaliação do poder público tem por objetivo, por meio da recuperação das características naturais que foram perdidas pelo intenso processo de urbanização que a cidade sofreu ao longo dos anos, melhorar a vida da população local, constituindo-se em um espaço público para o lazer, para melhorar as condições ambientais e, com isto diminuir as enchentes. Entretanto, acreditamos que a implantação do parque possui diversas outras implicações à população, que são omitidas, em busca de uma aceitação popular da proposta, implicações que se contrapõem aos aspectos positivos apresentados pelos gestores e urbanistas, mas que mostram as contradições inerentes ao processo de produção do urbano.

É importante elucidar tais contradições existentes nos planos e projetos, destacando o papel do discurso ambiental e do Estado. Por outro lado, considera-se essencial cotejar como o tema vem sendo discutido, principalmente pelos grupos organizados. Entende-se que esta opção pode contribuir para construir e consolidar movimentos participativos de gestão, podendo, assim, fortalecer o embate de movimentos sociais que se colocam contra a ordem burguesa que fundamenta os termos nos quais a cidade é construída.

Devemos novamente enfatizar que as estratégias utilizadas na produção da cidade são pensadas segundo lógicas de classe, e possuem o poder político como instrumento de ação, podendo modificar o espaço de acordo com as suas necessidades. A partir da divisão social do trabalho, o Estado organiza o espaço para utilizá-lo a serviço da esfera econômica, estruturando a desigualdade existente e a reforçando-a.

Enfatizamos como as políticas espaciais são pensadas para efetivar essa lógica de reprodução do capital, que de fato representa os anseios de uma classe economicamente mais poderosa. Para Alvarez (2012), às políticas espaciais são ações de intervenção territorial envolvendo o poder público como parte das estratégias do Estado, amparadas por um pensamento tecnicista e por uma racionalidade extremamente limitada e reducionista.

Em Perus e no caso do parque linear, a técnica é o argumento utilizado para superação dos problemas ambientais. A justificativa é a de que é só por meio do planejamento, da engenharia que se desdobram construção de piscinões,

equipamentos de lazer, de controle de enchentes etc., que se poderão restituir padrões ideais para vida na cidade.

Assim, a introdução de uma lógica tecnicista para a produção do espaço faz emergir a idealização do planejamento como forma de acabar com as desigualdades existentes na cidade, especialmente por meio de políticas públicas de intervenção territorial. As particularidades desaparecem face às exigências gerais tecnicamente motivadas. Nesse momento acontece a sobreposição do qualitativo pelo quantitativo; a vida se resume a padrões comportamentais bem definidos pela estética proposta.

Assim, sob forma de renovação urbana ou de recuperação ambiental, as transformações necessárias para a reprodução do capital aparecem travestidas de necessidades sociais impostas pelo Estado, apresentadas como interesse público. Ideologicamente este discurso é produzido e divulgado em diferentes instâncias como nos meios de comunicação, na produção técnica e científica e estética, ou seja, é a força da ideologia como meio de alienação das próprias necessidades, fazendo com que algumas noções sejam assimiladas por toda a sociedade e as ações do Estado sejam legitimadas pelo todo social.

A concepção de um espaço organizado em prol do desenvolvimento induz um nexo entre o urbanismo e a urbanização, fazendo com que seja objetivo do poder público em possibilitar o crescimento supostamente ordenado, como meio de democratização da cidade. Essa concepção alimenta a ideologia da urbanização desordenada, que expõe a pobreza como anomalia, passível de correção, através de um instrumento técnico.

Para Lefebvre (2008), as representações do espaço a partir do econômico exclui a vida da cidade, as relações sociais desaparecerem, ou seja, há uma subordinação da realidade urbana a planificação geral, reduzindo a complexidade com que a realidade se apresenta como uma racionalidade limitada.

Assim, o urbanismo aparece como o discurso da técnica e da estética, socialmente justificado e legitimado a partir de uma cientificidade produzido na academia, algo que não se pode contradizer. Para o autor

Os urbanistas não têm êxito, propondo construções provisórias que se eternizam: uma morfologia monótona, imutável para as pessoas que não param porque têm vontade de ir além e encontrar, enfim, outra coisa. Ademais, nessa orientação o urbanismo e o arquiteto confundem-se. Facilmente o arquiteto acredita ser urbanista, ou vice-versa. Ambos, indistintos ou rivais, recebem ordens e obedecem a

uma comande (encomenda) social uniforme (LEFEBVRE, 2008, p. 91 e 92).

Notadamente, os aspectos de construção de um parque como o que estamos estudando, possui tais elementos técnicos e estéticos. O “embelezamento” de áreas degradada como em Perus, além da utilização de soluções técnicas para problemas encontrados como o controle de enchentes, recuperação de elementos naturais ao longo do rio, poluição das águas do rio, direcionando o entendimento do que se pretende consolidar com a exclusão do que desagrada às vistas, inclusive, a população mais pobre.

Essa racionalidade condensa as relações sociais. Queiramos ou não, esta lógica constrói, de acordo com as imposições dos rendimentos, das normas e valores, segundo critérios de classe, a segregação, mesmo quando há vontade de integração e do convívio.

A crítica feita pelo filósofo caminha no sentido de não ser objetivo do arquiteto ou do urbanista conceber uma nova concepção de vida, mas é a partir de uma nova concepção de vida que cabe permitir a obra desses profissionais, que ainda servirá aqui de “*condensador social*”, não mais das relações sociais capitalistas, mas de relações em movimento e de novas relações em via de constituição (LEFEBVRE, 2008, p.93).

No contexto aqui descrito de financeirização do capitalismo, os projetos florescem junto a uma crise de acumulação capitalista e se colocam como uma forma de garantir a continuidade do processo de acumulação, ainda que de forma crítica. Assim, o poder público viabiliza a articulação do imobiliário, da propriedade privada e o financeiro.

O fundamento dessas políticas é de fato a melhoria da competitividade e da produtividade da cidade. Por vezes, existem ganhos como o acesso a serviços, a moradia, a segurança por parte de parcelas da população, mas devemos pensá-las na lógica de funcionamento e realização do capital, bem como o fato de que as melhorias urbanas são seletivas e não eliminam as desigualdades sócio espaciais, mas contraditoriamente as reproduzem, aumentando a abismo na configuração da estrutura social. Ao mesmo tempo em que certos ganhos possibilitam o acesso à cidade, para parcela da população, tais melhorias a obriga a participar das

obrigações financeiras e do pagamento de tarifas, o que não lhes permitem continuar no lugar.

A reprodução do espaço por meio de políticas ou projetos de intervenção seletivas coloca-se como estratégia possível e, portanto, não se reduz à reprodução das formas econômicas *stricto sensu*, mas forja a produção de um novo lugar, abrindo novas fronteiras de valorização imobiliária, criando novas centralidades, redefinindo possibilidades de uso e apropriação e, impulsionando a hierarquização e segregação.

Ao propor a construção de um parque em uma periferia como Perus, novas relações socioespaciais são estabelecidas, implicando no próprio uso do espaço. A valorização impulsionada pela construção de um objeto material que se apresenta como uma raridade diante da inexistência de áreas verdes na cidade, já exerce esse elemento hierárquico na questão do uso efetivo do parque, ou seja, qual parcela da população irá utilizar suas dependências? E também define formas de segregação tanto diretas, pelas remoções forçadas pela construção do parque, quanto indiretas, a partir da própria valorização da área.

Desta maneira, inseridos nessa dinâmica contraditória de produção da cidade, a prática urbanística visa consolidar seus ideais materialmente por meio de planos e projetos de intervenção urbana. Pautando certa neutralidade que acreditam ter e na eficiência da técnica, o planejamento urbano se torna o caminho encontrado pelo poder econômico para restituir o processo continuado de valorização do capital, por meio do poder político.

A professora Ana Fani Alessandri Carlos (2009), ao criticar o planejamento urbano, aponta a existência de uma “fé cega” que guia e legitima as ações urbanísticas.

Desse modo, a “fé cega” no planejamento urbano representa a vitória da ordem calcada na racionalidade lógica que funda o saber técnico sobre a transformação, estabelecendo o fundamento da produção do espaço abstrato. Este, por sua vez, revela uma inteligibilidade forjada na sistematização como condição de realização da coerência como fim dos conflitos. No plano do conhecimento, trata-se do momento em que a racionalidade técnica domina a sociedade, justificando e legitimando a ordem estabelecida (Carlos, 2009, p. 301).

As inferências da autora convergem com o que Henri Lefebvre (2008) chama de Ideologia Urbanística. Como salienta a professora “é redutora da prática real, a prática dos cidadãos, que desaparece, destinada ao silêncio e à passividade” (Carlos, 2009, p. 302).

Ao enfatizarmos a construção do parque linear em Perus, os mecanismos para a concretização de tais objetivos para sua implementação necessitaram ser garantidos por meio das ações estatais - no caso incidindo sobre a cidade de São Paulo em suas diferentes escalas de atuação: o Plano Diretor Municipal da cidade de São Paulo, os Planos Estratégicos Regionais e, no caso de Perus, uma nova proposta de planejamento na escala local, o Plano de Bairro.

O Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo é um instrumento da política de desenvolvimento urbano, com função de lei, que busca definir um conjunto de diretrizes, estratégias e medidas para a transformação do município, implicando em novas regras a serem seguidas tanto pelo poder público quanto pela iniciativa privada.

Um dos papéis fundamentais do plano diretor é definir a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, que define o Zoneamento da cidade, ou seja, limita exatamente que usos sejam permitidos ou proibidos e a forma como as construções poderão ocupar os terrenos. Esse aspecto do plano diretor possibilita, nos dizeres do Villaça (2005), a organização de parâmetros para os preços dos imóveis, garantindo uma ordem ao mercado imobiliário, porém, nota-se que o próprio mercado acaba por criar estratégias para incorporação da valorização de determinados espaços.

Durante o governo do prefeito Fernando Haddad, o Plano diretor de São Paulo passou por um processo de revisão que terminou em julho de 2014, redefinindo as diretrizes que orientam a estruturação da cidade. O processo passou por um amplo debate com a participação de alguns movimentos sociais, principalmente os que reivindicam o direito a moradia²⁸.

Para professora Raquel Rolnik, em artigo publicado no jornal Folha de São Paulo, salienta que:

²⁸ Durante o processo de revisão do plano diretor, como forma de pressão para que o plano fosse aprovado, movimentos de moradia acamparam junto a Câmara Municipal e permaneceram até a votação do plano.

Os movimentos têm uma agenda histórica pelo direito a cidade, incluindo propostas como a função social da propriedade, a demarcação de ZEIS – áreas destinadas à habitação de interesse social, a cota de solidariedade, a destinação de recursos para compra de terras para habitação, a política de regularização de favelas e proteção de despejos e remoções, transporte público de qualidade e equipamentos de cultura e lazer nos bairros populares, que vai muito além de reivindicar terrenos (ROLNIK, 2014)²⁹.

Para a professora, o plano diretor, apesar de não ser o “remédio”, para os problemas encontrados na cidade, avança em alguns pontos como a garantia de terras para moradia popular, como as ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social) referida no trecho citado acima, em conjunto com outras medidas. Além disso, Rolnik acredita que há um avanço na lógica de construção de prédios, em que o plano propõe maior densidade construtiva nos eixos de transporte coletivo de massa e menos nos miolos dos bairros.

As contradições presentes entre interesses divergentes explicita a luta de classes que impulsiona e direciona o crescimento da cidade. Apesar da lógica econômica predominar e ditar os projetos urbanísticos, isso não acontece sem conflitos, uma vez que a sociedade, muitas vezes por meio de movimentos sociais, questionam e pressionam a ordem vigente e as ações governamentais.

Outro instrumento de planificação é o Plano Regional, que tem por objetivo detalhar as diretrizes apontadas pelo Plano Diretor Estratégico no âmbito de cada subprefeitura. A revisão desses planos também estão sendo realizadas durante o ano de 2016 junto a cada uma das 32 subprefeituras, dando continuidade a todo processo iniciado pela revisão do plano diretor.

Em Perus, o macrozoneamento apresenta Macroáreas de Estruturação metropolitana, Macroárea de Redução da Vulnerabilidade Urbana (na mancha urbana presente) e Macroárea de Controle e Qualificação Urbana e Ambiental (nos arredores da área urbanizada) (Mapa 2).

²⁹ Retirado do website: <raquelrolnik.wordpress.com>. Acessado em: 20 de Ago, 2016.

Mapa 2: Macrozoneamento – Perus.
 Fonte: Prefeitura Municipal de São Paulo, 2014.

Quanto ao zoneamento, a região central aparece como Zona Eixo de Estruturação da Transformação Urbana (ZEU); nas imediações do centro, aparece uma área considerável como Zona Mista de Interesse Social Ambiental (ZMISa), justamente em áreas próximas ao parque linear, possibilitando assim sua execução; próximo a Rua Raimundo Pereira de Magalhães, via que liga o distrito ao Rodoanel e aos demais distritos da cidade, nota-se uma grande Zona Predominantemente Industrial (ZPI), onde hoje há a presença de grandes pedreiras; ainda há a presença de Zona Especial de Proteção Ambiental (ZEPAM) e de uma Zona Mista Ambiental (ZMa) nos limites do distrito. Além disso, faz-se presente algumas ZEIS I e II (Mapa 3).

Mapa 3: Zoneamento – Perus.
 Fonte: Prefeitura Municipal de São Paulo, 2014.

Além dos dispositivos urbanísticos já presentes para a cidade de São Paulo, uma nova modalidade foi apresentada para Perus, visando propor ações na escala local: o Plano de Bairro.

Sua elaboração partiu do processo de revisão do Plano Diretor e dos 31 planos regionais estratégicos, levando em consideração o local em que estão inseridos.

No âmbito das ideias, os Planos de Bairro foram pensados para descentralizar as ações do poder público, colocando a sociedade como sujeitos desse processo, na tentativa de aproximar a população da política local. Como salienta Bonduki & Ferreira se valendo do Artigo 43 da Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS):

Os Planos de Bairro deverão ser estimulados pelas subprefeituras e seus conselhos de representantes. Estes poderão ser elaborados pela comunidade local ou pelas subprefeituras a ser incorporados nos PREs (Planos Regionais Estratégicos elaborados por essas subprefeituras do Município de SP), quando da sua revisão (2006, p. 24).

O objetivo do Plano de Bairro é organizar os aspectos mais próximos da população em relação aos aspectos urbano-ambientais, tais como os elencados por Bonduki & Ferreira (2006): viabilizar melhorias em relação à infraestrutura básica organizada sobre os aspectos urbano-ambientais (redes de água e esgoto, drenagem, iluminação), garantir a acessibilidade e a mobilidade dos pedestres, medidas de limpeza, arborização e jardinagem em praças e ruas, melhoria na qualidade ambiental das áreas residenciais etc.

Nessa perspectiva, a proposta deveria vislumbrar um movimento de articulação entre as políticas de espaço aos desejos e necessidades da população, por meio de uma ampla participação desta na sua elaboração. No caso de São Paulo, o plano de bairro surgiu com o intuito de se tornar um instrumento obrigatório para o desenvolvimento na escala local, e teve Perus como distrito precursor desta ferramenta, porém sem de fato ainda ter sido realmente aplicado.

Segundo os autores que difundem a ideia do plano de bairro, a participação popular é elemento fundamental na formulação das propostas, pois deve contribuir no levantamento de aspectos locais importantes, de tal modo que na aplicação do plano haja correspondência entre as necessidades e reivindicações populares e o conteúdo do instrumento de gestão da cidade.

O plano apresentado para o distrito de Perus fora encabeçado pelo então vereador José Police Neto, em parceria com o professor da Faculdade de

Arquitetura e Urbanismo da USP Cândido Malta³⁰, a partir de recursos financeiros advindos da venda de crédito de carbono obtidos pelo Aterro Bandeirantes³¹. Os próprios autores do plano afirmam que a proposta só foi possível quando os recursos gerados pelos créditos de carbono do aterro Bandeirantes possibilitaram investimentos em Perus entre os anos de 2008 e 2009, momento em que o plano fora apresentado.

Todas proposições do Plano Diretor está permeada por questões ambientais, apoiando, em uma relação casuística entre bem estar e sustentabilidade ambiental, algo já direcionado pela própria questão dos créditos de carbono. O plano baseia-se no conceito de Unidade Ambiental de Moradia (UAM), que basicamente consiste em reorganizar áreas, dotadas com equipamentos públicos já existentes e construindo alguns parques, além de reestruturar os eixos viários.

Para expressar essa preocupação ambiental são propostos a construção de diversos parques e praças, dentre eles, o Parque Linear Ribeirão Perus já previsto nas diretrizes do Plano Regional e muitas vezes referido neste estudo.

Para Carlos Rizzi (2011), que estudou a utilização de fundos de consumo nas periferias da metrópole de São Paulo:

A ideia de Plano de Bairro para o Distrito de Perus sai de um simples plano de complementação de infra-estrutura básica, de requalificação de calçadas, de limpeza pública como coleta seletiva e paisagismo, para o incrível instrumento de poder no qual em vez de se discutir “projetos de bolsões residenciais propostos pela comunidade local”, a população local será convocada a “congelar áreas” para futuras escolas, sem que se diga claramente, como tais equipamentos devem ser planejados conjuntamente com demais órgãos públicos responsáveis. Seus propositores não esclarecem por exemplo, que no Distrito de Perus, o interesse em congelar áreas, isto é, de impedir a expansão urbana local, vai no sentido de proteger terrenos adjacentes ao Rodoanel Mário Covas, possíveis focos de urbanização precária (RIZZI, 2011, p. 43).

Nota-se que o autor coloca em evidência a questão da expansão da urbanização de forma precária. Em nenhum momento o tema é colocado no Plano de Bairro, muito menos as contradições que impulsionam esse tipo de ocupação. As estratégias de

³⁰ É importante salientar que o professor Cândido Malta participou ativamente da elaboração do Plano Diretor de 1972, que, segundo Rizzi, teria considerado parte do território do distrito de Perus como área de Macrozona Ambiental, surtindo efeitos na geração de emprego local, no comércio e na atração de empresas.

valorização atreladas à propriedades escondidas em meio a retóricas bem construídas ligadas à questão ambiental.

Em seu estudo, Rizzi aprofundou o debate sobre a questão da participação popular que deveria estar na base dos projetos e planos propostos. Para o autor, a população local “não teve participação na condução das verdadeiras demandas locais, como o lixo sanitário e os créditos de carbono, junto os temas de onde vieram a fortuna para viabilização da ideia de Plano de Bairro” (RIZZI, 2011, p. 44). Este detalhe é de extrema importância para o entendimento de toda trama institucional para elaboração do instrumento, pois a participação popular e utilização dos recursos no local da coleta dos créditos de carbono é obrigatória, de acordo com o Artigo 2º do Tratado de Kyoto. Recorre-se a um “*protagonismo de segundo plano*” como forma de assegurar o quesito da participação por parte dos propositores representantes do poder público.

Rizzi também relata a omissão de informações relativas a fóruns e audiências relativas às discussões dos recursos obtidos e também sobre o Plano de Bairro, afirmando que alguns dos eventos não foram publicamente divulgados, ficando restrito a especialistas, muito embora os proponentes reiterassem a importância da participação dos munícipes nas discussões.

A construção dessas políticas de planejamento para a cidade, em suas diferentes escalas – do Plano Diretor Estratégico ao Plano de Bairro – incorrem na mesma incongruência entre o discurso e a prática. Para Lefebvre (2008), “no nível dos projetos e dos planos sempre existe alguma distância entre a elaboração e a execução” (p. 124). Os planos são elaborados com o intuito de servirem como fórmula mágica de todos os problemas da vida na cidade, vinculando-os a uma ideologia jurídica de que somente uma lei poderia organizar o caos que se encontra a cidade.

Vilaça (2012), ao discutir o Plano Diretor, trás a ideia de *ilusão* presente na construção do instrumento e também na participação popular, ressaltando assim a ideologia da tecnocracia que tem por pressuposto que a técnica seria capaz de suprir os problemas locais, sem para isso solucionar as contradições sócio espaciais constituídas em meio a uma profunda desigualdade de classe presente no espaço urbano.

Lefebvre (2008) dirá que a técnica compreende uma importante estratégia de classe, que encontra no conhecimento as bases ideológicas de suas ações na construção de uma prática, sendo assim, incidindo diretamente no cotidiano.

É importante destacar que para o autor, o urbanismo é a “atividade que pretende dominar e submeter a sua ordem o processo de urbanização, assim como a prática urbana” (LEFEBVRE, 2008, p. 137). Como produto do trabalho social, o espaço se torna mercadoria a cargo de uma classe que encontra no urbanismo o meio de reorganizar e subordinar o urbano.

O urbanismo encobre essa gigantesca operação. Ele dissimula seus traços fundamentais, seu sentido e finalidade. Ele oculta, sob uma aparência positiva, humanista, tecnológica, a estratégia capitalista: o domínio do espaço, a luta contra a queda tendencial do lucro médio etc (LEFEBVRE, 2008, p. 141).

Como resultado, o urbanismo propõe novas práticas, e, uma vez que produz o espaço como mercadoria, caminha no sentido de garantir a reprodução das relações sociais de produção.

A contradição em todo processo evidencia-se ainda mais ao se perceber que a aplicação dos planos não é efetivada, ou quando são efetivadas apenas algumas partes que possuem um objetivo bem definido (pelos políticos e empresários de plantão) saem do papel. O parque linear em Perus, por exemplo, foi apresentado, aprovado pelo poder público, mas ainda não foi realizada nenhuma obra para sua efetivação (as informações oficiais é que depende de captação de recursos possibilitado, inclusive por eventuais convênios com a iniciativa privada). Enquanto isso, devido ao arrefecimento das ações, a população envolvida toca sua vida esperando que não mais os incomodem com a questão das remoções, como foi possível constatar em conversas pontuais com moradores da localidade.

Em geral, a ilusão que Vilaça comenta está no fato de se mobilizar as políticas e econômicas em torno de questões muitas vezes impraticáveis em determinados contextos sociais. Ressalva-se novamente a questão da participação e essa construção forçada de uma ideia de participação popular, geralmente efetivadas nas audiências públicas e em fóruns de discussão dos projetos para a cidade, e na maioria das vezes não condizentes com as necessidades da localidade. Segundo Lefebvre: “a passividade dos interessados, seu silêncio, sua prudência

reticente quanto ao que lhes concerne, dão a medida da ausência de democracia urbana, isto é, de democracia concreta” (LEFEBVRE, 2008, p. 124), porém essa ausência também é estrategicamente construída com a finalidade de implementação do pensado sem grandes problemas para seus planos e projetos.

4. O PARQUE LINEAR RIBEIRÃO PERUS: DO LIXO COMO ELEMENTO DE DEGRADAÇÃO AO PARQUE COMO ELEMENTO DE VALORIZAÇÃO.

O Parque Linear Ribeirão Perus, é um projeto de parque municipal aprovado pelo decreto nº 49529 de 28 de maio de 2008. Apesar de ainda não ter sido implementado, todo processo de construção e elaboração do projeto e de eventual aplicação, foi acompanhado por inúmeras discussões entre os proponentes e parte da população.

É importante novamente conceitualizar os Parques Lineares. Tais equipamentos são intervenções urbanísticas associadas à rede hídrica que tem por objetivo proteger e recuperar os ecossistemas dos cursos d'água, conectar áreas verdes e espaços livres de um modo geral, controlar enchentes, prover áreas de lazer etc. (Bonduki e Ferreira, 2006, p.3). Neste caso específico, o Parque Linear teria por objetivo recuperar e proteger o Ribeirão Perus, transformando-o em um espaço público de uso sustentável.

O projeto apresentado institui para o parque uma área total de 1.017.289,00 m², estendendo-se ao longo do leito do Ribeirão Perus que corre na direção noroeste, margeado pela linha férrea da CPTM em todo seu percurso. Sua extensão ainda cruza o Rodoanel Mário Covas em seu setor oeste, encontra-se com outro eixo do parque que segue o Córrego do Areião (direção Leste-Oeste) e parte em direção a área central do distrito de Perus chegando até às proximidades da antiga Fábrica de Cimento Portland Perus conforme pode ser visto no mapa abaixo (Mapa 4).

A elaboração do projeto fora desenvolvida por meio de uma parceria entre a Fundação para a Pesquisa em Arquitetura e Ambiente (FUPAM), criado por professores da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP (FAU-USP), e a prefeitura municipal de São Paulo (PMSP), com a coordenação geral do Professor Doutor Geraldo Gomes Serra (FAU – USP). O objetivo apresentado pelos proponentes do projeto está em resgatar algumas características naturais alteradas pelo intenso processo de urbanização que a cidade viveu no decorrer de seu desenvolvimento, firmando as bases de um uso sustentável por parte da população.

Ao todo, o parque está dividido em cinco partes diferentes, cada qual com suas diferentes vocações e especificidades como salientam os autores do projeto. São eles: Núcleo Reserva, Núcleo Areião, Núcleo Junção, Núcleo Girassóis e Núcleo Centro (Mapa 5).

Mapa 5: Projeto do Parque Linear Ribeirão Perus por núcleos.
 Fonte: Prefeitura Municipal de São Paulo, 2011.

O Núcleo Reserva possui uma área de 691.900m² e está previsto para ser construído em uma área densamente arborizada em suas bordas e com uma vegetação rasteira próxima ao leito do rio. Essa é uma área de certa forma isolada, prevista no plano regional estratégico de Perus como Zona Especial de Proteção Ambiental (ZEPAM), limitada a oeste pelo Rodoanel e a leste pela linha férrea da CPTM. Somente a sul temos a presença de uma área residencial já pertencente ao distrito do Jaraguá (Figura 1).

Figura 1- Núcleo Reserva.

Área densamente arborizada e isolada, destinada à implantação do Núcleo Reserva. Ao fundo nota-se uma área urbanizada pertencente ao distrito do Jaraguá, único contato direto desse setor do parque com residências.

Fonte: Pedro Augusto Bertolini Bezerra. Agosto/2015.

Neste núcleo, em que se inicia o parque, estão previstas duas áreas destinadas a bacias de retenção, consistindo em áreas inundáveis cuja finalidade é a de diminuir o pico de escoamento do rio causado pelas condições da ocupação da bacia de drenagem, reduzindo as perturbações à jusante como inundações de vias e casas. Essas bacias estão localizadas junto ao Ribeirão Perus e ao Córrego Ajuá, no local em que se encontram e dão continuidade ao Ribeirão Perus e ao parque (Figura 2). Porém, nos chama atenção a não inclusão de uma área a margem direita do ribeirão, pertencente a uma grande mineradora, que para alguns especialistas (SANDEVILLE e ANGIELI, 2008), poderia ser convertida em área do parque e

contribuiria para o controle de vazão, já que se encontra no trecho de reservação (controle da dinâmica hidrológica) e favoreceria a criação de corredores ecológicos. Para tais autores, essa alternativa “seria mais coerente com o objetivo declarado para o parque de uma função ecológica e hidrológica mais efetiva (SANDEVILLE e ANGIELI, 2008, p. 8). Porém, a alternativa colocada pelos referidos autores esbarra nas intenções mercantis da pedreira ali presente.

Figura 2 – Ribeirão Perus.

Registro fotográfico feito da pista do Rodoanel Mario Covas. Retrata o Núcleo Reserva no local do encontro do Ribeirão Perus com um de seus afluentes, o Córrego Ajuá (a esquerda). Ainda se percebe a direita a linha férrea da CPTM que acompanha toda extensão do parque junto ao Ribeirão Perus.

Fonte: Pedro Augusto Bertolini Bezerra. Agosto/2015

Próximo à área residencial do distrito do Jaraguá, estão previstos alguns equipamentos de lazer como quadras, parque infantil, lanchonete, churrasqueira, pesqueiro, além de sanitários e pontos de acesso. No mais, estão previstas também grandes áreas verdes e as bacias de inundação.

O projeto do Parque aponta para uma “vocação” que cada núcleo teria, e que guia as propostas de reestruturação da área para a implantação do parque. No caso do núcleo reserva, salienta-se o “lazer contemplativo e integração do homem com a natureza”.

Há certo isolamento dessa área do parque em relação ao distrito de Perus, pois como já salientado, esse é um lugar de difícil acesso para a população. Não é

verificado no projeto ruas que deem acesso ao parque, somente uma ciclovia que está presente em todo projeto do parque. Além disso, o Rodoanel, que passa por cima do córrego e do futuro parque, mostra o quanto essa área se encontra isolada e sem acesso ao público (Figura 3).

Figura 3 – Rodoanel Mário Covas.

Ao fundo o Rodoanel Mário Covas, um dos limites da área urbanizada de Perus que pode ser considerada uma barreira ao avanço das ocupações de áreas vazias. Nota-se que não há passagem nem acesso ao outro lado da rodovia, onde está projetado o Núcleo Reserva.

Neste lado da rodovia inicia-se o Núcleo Junção.

Fonte: Pedro Augusto Bertolini Bezerra. Agosto/2015.

O Núcleo Junção ocupa uma área de 117.280m² e trata-se da continuação do Ribeirão Perus, depois de se encontrar com o Córrego Ajuá, e cruzar sob o viaduto que sustenta o Rodoanel, seguindo seu curso na direção norte junto à linha férrea da CPTM. Seu nome designa o encontro entre o Ribeirão Perus e o Córrego do Areião, que aparece mais adiante, se tratando de outro braço do parque linear em questão. Neste setor, os planos locais preveem um distrito industrial, além disso, no Plano Regional Estratégico, são delimitadas algumas áreas como Zona de Especial Interesse Social (ZEIS).

Neste setor do parque, são projetados mais alguns pontos de lazer como quadras, parques infantis, churrasqueira, arena de eventos, além de se observar a

projeção de um prédio para sediar uma escola ambiental. Uma pequena área desse núcleo está destinada a manter uma área verde já existente.

A leste do parque existem algumas propriedades que comportam pequenas fábricas e galpões (estima-se que elas geram emprego para aproximadamente 200 pessoas) e residências mais antigas com ares de chácaras, com moradores antigos, cujos antepassados há muito tempo ocuparam aquelas áreas, guardando histórias de vida e memórias o lugar (Figuras 4 e 5). Nesse trecho vivem comunidades que a décadas construíram suas histórias e possuem laços afetivos muito fortes com o lugar que habitam³². Neste ponto, o projeto prevê processos de desapropriação dessas propriedades, preocupando principalmente os moradores mais antigos, que relatam o medo de perderem parte da vida deles identificadas em suas memórias.

Figura 4 - Galpões a margem do Ribeirão Perus

Percebe-se neste ponto do Núcleo Junção a proximidade de galpões e pequenas fábricas ao Ribeirão Perus. Estas edificações devem ser desapropriadas para a construção do Parque Linear.

Fonte: Pedro Augusto Bertolini Bezerra. Agosto/2015.

³² Fora realizado um trabalho de pesquisa por meio da disciplina Fundamentos da Paisagem, ministrada pelo Prof. Euler Sandeville Júnior, em parceria com os movimentos sociais de Perus e a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP (FAU/USP), em que conhecemos e entrevistamos uma dessas famílias, que pode relatar sua história e a relação com o lugar que habitam ainda hoje. Segundo os estudos realizados, uma das famílias comprova estar naquele lugar desde o século XIX. Outra família, formada por antigos trabalhadores das minas de caulim que existiam na localidade, estariam lá a pelo menos 50 anos (Sandeville e Angileli. 2008).

Figura 5 - Pequena chácaras.

Propriedade que abriga ainda hoje pequenas plantações, que ainda guarda traços da história da família com o lugar.

Fonte: Pedro Augusto Bertolini Bezerra. Agosto/2015.

Na porção oeste, do outro lado da linha férrea, já fora dos limites do parque, encontramos um núcleo residencial, urbanizado pertencente a Perus. A localidade é conhecida por ser uma das áreas mais pobres do distrito – o Recanto dos Humildes, já abordado neste estudo -, com graves problemas de infraestrutura urbana e violência. Essa área foi sendo conformado na década de 1990, primeiro como projeto de mutirão junto à prefeitura de São Paulo, depois como ocupação irregular, devido à descontinuidade do projeto nos governos posteriores. A ligação da vila Recanto dos humildes ao parque se daria, neste núcleo do Parque Linear, apenas por duas passarelas para atravessar os trilhos do trem. De certa maneira, as condições para acesso desta população ao Parque, configura uma barreira, restringindo por si só o acesso dos mais pobres ao parque. (Figura 6).

Continuando o curso do ribeirão há o encontro deste com o córrego do Areião e uma pequena área isolada se forma entre os dois corpos d'água e a linha férrea, onde hoje se encontra um campo de futebol conhecido como Paradões, que é mantido pelo projeto do Parque Linear, porém, nota-se uma dificuldade maior de acesso que se dará por uma pequena passarela.

Figura 6 - Bairro Recanto dos Humildes e linha férrea da CPTM.

Vista para o bairro Recanto dos Humildes, que beira o ribeirão e a linha férrea, que dificulta a conexão com a área que abrigaria o Parque linear.

Fonte: Pedro Augusto Bertolini Bezerra. Agosto/2015.

O Núcleo Areião conta com uma área de 120.700m². O início deste braço do parque se situa junto a Rodovia Raimundo Pereira de Magalhães, próximo ao acesso do Rodoanel, e segue as áreas do entorno do Córrego Areião, no sentido oeste-leste até mais à frente se encontrar com o Ribeirão Perus.

Por sua proximidade a uma das vias de acesso ao distrito, o projeto aponta que, além do potencial paisagístico, esse setor possui uma característica especial por possibilitar a instalação de um portal de entrada para Perus (Figura 7), fortalecendo assim uma identidade local. Esse ponto que abrigaria o portal hoje abriga residências a serem desapropriadas para construção desta parte do parque (Figura 8).

O núcleo em destaque apresenta em sua face norte uma área densamente urbanizada e estruturada, com residências em alvenaria e bem acabada, que não será afetada diretamente pelo projeto. O terreno é bastante acidentado nesta localidade com o rio passando ao fundo do vale e com bastante vegetação nas vertentes próximas, o que dificulta problemas de inundação.

Para esta parte do parque também estão destinados parques infantis, quadras, circuitos de skate, um edifício administrativo, bosques, ou seja, contém aparelhos voltados a recreação e ao lazer.

Figura 7 - Início do Núcleo Areião.

Uma das entradas do parque, pelo núcleo do Areião, onde se propõe a construção de um portal por estar localizada próxima a entrada do distrito junto as principais rodovias da região (Raimundo Pereira de Magalhães e Rodoanel Mario Covas. Ao fundo, residências que podem ser desapropriadas para a construção do parque.

Fonte: Pedro Augusto Bertolini Bezerra. Agosto/2015.

Depois do encontro do ribeirão Perus e do córrego do Areião, o parque tem continuidade seguindo na direção noroeste com o Núcleo Girassóis. Esta parte do parque possui uma área de 21.779m² e está localizado em uma área fortemente urbanizada onde se encontra cerca de 50 lotes, que estão na localidade há algumas décadas, e certamente serão atingidas pelo projeto proposto.

A oeste, ao lado da linha férrea da CPTM, o bairro Recanto dos Humildes margeia o parque. A ferrovia aparece como mais um entrave para que essa população utilize o parque, uma “barreira” que pode ser superada por meio de passarelas, uma delas já existente. Mas, de qualquer forma, o acesso ao parque, mesmo com as passarelas será bastante difícil para esta população.

Figura 8 - Residências no Núcleo Areião.

Legenda: Residências que podem ser desapropriadas para construção do parque Linear Ribeirão Perus localizadas no núcleo Areião.

Fonte: Pedro Augusto Bertolini Bezerra. Agosto/2015.

A leste temos uma grande área residencial que com a instalação do parque será alvo de desapropriação, pois se localiza justamente onde estão previstos os aparelhos de esporte e lazer do parque neste setor. Algumas casas construídas, apesar de margearem o rio, são bem estruturadas, de alvenaria e abrigam um grande número de famílias (Figura 9). Entretanto, também existem residências bem precárias que se acomodaram no espaço do rio, com perigo de desabamento, além de despejarem o esgoto das casas diretamente no rio (Figura 10). Considera-se fundamental que neste trecho sejam realizados estudos de situação do risco que corre esta população e a proposição de alternativas mais aprofundadas. Para esta área, no projeto do parque linear, está prevista a presença de quadras, parques infantis e espaço de convivência, porém aí existem alguns trechos muito estreitos em que a área que compreende o parque suporta somente a linha férrea e o leito do rio. Inclusive neste ponto, os aparelhos de lazer e esporte só serão possíveis se houver desapropriação das residências.

Figura 9 - Residências no Núcleo Girassol.

Casas que podem ser desapropriadas pelo projeto do parque pertencente ao núcleo Girassol. Nota-se o quanto essas residências são estruturadas e organizadas, fato que indica uma ocupação mais antiga.

Fonte: Pedro Augusto Bertolini Bezerra. Agosto/2015.

Figura 10 - Casas a beira do Ribeirão Perus.

Casas à beira do ribeirão em condições precárias, previstas para serem desapropriadas para construção do parque.

Fonte: Pedro Augusto Bertolini Bezerra. Agosto/2015.

O parque chega a seu setor final com o Núcleo Centro. Este núcleo possui uma área de 47.800m² e se localiza em um ponto central do distrito, uma área densamente urbanizada, onde estão presentes os principais meios de transporte coletivo, com a presença da estação de trem de Perus. Há ainda a presença de um Centro de Educação Unificado (CEU), principal marco cultural institucional educacional, abrigando, além de escolas públicas municipais um Centro de Educação Infantil (CEI), uma Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI) e uma Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF), além de possuir quadras poliesportivas, piscina, teatro, ateliês entre outros equipamentos, onde são oferecidos cursos diversos e gratuitos a toda população interessada (Figura 11).

Figura 11 - Ribeirão Perus margeando o CEU.

Legenda: Início do núcleo centro, onde se pode avistar o CEU Perus.

Fonte: Pedro Augusto Bertolini Bezerra. Agosto/2015.

Neste ponto, o projeto do parque linear passa por áreas já ocupadas por residências e outras ocupações que precisarão ser desapropriadas para a efetivação do projeto. Residências estruturadas, de alvenaria perto de um lugar central para o distrito, ou seja, que localidades que facilitam o acesso a qualquer outro lugar do bairro e fora dele, pela facilidade do transporte público (Figura 12).

Figura 12 - Residências no Núcleo Centro.

Área residencial pertencente ao núcleo centro que pode ser desapropriada para construção do parque. Novamente trata-se de residências bem estruturadas e bem localizadas neste caso.

Fonte: Pedro Augusto Bertolini Bezerra. Agosto/2015.

Além disso, outro lugar a ser desapropriado, hoje em dia abriga um coletivo cultural muito expressivo, a Comunidade Cultural Quilombaque.

Nesse setor do parque há previsão de poucos aparelhos culturais e de esportes, ele está mais restrito a espaços de convívio, além disso, alguns trechos comportam apenas o leito do rio, sem uso previsto para a população.

O parque linear ribeirão Perus se finda nas imediações da antiga Fábrica de Cimento Portland Perus, lugar emblemático para a constituição do distrito que hoje se encontra desativada e abandonada pelos antigos proprietários e pelo poder público. Movimentos sociais lutam há décadas para a transformação do local em um centro cultural, em contrapartida os proprietários (família Abdala) apresentaram a pouco tempo um projeto imobiliário para as imediações do antigo prédio da fábrica, trazendo a localidade inúmeros prédios de cinco a dezessete andares.

Relembra-se que implantação do parque visa resgatar algumas características naturais alteradas pelo intenso processo de urbanização que a cidade viveu no decorrer de seu processo de metropolização, firmando as bases do que os proponentes do projeto entendem como um “uso sustentável” da cidade e de seus atributos naturais, conforme o ideário da chamada questão ambiental, exposta em seus fundamentos em vários momentos deste estudo.

Nesse sentido, tornam-se importantes as seguintes indagações: em que medida é possível resgatar as características naturais de um lugar já totalmente urbanizado? Qual é o custo social deste processo?

Segundo Sandeville e Angileli (2008),

a existência de uma vegetação protegendo o curso d'água até o rio Juqueri e a oeste possibilitando a integração com o parque Anhanguera, fica difícil entender a alcunha de ecológico ao parque linear, e inaceitável, a vista do que foi exposto, o desenho adotado (p. 12).

Todo o processo em torno da elaboração e execução desta política pública de reestruturação urbana acabou gerando alguns conflitos entre os idealizadores do projeto (poder público e alguns arquitetos e urbanistas) e alguns moradores ligados a movimentos sociais e coletivos culturais de Perus.

Um ponto de discussão apontado pelos movimentos são as desapropriações de famílias que residem na área do parque projetado. O questionamento iniciou-se com a previsão das remoções. Ou seja, as remoções são necessárias para prover o distrito com áreas de lazer?

Cabe ressaltar o grande problema do contínuo movimento de expulsão da população mais pobre, que se amplia nas periferias inclusive, provocado em grande parte pela implantação de grandes obras públicas. Na cidade de São Paulo, esse movimento vem crescendo (Mapa 6), o que faz com que essas populações acabem por ocupar áreas mais afastadas, em novas fronteiras urbanas, e adensando áreas em situação de risco já existente, precarizando ainda mais suas vidas.

Mapa 6: Mapa das remoções.

Fonte: disponível em <observatórioderemocoas.blogspot.com.br>. Acessado em: 10 de Set, 2016.

Outra questão que passou a ser questionada é que, apesar de concordarem que há necessidade por espaços de lazer na região, alguns moradores, movimentos sociais e coletivos culturais se colocaram contra a construção do parque alegando falta de diálogo e problemas com relação a sua implantação. Cabe ressaltar que

neste processo o discurso em torno do chamado desenvolvimento sustentável foi utilizado muitas vezes com o intuito de legitimar as ações do poder público.

No plano urbano, as áreas consideradas mais inapropriadas do ponto de vista natural, como as várzeas e morros inclinados, foram ocupadas pela população de baixa renda e, no caso das várzeas por inúmeras avenidas e marginais. Hoje, a natureza toma novas formas de assimilação e sua presença é basilar para qualquer política de desenvolvimento, inclusive nas cidades.

Para Scifoni (2008), a natureza passa a representar uma nova condição para o processo de reprodução espacial, pois é incorporada ao processo de produção do espaço.

Como já afirmado, no capitalismo, o desenvolvimento econômico objetivando a aquisição do lucro, primar pela degradação do meio ambiente por meio de um consumo predatório da natureza que em certo momento serviu em grande medida como matéria prima para produção da mercadoria, daí decorreu sua intensa degradação. No estágio atual de desenvolvimento do capitalismo, a natureza passou a constituir em grande preocupação, justamente pelo seu grau de degradação (sua ausência pode significar menor produção), e como já fora pontuado, criou-se um discurso de preservação para garantir a exploração. Tendo em vista que essas preocupações foram permeadas por uma crise de produtividade, em que o capital financeiro ganhou grande projeção no processo de valorização, a presença de áreas verdes no ambiente urbano e sua apropriação privada garantiu, por meio da valorização e absorção da mais valia global e de sua incorporação, produção do urbano por meio de políticas ditas sustentáveis.

Desta maneira, são incorporadas às políticas públicas de produção da cidade parques e praças entre outros, localidades onde o caráter público se manifesta, e que são entendidos pela população como ilhas verdes em meio ao oceano de concreto (as cidades); são lugares onde a vegetação é fator positivo para a promoção da saúde dos cidadãos e do meio ambiente. Abrangendo as dimensões de salubridade, higiene e ação cívica, os parques buscam, muitas vezes, a apreensão de elementos naturais característicos do meio físico original no sítio urbano: matas, córregos, brejos, encostas, afloramentos rochosos, etc.

Na escala da cidade, os parques representam a inserção de ações políticas junto aos planos existentes, construindo a ideia de que sua presença trará aos habitantes uma vida mais agradável por poderem viver em meio ao verde, além de

poderem vivenciar momentos de lazer em meio ao cotidiano pesado que o modo de vida urbano proporciona. Para Scifoni (2008) a necessidade social do lazer construída como momento do processo de produção, aparece como importante instância da reprodução social.

Entretanto, a construção de parques urbanos, aos moldes dos parques lineares, não leva em consideração as contradições existentes no processo de produção da cidade, como a valorização das áreas próximas, a segregação que essa valorização irá produzir além do próprio uso que se faz desses lugares e por quais parcelas da população, como foi demonstrado na descrição do projeto, revelando que tais ações têm mais congruência com meios de reprodução do capital do que a resolução de problemas que as populações mais pobres vivem de fato.

A segregação não é eliminada com tais equipamentos, ao contrário, os mais pobres são os que tendem a ser desapropriados diretamente pelo projeto, ou pela valorização do entorno, e acabam ocupando outros lugares em condições igualmente precárias e de risco, em novas áreas de fronteira urbana ou adensando ocupações já existentes.

Em São Paulo, principalmente na segunda metade do século XX, a crescente urbanização acarretou, além de um forte crescimento demográfico e o aumento da desigualdade social, o fim do uso das várzeas como forma privilegiada para o lazer dos paulistanos, o que culminou na consequente emergência da produção de espaços de lazer públicos. A modernização trouxe novas exigências para a vida e o lazer como momento do processo de produção passou por uma normatização das relações sociais e dos espaços de sociabilização, servindo a exigências do mercado em escala mundial.

Os parques lineares representam uma dessas formas de organização da cidade a partir de espaços de lazer, são lugares onde as características naturais dos rios e córregos passaram a ser um dos principais motivos para a reorganização dos usos dessas áreas.

Ainda em relação ao Plano Diretor Estratégico já examinado, em São Paulo, a constituição do Parque Linear está previsto na seção que trata do Plano Urbanístico-Ambiental (Título III), especialmente item em que se estabelece o Programa de Recuperação Ambiental de Cursos D'água e Fundos de Vale (BONDUK e FERRERA, 2006, p.3).

ART. 106 – Fica instituído o Programa de Recuperação Ambiental de Cursos D'água e Fundos de Vale compreendendo um conjunto de ações, sob a coordenação do Executivo, com participação de proprietários, moradores, usuários e investidores em geral, visando promover transformações urbanísticas estruturais e a progressiva valorização e melhoria da qualidade ambiental da Cidade, com a implantação de Parques Lineares contínuos e caminhos verdes a serem incorporados ao Sistema de Áreas Verdes do Município.

§ 1º - Parques Lineares são intervenções urbanísticas que visam recuperar para os cidadãos a consciência do sítio natural em que vivem ampliando progressivamente as áreas verdes. (Plano Diretor Estratégico,

Depreende-se que o discurso do Estado é construído para dar sentido ou legitimidade às suas ações. Tais instrumentos afirmam buscar soluções para as necessidades mais básicas da população, amparado por uma neutralidade que é disseminada pelos que detém o poder de construção dos discursos e do conhecimento (mídia, acadêmicos), incidindo inclusive na construção de uma conscientização do papel do homem para as gerações futuras.

Todavia, salientamos a necessidade de se relativizar tais discursos com alguns questionamentos: quais são as reais necessidades da população em relação ao seu modo de vida? Como se chega a esse veredicto? E a necessidade dos que estão sendo despejados, são consideradas? Quais os interesses do Estado? Existem interesses econômicos externos?

Vale salientar que Rizzi (2011), acredita que o planejamento dos parques lineares em Perus parece relacionar-se à estratégia de contenção do alastramento da urbanização para áreas ainda não ocupadas do distrito, principalmente próximo as grandes obras viárias como o Rodoanel.

Além disso, deve-se novamente frisar a importância do Plano de Bairro de Perus, planejamento de âmbito local que fora desenvolvido nesse mesmo contexto de construção do projeto do parque e que aponta para o que chamam de potencial turístico que Perus possui e que deve ser explorado, além de organizar o território a partir do que chamam de Unidades Ambientais de Moradia. Nesses parâmetros, a presença do parque e sua instalação no distrito é fortalecida por representar um importante agente de estruturação urbana. O discurso ambiental passa a ser utilizado para conferir ao lugar um potencial turístico, ou seja, a natureza sendo utilizada como condição para a reprodução, ajustada aos interesses do capital.

Como medida para conter a insatisfação local, em engenhoso projeto foi chamado Plano de Bairro do distrito de Perus, entra em cena para disfarçar a má fé em torno da instalação dos parques lineares financiados pela transação desses referidos créditos de carbono (RIZZI, 2011, p.XX).

É importante compreender como esse processo de construção de políticas públicas de caráter ambiental foi sendo proposto a partir da promoção e venda de créditos de carbono produzidos pelo aterro sanitário bandeirantes, e antes ainda, como este empreendimento foi forjado.

Perus, devido a sua localização, ao longo do processo de metropolização de São Paulo, recebeu grandes obras viárias como a Rodovia Bandeirantes e o Rodoanel Mario Covas. Estas obras viárias se configuraram como elemento indutor da ocupação urbana ao longo de seu traçado e acessos, além de contribuir para a expansão de assentamentos já existentes, recebendo pessoas em busca de moradia e trabalho. O caso da ocupação do Jardim do Russo no distrito de Perus é um exemplo claro, pois se adensou a partir da construção da Rodovia dos Bandeirantes.

Outro elemento de destaque, fruto desse processo de crescimento da cidade é o já mencionado Aterro Sanitário Bandeirantes. Durante muitos anos o aterro sanitário, localizado no distrito de Perus, recebeu grande parte do lixo da cidade de São Paulo, chegando a ser considerado o maior aterro sanitário da América Latina, recebendo aproximadamente 30 milhões de toneladas de lixo até sua desativação em 2007.

Com a capacidade de armazenamento de lixo chegando ao limite, a expectativa por grande parte dos moradores do distrito, era saber sobre o destino que seria dado àquela área de grandes proporções depois do encerramento das atividades. Para alguns a solução mais plausível seria a construção de algum equipamento cultural ou de lazer como, por exemplo, um parque, porém outras propostas de caráter econômico eram cogitadas por empreendedores e pelo poder público municipal.

Os 30 milhões de toneladas de lixo acumulados nos 30 anos do funcionamento do aterro, tornaram a área uma imensa fonte de gás metano pela combustão das substâncias orgânicas. Desta maneira, entrou em cena a empresa

Biogás Energia Ambiental que desde 2000 ganhou a concessão por 15 anos para gerir o lixo do aterro, e desde 2003 começou a explorar o gás por meio da construção de uma usina termoeletrica, que teve como intermediário financeiro o Unibanco por meio de uma operação financeira chamada “Project Finance” (RIZZI, p. 22).

Como já dito, esse processo de produção de energia a partir do gás proveniente do aterro possibilitou sua inserção no chamado protocolo de Kioto, em que os países mais poluentes são obrigados a seguir algumas orientações, como a diminuição da emissão de gases estufa na atmosfera com o intuito de se combater a crise ambiental sem precedentes, caracterizada principalmente pelo aquecimento global. Para isso, além do limite na emissão de carbono na atmosfera, foi criado um sistema de créditos para aquelas empresas que não conseguissem cumprir suas metas, podendo esses créditos adquiridos por meio da compra dos chamados créditos de carbono.

Assim, a prefeitura de São Paulo, em parceria com o Unibanco que detinha os direitos da Usina Termoeletrica Bandeirantes, aderiu ao projeto MDL – Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, com o objetivo de vender os créditos adquiridos na transformação do metano em energia.

Segundo Rizzi, (2011, p. 27), no ano de 2007 aconteceu a primeira venda de crédito de carbono pelo programa MDL, o que nesta primeira transação, gerou um ganho de 34 milhões de reais pela venda de 808.405 créditos de carbono. Entre 2008 e 2009 a Prefeitura Municipal de São Paulo já havia recebido 71 milhões de reais com a venda de créditos de carbono,

Entretanto, outra questão se colocava: o destino do dinheiro recebido na venda dos créditos de carbono, uma vez que uma das prerrogativas para a inserção no projeto de venda de créditos de carbono era a de que o dinheiro arrecadado fosse gasto na região onde a energia limpa era produzida, e deveria ser gasto mediante discussão e participação da população local.

Lembramos, assim, que é nesse contexto que se insere o projeto Parque Linear Ribeirão Perus, pois sua construção estaria ligada a uma das formas de compensação em benefício da população local.

Havia na comunidade uma demanda pela instalação de um parque nas dependências do antigo aterro sanitário como constatado por Rizzi (2006). Assim, para contemplar a questão da dita participação nas decisões dos recursos

adquiridos pela venda dos créditos de carbono, fora elaborado o projeto do parque linear como resposta a essa demanda. Porém, a questão levantada pelo autor é que desde o início das discussões de implementação do parque linear, a comunidade local nunca chegou a participar, fato que é constatado por meio de entrevistas realizadas durante a realização da disciplina em parceria com a FAU/USP, já referida anteriormente.

Segundo José Soró, ativista cultural e membro do coletivo Quilombaque.

Esse projeto (o parque linear) interfere diretamente no nosso coletivo cultural porque nos desalojaria do espaço atual. No projeto, no lugar onde está a Quilombaque seria construída uma quadra de esportes. A forma como foi construída o projeto, em minha opinião, pecou porque não discutiu com a população local e tem erros já vistos na sua construção. Não somos contra o parque, mas somos contra a forma como foram feitos os estudos, sem atender aos desejos da população.

Portanto, constata-se que o Projeto do Parque Linear Ribeirão Perus e as iniciativas de implementação caminham na contramão das diretrizes do protocolo de Kioto para a utilização do MDL, principalmente quanto ao uso das verbas que deveriam ser discutidas e definidas pelo poder público e pela população local. Efetivamente, o dinheiro ganho com a venda dos créditos de carbono acabou tendo os seguintes destinos: a elaboração do projeto arquitetônico e urbanístico do parque linear, recuperação de áreas verdes, algumas praças, melhorias no saneamento básico, pavimentação e reurbanização de bairros. Na tabela abaixo são especificados os itens que receberam verba derivadas do Crédito de Carbono.

Tabela 1 - Créditos de Carbono - Aterro Bandeirantes				
Projeto	Componentes do projeto	Área (m2)	Recursos (R\$)	Responsável
1	Parque Linear Perús			
	Desapropriação Gleba	1.700.000	7.000.000,00	COPLAN
	Cercamento	2.000	3.000.000,00	DEPAVE
	Obra de retardamento de águas fluviais		5.000.000,00	SIURB/EMURB
	Obra de calçamento	40.000	2.000.000,00	DEPAVE/SUB
	Ajardinamento	1.000.000	2.000.000,00	DEPAVE/SUB
	Iluminação	6.000	2.000.000,00	DEPAVE/SUB
	Afastamento de esgotos		10.000.000,00	SABESP
	Outros		3.125.420,00	
			34.125.420,00	
2	Implantação de Ciclovias			
	Projeto Executivo	3.000	200.000,00	COPLAN
	Obra	3.000	2.800.000,00	COPLAN
			3.000.000,00	
3	Parque Anhanguera			
	Implantação de viveiro		500.000,00	DEPAVE/SUB
	Implantação de hospital veterinário		5.500.000,00	DEPAVE/SUB
	Implantação de escola de marcenaria		1.500.000,00	DEPAVE/SUB
			7.500.000,00	
4	Parque Linear Fogo/Pirituba		500.000,00	COPLAN/SUB
			500.000,00	
5	Jardineiros de Bairro			
	Educação Ambiental		500.000,00	COPLAN/SUB/CEA
			500.000,00	
6	Coleta Seletiva			
	Educação Ambiental		500.000,00	LIMPRUB/CEA
	Separação		500.000,00	LIMPRUB/CEA
	Coleta		500.000,00	LIMPRUB/CEA
	Destinação		500.000,00	LIMPRUB/CEA
			2.000.000,00	
7	Parque Linear Bamburral			
	Contrapartida BIOGÁS			
8	Implantação de Praças			
			500.000,00	
Total			48.125.420,00	

Tabela 1: Destino dos recursos obtidos pelos Créditos de Carbono – Aterro Bandeirantes.

Fonte: Apud Rizzi, 2011.

No âmbito legal, a instalação de um parque linear em Perús estava vinculada a um programa da gestão municipal do município de São Paulo, via Secretaria do Meio Ambiente intitulado “programa 100 parques”. O projeto tinha como fundamento a premissa de preservação das áreas verdes urbanas e a ampliação dos espaços públicos de lazer³³.

Segundo a secretaria, a implementação desse programa teve por objetivo proporcionar uma melhor distribuição desses equipamentos pela cidade, além de sua ampliação. Para isso, realizaram-se estudos de identificação e reserva de potenciais áreas destinadas tanto aos parques tradicionais – destacada biodiversidade com maciços vegetais e fauna local, delimitações para usufruto do tempo livre e lazer etc., preservação intensificada, com usos específicos e restritos –

³³ Apontaremos mais adiante que outros interesses estão em jogo como a retirada de moradias irregulares em áreas do município, evitar novas ocupações em certos espaços da cidade, reurbanizar áreas de interesses público ou privado, criar espaços para a bandeira política, etc.

ou os lineares – de formato característico, mais voltados ao saneamento e recuperação dos fundos de vale, reurbanização e lazer.

Desta maneira, o parque linear de Perus estava respaldado politicamente por meio de um programa de governo, ligado a secretaria do verde e do meio ambiente e pelo discurso ambientalista que legitimava as ações diante a sociedade. A reivindicação da participação popular nas decisões locais acabaram sendo sobrepostas por essas ações e programas vindos de cima, especialmente por parte do poder público.

O projeto do Parque Linear Ribeirão Perus foi desenvolvido pela Fundação para a Pesquisa Ambiental da Universidade de São Paulo (FUPAM) e estabelece diretrizes no sentido resgatar algumas características naturais alteradas pelo intenso processo de urbanização que a cidade – neste caso o bairro - viveu no decorrer de seu desenvolvimento, firmando as bases de um uso “sustentável” por parte da população. Para seus autores, o parque possibilitaria a transformação das áreas ao redor do rio em “um espaço público vivo, democrático, com qualidade, socioambientalmente sustentável que responde aos desejos e demandas da comunidade envolvida” (FUPAM, p. 1).

A proposta coloca evidência a busca de outra forma de utilização de aspectos naturais, possibilitando a reconstituição e manutenção das características ambientais perdidas com o processo de urbanização, por meio do que se denomina por sustentabilidade. Porém, nunca é demais repetir que este discurso oculta a complexidade do sistema de produção capitalista e o conseqüentemente do processo de produção do espaço, este último produzido como mercadoria. Acreditamos que tal discurso é formulado no seio da própria reprodução do capital e dos interesses do Estado, constituindo-se como elemento fundamental na expansão do turismo, do consumo, da racionalidade e hierarquização do espaço.

É preciso salientar novamente que o projeto guarda um caráter extremamente técnico em todas as suas proposições, que desemboca em uma forma “ideal” de uso do espaço. Os representantes do poder público, ao apresentarem seus objetivos, destacam:

a equipe desenvolveu um projeto com soluções integradas de manejo da paisagem junto com engenharia hidráulica voltadas para o equilíbrio da percepção da água e do meio ambiente que busquem

uma resignificação de conceitos e valores nos espaços públicos (FUPAM, 2011, p.1).

A técnica, desse modo, é vista como a solução para os problemas existentes na sociedade, e, ideologicamente, passa a orientar racionalmente as ações de transformação do espaço. Práticas sócio espaciais mais democráticas são negadas à população; em nenhum momento se faz uma análise crítica do processo de produção do espaço que culminou, no caso estudado, em uma realidade segregada, fragmentada, hierarquizada e, muito menos, se propõe alterar as formas de uso e apropriação do espaço por meio de uma nova concepção de vida.

Ao comentar essa hegemonia da racionalidade técnica na produção do espaço, em que o arquiteto e o urbanista formalizam uma perspectiva de definir o modo de vida a partir do espaço construído, Lefebvre (2008) salienta:

não cabe ao arquiteto definir uma nova concepção da vida, permitir o indivíduo desenvolver-se num plano superior libertando-se do peso da cotidianidade. É uma nova concepção de vida que cabe permitir a obra do arquiteto, que ainda servira de condensador social, não mais das relações sociais capitalistas e da comande que as reflete, mas de relações em movimento e de novas relações em vias de constituição (p.93).

Entendemos que o urbanismo amparado pelo discurso da técnica, caracteriza-se como o mediador das ações de exploração e expropriação na cidade. Antes mesmo de destacar questões sociais relativas à urbanização precária de determinada região – como é o caso de Perus - prioriza-se um diagnóstico imediatista e uma ação que direciona o uso daquele espaço (com vista a maiores rendimentos), antes de pensar no processo de constituição daquela complexa realidade, cheia de contradições e descontinuidades. A solução, mais uma vez, é reservada à técnica e ao planejamento.

Ao fazer um diagnóstico da área prevista para instalação do parque, os elaboradores do projeto do Parque Linear Perus destacam que *“a área do parque é caracterizada por pontos isolados com processo de deterioração devido à pressão urbana com ocupações irregulares que se estabelecem nas áreas de APPs dos córregos”* (FUPAM, 2011, p. 1). E a diagnose continua,

as ocupações irregulares acontecem de forma desordenada impermeabilizando o solo eliminando completamente a vegetação causando com isso uma forte aridez urbana visual, e, devido a grande massa construída, o aumento da temperatura (FUPAM, 2011, p. 2).

Como se pode constatar, a população mais pobre é tida, nos ideários dos planejadores do parque linear, como responsável pela degradação do ambiente e pela desordem urbana, por isso as determinações do poder público caminham para a remoção desta população das áreas consideradas degradadas pela ação inconveniente dos mais pobres. Não é sem argumentos que, dentre as diretrizes de elaboração do projeto do Parque Linear, a todo o momento, enfatizam-se questões de cunho ambiental como uma finalidade ecológica-ambiental: a preservação da flora e da fauna, a conexão de fragmentos florestais, a valorização dos córregos etc. Os aspectos sociais aparecem somente quando se enfatiza os usos que aquele “empreendimento” pode oferecer à população, e como as ações irão solucionar os problemas ocasionados pelo processo de ocupação irregular do terreno.

Assim, nessa mesma direção, a violência do processo atual de urbanização, apoiado por uma tecnocracia alienada das reais determinações de sua ação é tão grande, que permite aos elaboradores do projeto apontar que o processo de deterioração é devido à “pressão urbana” com ocupações irregulares nas áreas dos córregos. A população que ocupa essas áreas de forma irregular é responsabilizada, pois suas atitudes e comportamentos “inadequados” acabam *“impermeabilizando o solo, eliminando completamente a vegetação, causando com isso uma forte aridez urbana visual e, devido a grande massa construída, o aumento da temperatura”* (FUPAM, 2011, p. 2). Ou seja, os conteúdos e contradições sociais do processo de produção do espaço urbano como, por exemplo, o problema do acesso à terra na cidade, é abstraído.

Durante o processo de pesquisa para este estudo, foram realizadas algumas entrevistas com moradores de Perus com o intuito de verificar qual a percepção que tinham em relação à vida no lugar em que estão inseridos, na tentativa de desvelar o que sabem sobre as políticas públicas de intervenção no bairro (em especial a construção do parque linear), quais os principais entraves e as possibilidades que esta localidade oferece.

Em relação às políticas públicas, os entrevistados mostraram não possuir muitas informações sobre o que acontece no distrito, como é o caso da elaboração e aplicação de um Plano de Bairro, ou mesmo a construção de um hospital ou terminal de ônibus previstos neste instrumento. Geralmente, a maioria dos entrevistados possuíam referências longínquas sobre os temas, de ouvir falar, nunca com certeza, o que aponta para o baixo grau de interlocução entre o poder público e a população.

Sobre o parque linear, os entrevistados que conheciam o projeto, em sua maioria, consideravam que as transformações viriam a beneficiar a vida da população, em seus dizeres: *“beneficiando a natureza”*, ou *“diminuindo as inundações que acometem a região”*, porém *“causaria uma série de desapropriações”*.

Com as entrevistas foi possível apreender a opinião de um dos moradores que participa de movimentos sociais. Para ele, a construção do Parque Linear Perus iria desalojar um dos principais coletivos culturais do lugar, o Quilombaque, além de muitos moradores. O entrevistado ressalta a falta de diálogo na elaboração do projeto que, em sua avaliação, pecou por não levar em consideração a opinião da população local. Contudo, ele ressalta que não é contra a construção do parque, mas sim quanto a forma em que foi feito o projeto, desconsiderando a participação de agentes locais.

Nesse sentido, entendemos ser essencial a discussão em torno da participação da população nas políticas de intervenção territorial por parte do poder público. E mais, considera-se essencial que algumas questões devam guiar essa discussão: o que significa esse tipo de participação no processo de gestão territorial? Quais instrumentos existem para efetivar esta participação? Como garantir a participação em um movimento que tende a alienação do homem em relação ao seu lugar de morada?

5. A RESISTÊNCIA SOCIAL E A BUSCA DE NOVAS PRÁTICAS ESPACIAIS.

Durante toda movimentação em torno da construção do parque linear em Perus, grupos organizados e a população diretamente envolvida, passaram a questionar os reais interesses dos proponentes do projeto. Consolidou-se um interessante movimento que passou a estudar os impactos e as alternativas às ações propostas, evidenciando aspectos contraditórios presentes.

Esse movimento que inicialmente tinha como objetivo indagar sobre os reais objetivos presentes no projeto do parque linear, principalmente junto às pessoas e instituições diretamente envolvidas no projeto, passaram a organizar diversos outros grupos relacionados a cultura e a educação, no sentido de pensar a cidade, o bairro e as ações do poder público, e também nas possibilidades inerentes aos próprios grupos sociais no sentido de articular teoria e prática, ao proporem uma vida melhor para a população.

Desta maneira, evidenciaremos a partir de agora, alguns aspectos relativos à esfera social no que tange à participação, notadamente explicitando as contradições, confrontos e conflitos apresentados ao longo do processo de produção do espaço.

A prática espacial oferece os elementos para se pensar a produção de um espaço social, não se restringindo a produção física e material da cidade, mas que se relaciona dialeticamente com a programação da vida cotidiana que reproduz as relações sociais capitalistas.

Para Lefebvre, o espaço é constituído por uma tríade de aspectos que reúnem o vivido (espaços de representação), o percebido (prática espacial) e o concebido (representações do espaço). O presente estudo forneceu subsídios para discutir aspectos da produção do espaço enquanto espaço concebido (representações do espaço), que para Lefebvre (1973), tem um alcance considerável e uma grande influência na produção do espaço. Mas como isso acontece? Pela Construção, ou seja, pela arquitetura concebida não como a edificação de imóveis isolados, palácios, monumentos, como um projeto inserido em um contexto espacial e em uma textura, fazendo emergir “representações” que se perdem no simbólico ou no imaginário da população de um modo geral (Lefebvre, 1973, p. 72). Entretanto, ao considerar os três elementos para compreensão de importantes níveis constituintes do espaço, o próprio autor pede cautela ao se

trabalhar com tais conceitos de maneira distinta, justamente por dissociar a unidade do espaço produzido. Para o autor:

As relações entre esses três momentos – o percebido, o concebido, o vivido – nunca são simples, nem estáveis [...] Esses momentos e suas conexões cambiantes são coincidentes? Sim, e contudo mal conhecidos. Pode-se declará-los “inconscientes”? Não, pois geralmente são ignorados, e a análise os retira da sombra, com risco de equívoco (LEFEBVRE, 1973, p. 77)

Assim, devemos interpretar essas colocações como os movimentos do método apresentado por Lefebvre, em que o processo (global) não pode ser perdido de vista, ou seja, a produção do espaço. Porém, a compreensão das diferenças, cada qual à sua maneira, apresenta possibilidades de problematizar os diferentes momentos da produção do espaço. Se em um primeiro momento partimos em direção a uma crítica das representações do espaço, então podemos concluir de maneira sucinta, uma abordagem que leve em consideração a prática espacial e os espaços de representação.

Trabalhamos com a tese de que no atual momento de reprodução capitalista, o parque linear, envolto pelo discurso do desenvolvimento sustentável (representações), conduz a um movimento de valorização do espaço, aprofundando ainda mais a segregação em uma já vulnerável periferia. Assim, movimentos contrários ao proposto ou imposto pelos agentes do Estado e pelo poder econômico, emergem como resistências a este processo. O que se verifica é que apesar de todo aparato institucional, acadêmico, técnico, dos meios de comunicação e do Estado, sobre a designada sustentabilidade urbana como caminho para uma vida urbana melhor para todos, a reprodução da vida, as práticas sócio espaciais que se realizam no plano do cotidiano, contém a possibilidade de negação deste processo e iluminam os movimentos de resistência que buscam apropriar-se do espaço urbano.

Odete Seabra aponta que a cidade, constituída como produto e condição da história, possui alguma coisa a mais que os fatores produtivos que reúnem em si, e que isto faz aflorar um conflito ou uma contradição entre o caráter social desta produção e a produção privada dos lugares.

Assim, ao desvendar esse movimento de resistência surgido a partir das discussões e ações impulsionadas pelo advento do projeto de instalação de um

parque linear em Perus, acabou por agregar não apenas as demandas pontuais relativas ao parque, mas uma discussão maior em torno dos rumos da cidade e a obtenção de direitos em uma periferia de uma metrópole.

Nesse sentido, é importante apresentar o histórico de lutas sociais existentes em Perus, desde a luta sindical dos Queixadas em torno da Fábrica de Cimento e suas lutas operárias até os novos movimentos culturais e educacionais do bairro, envidando esforços para saber como estas práticas de resistência possibilitam construir uma visão desalienante em relação a cidade.

5.1. OS MOVIMENTOS SOCIAIS EM PERUS: QUANDO A RESISTÊNCIA PROPÕE CONHECER A CIDADE.

O projeto do parque linear para o Ribeirão Perus, ao ser apresentado à população como um parque urbano e que traria benefícios ambientais para a população além de mais opções de lazer, pela força ideológica do discurso que o amparava, acabou inicialmente por trazer resistência por parte da população, isso por se tratar de uma intervenção urbana com um impacto considerável.

Algumas peças soltas (grupos organizados) que se encontravam à margem de todo processo, acabaram por construir um importante movimento que não se limitou a discutir os impactos e as contradições do parque, mas construiu novas formas de entendimento da vida urbana, o papel do cidadão etc., de modo a constituir uma crítica profunda às formas tradicionais de participação popular nas decisões dos rumos que as políticas públicas urbanas tomam.

Dentre as peças que impulsionaram essa movimentação, destacamos alguns elementos: em primeiro lugar a participação da população (mesmo que limitada) na elaboração e condução do projeto do referido parque, o que, para os sujeitos contrários ao projeto, tem sido demasiado insuficiente e direcionada; em segundo lugar, salienta-se a importância dos questionamentos e mobilizações de alguns movimentos junto da população diretamente envolvida pelo projeto (principalmente os moradores alvos de futuras remoções); por fim, acreditamos que a história de lutas sociais presentes em Perus, contribuiu para construir um movimento que agregou diversas frentes de mobilização.

A questão da diminuta participação popular em deliberações políticas, mesmo em decisões de impacto considerável, já era pauta recorrente nas discussões locais, tanto as teóricas quanto da atividade política propriamente dita. Entretanto, é necessário destacar a existência de mecanismos que contribuem ainda mais para desarticular e desinteressar grande parte da população em determinados momentos, principalmente quando da realização de debates por meio de reuniões e das audiências públicas.

Retomamos a crítica feita por Rizzi (2011) que realizou estudos por meio de depoimentos e pesquisas documentais que comprovam um direcionamento da questão da participação popular em discussões de interesse local. Um exemplo claro se relaciona ao destino dado aos recursos do crédito de carbono (que exige a participação popular local como exigência para utilização dos recursos). Na maioria das vezes, como aponta o autor, a presença da população na discussão sobre a destinação dos recursos foram apenas de caráter legitimador das ações por parte do poder público, que utilizou como quis as verbas até então recebidas.

Rizzi (2011) cita Vilaça para compreender o que acontece nessa relação entre participação popular e Estado:

Vilaça denuncia “a ilusão da participação” ao esclarecer que o vago conceito de “população” empregado “em debates públicos oficiais, convocados tanto pelo Legislativo como pelo Executivo” é intencionalmente utilizado para se evitar o uso de termos mais adequados como “classes sociais ou setores ou grupos”. (RIZZI, 2011, p. 40 – 41).

Desta maneira, há uma crítica a omissão da posição de classe dos indivíduos envolvidos e afetados pelas políticas públicas. O papel histórico dos sujeitos é ideologicamente eliminado, submetendo-os às implicações das classes dominantes.

Diante deste cenário, vemos políticas importantes serem aprovadas e efetivadas com o “selo de garantia” da participação popular, mas o que se verifica de fato é um direcionamento e seleção desta participação, fato destacado por Rizzi em seu estudo.

A pouca participação quanto a tomada de decisões em relação ao parque linear de Perus também foi verificada por meio das entrevistas realizadas para esta pesquisa.

Não podemos afirmar categoricamente que a população de Perus não foi avisada sobre as audiências públicas e reuniões, e contestar as afirmações dos proponentes que afirmam ampla participação popular, pois o número de entrevistados inviabiliza tal crítica, mas os indícios que encontramos com as entrevistas, junto aos movimentos sociais e participando de eventos como as audiências etc, nos faz concordar com a crítica feita por Rizzi e Villaça.

É importante informar que durante um dos trabalhos de campo realizado em 2015, os moradores das áreas a serem comprometidas pelo parque, afirmaram que as reuniões sobre as remoções e a implantação do parque não estavam mais ocorrendo, o que também mostra uma desmobilização dos moradores mais humildes, embora as tramitações legais continuaram ocorrendo junto a prefeitura³⁴. Nos depoimentos dos moradores que serão afetados pela instalação do parque linear apreendeu-se o questionamento sobre a necessidade das remoções para a implantação do parque, reafirmando, muitas das vezes, que não eram contra o parque, mas contra as desapropriações que sua implantação iria ocasionar.

Um dos principais grupos envolvidos nas discussões sobre a instalação do parque foi o Coletivo Cultural Quilombaque³⁵, que teria sua sede removida. A Quilombaque foi fundamental para organizar uma força de resistência junto às pessoas afetadas e outras organizações de Perus e de fora, com destaque também para um grupo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU USP) que, a partir de contato com a Quilombaque, se uniu com tais movimentos para discutir os impactos que tal projeto traria.

É necessário ressaltar a importância que tem os coletivos culturais criados nas periferias da cidade de São Paulo, inclusive em Perus, que, geralmente, sem

³⁴ No dia 28 de Agosto de 2015 a prefeitura de São Paulo noticiou “Siurb (Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras) abre licitação para obras do córrego Ribeirão Perus”, afirmando ainda que “a obra prevê, ainda, a construção de um Parque Linear, além de servir como nova área livre para lazer da população, aumentará o tempo de escoamento da água da chuva, evitando uma vazão muito grande para o rio”. Pontua ainda que as obras terão financiamento do PAC. Disponível em: <prefeitura.sp.gov.br>. Acessado em: 15 Ago. de 2016.

³⁵ O Coletivo Cultural Quilombaque foi criado nos primeiros anos da década de 2000 e seus participantes, geralmente jovens, tem por objetivo o desenvolvimento de uma outra consciência, mais humana e solidária, utilizando como principal meio para que isso ocorra a produção artística. Atualmente a proliferação de coletivos culturais pela cidade é digna de nota. Trata-se de um fenômeno de organização social e cultural que se espalhou pelas periferias da cidade, merecendo atenção por parte de muitos agentes, dentre eles os pesquisadores acadêmicos, de modo a entender tal acontecimento – claro que não em um sentido predatório, mas para contribuir para o seu fortalecimento.

incentivos públicos ou empresas privadas, se articulam de diversas formas para promover uma a inclusão cultural da população das periferias da cidade.

Os Coletivos Culturais agrupam atividades de teatro, dança, poesia entre outras linguagens e que marcadamente se mostram como grande resistência a toda sorte de opressão vivida nestas localidades, propondo alternativas de vida, principalmente para os jovens. O Coletivo Cultural Quilombaque de Perus é um desses coletivos muito ativo, e que utiliza as linguagens artísticas como base para articulações culturais. O grupo também se insere em uma ampla movimentação política. Além deste coletivo, podemos citar Grupo de Teatro Pandora, o ateliê Abaruanda que trabalha com o tema da mulher a partir da moda Artiféria, coletivo de mulheres que produz artesanato, o Perusferia que atua com o Hip Hop, dentre outros.

Desta maneira, muitas reuniões, encontros, estudos se sucederam entre esses diferentes grupos para discutir a questão do parque linear. Como consequência das mobilizações sociais desses segmentos de Perus, em 2011, a partir do encontro com Núcleo de Estudos da Paisagem (NEP) do LABCIDADE (FAU USP), sob a coordenação do Professor Euler Sandeville Júnior com lideranças locais, artistas e professores, em especial a Comunidade Cultural Quilombaque e o Grupo Coruja³⁶, foi criada a Universidade Livre e Colaborativa (ULC), que se constituiu em torno de ideias sobre a criação de um projeto educacional com atividades experimentais didático-pedagógicas.

A Universidade Livre e Colaborativa foi uma forma encontrada, a partir da parceria entre os movimentos sociais de Perus e o FAU/LABCIDADE, para agregar os grupos organizados de Perus pelas afinidades quanto às lutas pela melhoria da qualidade de vida na periferia e, fundamentalmente, para construir conhecimentos múltiplos dentre os diferentes grupos, principalmente a partir das lutas sociais do bairro.

A criação da ULC se agrega às ideias de que o conhecimento pode ser construído para além das instituições acadêmicas, sem que para isso se desconsidere a importância dos conhecimentos lá construídos. Nos debates acerca

³⁶ Organização com finalidades não lucrativas cujas ações originariamente são voltadas para a formação de lideranças das comunidades eclesiais de base, e hoje voltada para organizações no campo da educação formal e informal.

da parceria com a universidade na pessoa do Prof. Euler Sandeville Junior, foram definidos meios para a construção de conhecimento de modo compartilhado.

Importantes ações foram pensadas e articuladas a partir do novo momento de reflexão conjunta. Nas oficinas/disciplinas ministradas para alunos universitários e para a comunidade em geral, foi proposta a discussão sobre os planos das políticas públicas para Perus e, de forma crítica, se propunha a argumentação a favor das necessidades evidenciadas nos estudos, como a questão da moradia, cultura, saúde etc. Foi proposto, então, a participação dos alunos/moradores nos fóruns de discussão sobre a revisão do plano diretor que estava ocorrendo naquele momento, articulando ativamente propostas para melhoria do bairro.

Foram organizados seminários e debates cujo objetivo era discutir os planos e projetos previstos, dentre eles: o Plano de Bairro, o parque linear, o plano diretor estratégico e o plano regional.

Foi no contexto de revisão do plano diretor que se propôs a criação do Território de Interesse da Cultura e da Paisagem (TICPIC) em Perus, algo muito importante que acabou sendo incorporado ao Plano Diretor depois de muita luta.

Outra ação efetivada a partir da ULC foi o fortalecimento do movimento a favor da reapropriação da antiga fábrica de cimento para que lá seja criado um centro de cultura do trabalhador. Além disso, formalizou-se um grupo de educação com professores da rede pública que passaram a discutir a importância de toda essa movimentação para a educação formal dos jovens do bairro.

É importante dizer que a comunidade de educadores e artistas de Perus, antes mesmo da presença da universidade (FAU/USP) já produzia ações mobilizadoras para o desenvolvimento local. A tradição vinda do movimento operário de Perus se firmou para além dos “muros” que separam o movimento sindical do restante da sociedade civil, perpassando pela maioria das lutas sociais de Perus mesmo com o fechamento da fábrica. Os trabalhadores que à época das movimentações operárias era identificada como a luta dos “Queixadas”, ainda é apropriada por todos aqueles que se inserem nos movimentos sociais, a luta pela subsistência que se dava por meio do trabalho, aquela que a duras penas e com muito suor e lágrimas era conquistada diariamente pelos operários e a luta pela

manutenção da memória e da história, se substanciando na construção de um Centro de História e Memória do Trabalhador.³⁷

Um documento arquivado no Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Cimento, Cal e Gesso, anuncia a luta pela criação do Centro Cultural dos Trabalhadores da seguinte maneira:

Cabe a princípio preservar a área habitacional, guardando ainda hoje suas características originais, onde residiram e ainda residem os operários ou seus descendentes.

Cabe também preservar as construções industriais da fábrica, com seus galpões, escritórios, oficinas, fornos, máquinas, equipamentos e ferramentas; seus pátios, guaritas, silos e plataformas; o refeitório e as áreas de lazer e recreação e as áreas esportivas. Tudo isso lembra onde e como viveram os “Queixada”.

E isso constitui a materialização, em espaços e objetos, de sua cultura e de sua herança.

Mas preservar não pode ser entendido, neste contexto, como congelar, manter intocável, inacessível, sagrado, pois tal conotação é totalmente estranha para todos aqueles que confundiram suas próprias vidas com as ações que desempenharam ali. Nada seria mais incoerente com a preservação da memória dos trabalhadores da Perus do que a mumificação das coisas para conservá-las.

Trata-se portanto de fazê-las hoje presentes naquilo que têm de mais vivo e dinâmico, retomando sua memória para que sirva de alicerce na construção da história que é e será. Neste sentido, cumpre pensar os prédios e espaços da velha fábrica como palco privilegiado daquelas atividades que contemplem tal perspectiva dinâmica. (Projeto Cultural para a Fábrica de Cimento ‘Perus’, 1991)

O movimento pela transformação da fábrica de cimento em Centro Cultural após o fechamento da fábrica continua sendo pauta de reivindicação da maioria dos movimentos envolvidos em lutas sociais relativos a cultura, educação e por melhores condições de vida. Recentemente a movimentação por parte de jovens da igreja católica – houve forte inserção da igreja católica no movimento operário da década de 1960 – tem levado para suas pautas organizativas a história de luta da população de Perus.

³⁷ Há um documento assinado por uma comissão chamada Pró-Centro de Cultura Operária-Perus, subscrevendo o documento: Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Cimento, Cal e Gesso de São Paulo, Associação dos Aposentados de Perus, Secretaria Municipal de Cultura, Centro Cultural “Ajuá” Perus, F.N.T. – Frente Nacional do Trabalho, SERPAJ Secretariado Nacional Justiça e Não Violência, Comunidades Eclesiais de Base-Perus, Advocacia Carvalho de Jesus, Grupo de Professores Perus e Grupo de Teatro “Se me deixam falar” – Perus.

É preciso evidenciar a importância e envolvimento das escolas do bairro na luta pela transformação da fábrica em centro de cultural, principalmente a partir da década de 1990, especialmente as escolas municipais: concursos criados por instituições que apoiavam as iniciativas, caminhadas ecológicas promovidas pela comissão Pró-Centro de Cultura Operária, uso de textos de jornais e panfletos que circulavam no bairro para trabalhos escolares etc., passaram a integrar os conteúdos escolares, mostrando haver grande porosidade entre as demandas dos movimentos sociais com a escola. Nesse sentido, como salienta a professora Maria Helena Bezerra (2002), pode-se dizer que as reivindicações em torno da fábrica se tornou também um conteúdo escolar, na medida em que a escola passou a ser vista a partir do seu grande potencial para transmissão dos anseios dos operários. Essa tradição percorreu o tempo e até hoje se pode encontrar muitas ações pedagógicas das escolas do bairro pautadas na fábrica e histórico de lutas do bairro.

Se considerados os últimos trinta anos detecta-se por meio de documentos e declarações dos moradores do bairro, a permanência mobilizações em variadas frentes: a criação do Centro Cultural Ajuá na década de 1980 constituído por jovens e antigos moradores, a criação de um fórum de debates e mobilizações a partir dos três eixos fábrica de cimento, Ferrovia Perus Pirapora e Parque Anhanguera, o Café Filosófico em parceria com a FFLCH (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo) que permaneceu por quatro anos promovendo encontros entre a população, alunos e professores da universidade e do bairro com a finalidade de manter viva a memória das lutas de Perus – o primeiro “Café” teve por tema o Direito à Memória.

Os coletivos culturais de Perus, constantemente organizam manifestações, saraus, apresentações musicais entre outras linguagens, remetendo sempre a resistência dos Queixadas como modelo de resistência. Recentemente, dois coletivos culturais, o grupo Pandora de Teatro e o Grupo de Hip Hop, ocuparam dois prédios pertencentes à prefeitura de São Paulo. Além da instalação do grupo teatral, os objetivos da ação visam a promoção de atividades culturais, aglutinando os jovens com interesses pelo teatro e pela música.

Vale destacar como aparelho de cultura e educação em Perus a relevância do Centro de Educação Unificado (CEU) na organização de eventos que buscam a revitalização das lutas operárias de Perus, da história e memória do bairro. Os

múltiplos espaços do CEU Perus são inúmeras vezes utilizadas para encontros para algum tipo de ação dos movimentos sociais de Perus.

No sentido aqui empregado, em que se verifica uma identidade de luta, destaca-se que essa movimentação que já ocorria em Perus passou a fazer parte das ações da UCL pelas circunstâncias do momento.

Pelo que se constatou por meio de vários documentos resultantes das pesquisas realizadas durante as disciplinas acadêmicas ministradas pelo Prof. Euler Sandeville Junior juntamente com estudantes e participantes de movimentos sociais de Perus (que também contou com a participação de outros professores da USP como o Professor da FAU Nabil Bonduki e as Professoras da Geografia USP, Simoni Scifoni e Sueli Furlan), destacou-se como referências metodológicas adotados pela ULC a Espiral da Sensibilidade e do Conhecimento (proposta desenvolvida pelo professor Euler Sandeville e que deu origem ao NEP) e a proposição da Firmeza Permanente, que fundamentou a histórica luta dos Queixadas na região pela construção de direitos, inspirada nos princípios da não-violência de Gandhi, Martin Luther King entre outros.

A expressão “Firmeza Permanente” adotada pela ULC como um dos seus princípios se ancora no lema utilizado pelos operários da fábrica de cimento na grande greve do final da década de 1960 e 1970. A estratégia dos operários em greve e da população de Perus e Cajamar – familiares, igreja católica etc - era a da ação política direta, constante e pacifista. Segundo Mário Carvalho de Jesus, advogado formado sob influência do grupo Economia e Humanismo Francês e da Juventude Católica (JUC e JOC), os Queixadas (movimento sindical nascido na Fábrica de Cimento Perus, do qual Jesus veio a ser advogado nos principais anos de ação do Sindicato, adotaram gradualmente os princípios da Firmeza Permanente, a partir de meados dos anos 1950, como forma de reação e construção de direitos decorrentes de “princípios do Evangelho e do “Princípios para Ação” do Padre Lebreton, do grupo Economia e Humanismo”: *“Éramos decididamente pacificadores e firmes nas atitudes”*. Esses princípios foram identificados por Jean e Hikdegard Goss, em visita a Perus em 1962, como os da não-violência. É possível apreender a ambiência daquele momento por meio das palavras do próprio advogado do sindicato:

Historicamente a não-violência renasceu com Gandhi, que se valeu dela para conseguir a independência da Índia; nos Estados Unidos o objetivo da não-violência era combater a discriminação racial, tendo Luther king como mártir; no Brasil, na América Latina, o objetivo inicial é pedir a aplicação de leis que estão em consonância com a declaração Universal dos Direitos do Homem (JESUS, 1992)

Na trama tecida pelo movimento dos operários em greve da fábrica de cimento, outros sujeitos se agregaram à luta e, segundo o líder João Breno, Jean Goss alterou a expressão não violência acrescentando a palavra ativa, ficando então "não-violência-ativa" (JESUS, 1992). Desse modo, também os Queixadas, desde 1973 passaram a utilizar o conceito para suas práticas de ação direta pacifista e não violenta, a "firmeza permanente". Vale destacar que todo movimento grevista dos operários da fábrica não se restringiu aos aspectos do trabalho, assumindo pautas vanguardistas como a luta pelo direito das mulheres, preservação do meio ambiente, educação e cultura entre outras.

É por meio de relatos de antigos moradores, em entrevista feita para este estudo com o Padre Matheus, padre em Perus desde 1975 até o final da década de 2000, com Sr. Sidnei Carvalho, presidente do Sindicato da Cimento Perus, Sr. Tião, ex trabalhador da Cimento Perus, que constatamos que toda mobilização operária e da população de Perus se desdobrou na formação de lideranças voltadas para outras lutas como as da educação, meio ambiente, cultura, direitos humanos etc.

A ULC, em seu surgimento, adotou como base conceitual uma interpretação da paisagem enquanto experiência partilhada, "vivenciada em um presente e herdada de longos processos naturais e do trabalho humano" (Sandeville Jr. 2005). Tais princípios teórico-metodológicos foram elaborados pelo Prof. Euler Sandeville e estão expressos em seus textos e no conteúdo de seu site Espiral da Sensibilidade³⁸.

³⁸ Segundo consta do site "A Espiral da Sensibilidade e do Conhecimento", criada em 2002, é um projeto poético, não-disciplinar. Nesse sentido, o conhecimento e o aprendizado são entendidos como uma construção partilhada de saberes e práticas, envolvendo de forma especial a sensibilidade expressa nas realizações artísticas. As ações da Espiral da Sensibilidade são definidas pela criatividade (sensibilização), investigação (construção), participação (integração solidária), compromisso social (ação efetiva), alegria e afetividade (vivência estética e ética).

Definiu-se como região de abrangência das ações a serem realizadas os Distritos de Perus, Anhanguera, (pertencentes a Subprefeitura de Perus), e ainda o Distrito de Jaraguá (Subprefeitura de Pirituba), no setor noroeste do município de São Paulo. A definição territorial - ainda em processo de definição - se deu em concordância entre os vários grupos componentes (grupos organizados) da ULC. Levando-se em conta aspectos importantes de várias ordens, tanto em âmbito local quanto regional.

Muitos debates ocorridos entre os participantes de vários movimentos sociais em várias oportunidades a partir a partir de 2011, levaram a definição da área de abrangência no que diz respeito à sua ação direta em conjunto com tais organizações populares. Definiu-se entre os distritos de Perus e o de Pirituba um conjunto ambiental e cultural que se destaca por algumas peculiaridades, promovendo uma conectividade entre as áreas. A seguir são destacados os pontos e referências que provocaram a delimitação, ainda que provisória, desse território: Parque do Jaraguá, Serra da Cantareira, Parque Anhanguera, Fábrica de Cimento Portland Perus, Ferrovia Perus-Pirapora, Sindicato Queixada, Aldeia Guarani no Parque Jaraguá em Terra Indígena demarcada pela FUNAI desde 2013, a Estação de Trem Perus, Cemitério Dom Bosco, conectados pela bacia do ribeirão Perus desde o Juqueri até ao Pinheirinho d'Água e outros parques previstos ou existentes nas bacias do Ribeirão Perus e Cabuçu de Baixo. Faz-se referência também à existência de várias pedreiras no território, como a Pedreira Juruaçu do grupo Embu e a Pedreira Basalto, juntamente com áreas de recuperação ambiental, a existência do Aterro Bandeirantes, hoje desativado, as cavas de ouro na região do Jaraguá e Morro Doce, cujo período de mineração data do final do século XVI e início do XVII.

Estudos recentes têm evidenciado a importância do complexo de paisagem representado por toda área de mineração para a produção de cimento e pela estrada de ferro Perus-Pirapora localizadas nos municípios de Caieiras e Cajamar, além do Parque do Juquery, localizado no Município de Franco da Rocha.³⁹

³⁹ O Parque Estadual do Juquery foi criado em junho de 1993 através do Decreto nº 36.859, por ter presente em seu território remanescentes de vegetação nativa, tendo em vista a necessidade de preservação das áreas de Mananciais do Sistema Cantareira. Em 1989 todo o conjunto arquitetônico, projetado pelo arquiteto Ramos de Azevedo, o acervo documental e a área verde da fazenda foram tombados pelo CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo.)

Toda essa movimentação em torno do entendimento do território durante a realização das disciplinas acadêmicas ministradas pelo Prof. Euler Sandeville Junior, provocaram a inserção dos movimentos sociais de Perus e da ULC nas discussões sobre a elaboração do Plano Diretor da Cidade de São Paulo.⁴⁰

A delimitação paisagística do território já referido há pouco neste estudo, acabou por se colocar como proposta de inserção no Plano Diretor da Cidade de São Paulo com a criação do TICP (Território de Interesse Cultural e da Paisagem). O Prof. Euler Sandeville Junior da FAU/USP desempenhou o papel central na organização e participação dos debates sobre o plano diretor juntamente com muitos participantes dos grupos organizados de Perus, na definição do que seria este novo instrumento de gestão da cidade a ser inserido no novo plano.

Segundo o que consta da redação do novo plano diretor, dentre os principais objetivos dos TICP estão a

promoção de iniciativas culturais, de educação e do meio ambiente consubstanciados em incentivos urbanísticos e fiscais em áreas que concentram atividades, espaços e instituições culturais que se mostram articuladas por inúmeros aspectos – ambiental, social, cultural etc. –, evidenciando elementos da memória e a identidade da cidade, potencializando o surgimento de pólos de atratividade social, cultural e turística (Plano Diretor Estratégico, 2014).

Na revisão do Plano Diretor foram criados dois TICP: o Paulista/Luz, no centro do município e o Jaraguá/Perus, na zona norte, significando uma grande conquista para os movimentos sociais de Perus e também para a ULC. Todos os esforços na elaboração conceitual do TICP mostram a produção de um conhecimento importante gerado em parceria entre a universidade e movimentos sociais organizados em Perus.

A vivência em torno da criação desse instrumento de gestão da cidade evidenciou, sobretudo, que o conhecimento pode ser construído de forma partilhada,

⁴⁰ Trata-se de um substitutivo do Projeto de Lei 688/13 que trata da revisão do Plano Diretor Estratégico de São Paulo, aprovado em 2016. O prefeito da cidade de São Paulo encaminhou à Câmara Municipal o substitutivo com a alegação da necessidade de propor reformas urbanísticas que resultassem em propostas para o que se denominou de desenvolvimento sustentável. A revisão do referido projeto de lei contou com a consulta à população sobre os mais diversos temas que envolviam a remodelação da organização da cidade principalmente por meio de audiências públicas, contemplando cinco dimensões: ambiental, social, econômica, imobiliária e cultural.

por meio do diálogo entre os diferentes sujeitos, em momentos em que são explicitados saberes e experiências, a história da região, aspectos naturais e a memória viva dos moradores, suas práticas culturais e lutas, a articulação entre questões locais e regionais.

É importante destacar que, quando pensada pela ULC, a ênfase na questão local e regional não visou, em nenhum momento, constituir nem exacerbar formas de localismo primário, mas de diálogo e de ampliação da experiência no conjunto de possibilidades da cidade e da cultura. Deve-se observar, ainda, que a pauta de reivindicações para a área é complexa e dinâmica, assim, não pode ser alcançada todas ao mesmo tempo, nem por grupos isolados, ela exige um longo tempo de maturação, reflexão e cooperação. Desta maneira, consideramos que a resistência construída não pode se restringir a metas que se pretende atingir, mas se constitui enquanto uma experiência processual e continuada.

6. Considerações

O presente estudo buscou compreender alguns aspectos do processo de produção do espaço urbano, a partir de um fragmento da periferia da cidade de São Paulo, que neste caso, pontuou como objeto as implicações da implementação de um parque linear em Perus, distrito da cidade de São Paulo.

O trajeto percorrido na concretude deste trabalho, procurou explicitar as reflexões desenvolvidas durante o período presente no mestrado, em que momentos enriquecedores de diálogos e debates foram essenciais. Desta maneira, por meio da bibliografia consultada, da pesquisa documental e das observações realizadas em campo⁴¹, pode-se comprovar as hipóteses levantadas durante o trajeto da pesquisa, que compreende o parque linear enquanto uma política do espaço (urbanismo), assentado no discurso na sustentabilidade, que, nesse momento de reprodução baseado na financeirização do capital, tende a incorporar fragmentos da periferia como elementos de valorização, aprofundando a segregação sócio espacial.

Como forma de argumentação, iniciamos o trabalho contextualizando Perus enquanto periferia da cidade de São Paulo, relacionando-o ao crescimento da cidade de sua produção enquanto metrópole. A relação entre a consolidação da cidade enquanto um centro econômico e urbano, e Perus, está muito relacionado ao processo de industrialização que no início do século XX foi um elemento indutor importantíssimo para a urbanização. A Fábrica de Cimento em Perus, além de ser contribuir para o crescimento material da cidade (com seu cimento), incorporou a localidade aos elementos da vida urbana que se consolidavam naquele momento.

No seu movimento de formação de São Paulo enquanto metrópole, a distinção entre a produção de um centro economicamente forte, e uma periferia bastante deficitária em termos de infra estrutura, consolidou Perus como fragmento da grande periferia formada nos arredores da cidade. Passam a se fazer presentes em Perus elementos indesejados ao restante da cidade (principalmente nas áreas mais abastadas), que acentuam a desvalorização do lugar. Como exemplo desse

⁴¹ Devo salientar a proximidade com o objeto de pesquisa, como ex-morador de Perus, participante de movimentos sociais, que fortalece a partir da experiência de pesquisa, uma aproximação afetiva aos problemas vivenciados pela população local. Um dos objetivos ao elaborar um trabalho com esse, é contribuir para transformação social, levando em conta uma perspectiva prática e teórica, que possibilite assim a concretude da vida urbana a todos.

processo, pontuamos a importância do Cemitério Dom Bosco e do Aterro Sanitário Bandeirantes, ambos da década de 1970.

Mas para explicar a implantação de um projeto como o do parque linear em uma periferia como Perus, devemos entender o momento histórico que o próprio sistema capitalista se encontra, ou seja, associá-lo ao processo de financeirização do capital evidente nas últimas décadas, que possibilita a integração a produção do espaço a processos de reprodução do capital. Assim, as políticas de espaço, como proposta do Estado em associação ao capital privado, acabam por encontrar no urbano, possibilidades de valorização, como no caso estudado de implantação do projeto de implantação do parque linear em Perus.

Nesses termos que recorremos a obra de Robira (2012) para compreender esse movimento crítico de desvalorização/valorização como alternativa as crises evidentes no processo de reprodução do capital. Desta maneira, a partir de adequações a realidade encontrada em Perus e na projeção do parque linear (além de outras políticas territoriais vistas para essa área), que o classificamos enquanto um *território reserva*.

Entretanto, um dos elementos fundamentais que possibilitou a inserção desse fragmento da periferia a circuitos de valorização, é a noção de sustentabilidade, que na atualidade se constituiu como um dos principais elementos discursivos de desenvolvimento, e foi incorporado como base ideológico nos argumentos para implantação das políticas por parte do Estado.

Vale recorrer ao argumento de Damiani (2009), que diz:

A noção de sustentabilidade, que atravessa a ciência, como ciência ambiental, o discurso administrativo oficial, novos projetos urbanísticos internacionais [...], refaz o ideário da busca do equilíbrio e da ordem, num reconhecimento do estado crítico da sociedade, mas numa versão reformista de sua superação (p. 313).

Para verificar esse movimento onde o urbanismo recorre a estratégia da sustentabilidade como forma ideológica de alcançar uma aceitação consensual dos envolvidos, como no caso do parque linear Ribeirão Perus, estudamos os diversos planos propostos para Perus e região, mais especificamente, o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, o Plano Regional Estratégico e o Plano de Bairro.

Cabe assim salientar como essas práticas urbanísticas, pautadas na ordem e no endeusamento da técnica, nos dizeres de Damiani (2009), “alimentam a ideologia da urbanização desordenada, que expõe a pobreza urbana como anomalia, passível de correção, no limite, através de um instrumento na essência técnica” (p. 329). Não bastasse a centralidade ser negada a classe trabalhadora da periferia, os projetos e plano evidenciam na verdade, mecanismo de controle do uso do espaço e de programação da vida cotidiana, no intuito de fortalecer as formas de valorização e reprodução do capital.

Para argumentar as afirmações aqui pontuadas, recorreremos as remoções sempre presentes nos planos e projetos, como evidenciamos no projeto do parque linear em Perus. Tais mecanismo, aqui fortalecido pelo discurso da sustentabilidade, acabam por aprofundar a segregação socioespacial. Novamente recorreremos a Damiani (2009), que pontua,

A inclusão de territórios de uso da população proletarizada, sob o avanço dos processos de capitalização e valorização do espaço e do ideário da sustentabilidade, como seu adorno, conveniente, expõe essa população a formas de expropriação compulsórias; a indicação de seu reassentamento na área de entorno, na maioria das vezes, não se concretiza e, quando o faz, essa mesma população tem dificuldades na manutenção da nova condição, pelos custos adicionais cotidianos que ela representa, como conta de água e luz, na substituição da condição de favelada pela de moradora de conjuntos habitacionais, por exemplo (p. 336)

Contudo, os conflitos aqui evidenciados não passam batido pela população, que mesmo envolvidos por essa complexa trama, encontram na dureza de suas vidas as contradições, e passam a lutar por espaços.

Em Perus, onde historicamente há a presença de um forte movimento social, e que ainda hoje se destacam coletivos culturais e movimentos sociais, a consolidação do parque acabou sendo contestada por moradores que reivindicavam a não remoção das famílias, além de maior participação no planos e projetos evidentes para o distrito. Nesse contexto, organiza-se um movimento que se firma no sentido de possibilitar aos moradores conhecer instrumentos necessários para pensar a cidade e o lugar que vivemos. Surge a Universidade Livre Colaborativa, com a integração de alguns movimentos sociais e culturais, que pretendeu

formalizar uma outra forma de organização, com uma ênfase tanto prática como teórica.

Como resultado, podemos pontuar tanto debates, oficinas e ações interessantes no sentido de compreender o local, quanto ações junto a revisão do Plano Diretor, para pontuar algumas de suas demandas, que culminou na criação do Território de Interesse da Cultura e da paisagem.

Longe de esgotar o debate, apresentamos neste trabalho um caminho possível para compreender as contradições da produção do espaço urbano, que assentado no urbanismo, dita os caminhos pelo qual o urbano deve aparecer. Entretanto, seguindo o sentido posto por esta pesquisa que aspira uma crítica as representações do espaço e sua homogeneização, acreditamos que somente a prática social, visto como luta urbana, associada a análise crítica da realidade, possibilita construir elementos de contestação e superação das condições atuais. O espaço se tornou, como salienta Henri Lefebvre, estratégico para reprodução do capital e das relações sociais de produção, mas a cidade, centralidade por excelência, nesse contexto representa um lugar crucial para a construção de uma sociedade mais justa, ou, nos dizeres do próprio Lefebvre, de um espaço diferencial, que se opõe ao homogêneo e contempla o uso do espaço.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVAREZ, Isabel Aparecida Pinto. *As políticas contemporâneas e a reprodução do capital e do urbano*. In.: Revista Cidades. Volume 9, nº 16, 2012.

ALVAREZ, Isabel Aparecida Pinto. *A segregação como conteúdo da produção do espaço urbano*. In.: VASCONCELOS, P. A.; CORREA, R. L.; PINTAUDI, S. M. A cidade contemporânea. São Paulo: Ed. Contexto, 2013.

BERTOLOTTI, Frederico. Os conteúdos sociais da crise ecológica: a reprodução do espaço urbano e a ocupação da Guarapiranga. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

BEZERRA, Márcio Antônio Melhado. *A cimento Perus e a industrialização paulista e brasileira*. Trabalho de Graduação Individual em Geografia, São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1998.

BEZERRA, Maria Helena Bertolini. História e memória: A companhia de cimento Portland Perus e os movimentos sociais do bairro na prática pedagógica da escola municipal Candido Portinari. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo: São Paulo, 2002.

BEZERRA, Pedro Augusto Bertolini Bezerra. *Formas de Resistência na Periferia de São Paulo: o Bairro de Perus e a Força da Memória nos Movimentos sociais*. Trabalho de Graduação Individual em Geografia, São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2011.

BONDUKI, Nabil & FERREIRA, João Sette Whitaker (coord.). *Produto 3 Relatório – Instrumentos de Planejamento Urbano Ambiental do Sistema Municipal de Planejamento*. Projeto Pesquisa e Análise de Aplicação de Instrumentos em Planejamento Urbano Ambiental no Município de São Paulo. Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo – LabHab FAUUSP. Julho de 2006.

CHAUÍ, Marilena. *Cultura e democracia*. São Paulo: Contraz, 2011.

CHAVES, Marcelo. *Da periferia ao centro da capital: Perfil dos trabalhadores do primeiro complexo cimenteiro do Brasil*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Campinas, Campinas, 2005.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A condição espacial*. São Paulo: Contexto, 2011.

CHESNAIS, François e SEFATI, Claude. “Ecologia” e condições físicas da reprodução social: alguns fios condutores marxistas. In: Revista Crítica Marxista, nº 16, Mar. 2003. Disponível em <http://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/16chesnais.pdf>. Data de acesso: 2011.

DAMIANI, Amélia Luisa. Urbanização crítica e situação geográfica a partir da metrópole de São Paulo. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino. *Geografias de São Paulo: representação e crise da metrópole*. São Paulo: Ed. Contexto, 2004. p. 19 – 58.

DAMIANI, Amélia Luisa. *Urbanização crítica e produção do espaço*. In: Revista Cidades, volume 6, nº 10, 2009. p. 307 – 339.

DECRETO Nº 49.529. *Cria e denomina o Parque Linear do Ribeirão Perus*. 28/05/2008. Câmara dos Vereadores da Prefeitura do Município de São Paulo. Disponível no Diário Oficial do Estado de São Paulo. Data de acesso: 2012.

FRANCESCONI, Lea, Trabalho e indústria em São Paulo. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino. *Geografias de São Paulo: representação e crise da metrópole*. São Paulo: Ed. Contexto, 2004. p. 115 – 128.

FRANGIOTTI, Nanci. O espaço do carnaval na periferia da cidade de São Paulo. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo: São Paulo, 2007.

FUPAM. Parque Linear Ribeirão Perus: memorial descritivo. 2011. Disponível em: www.espiral.fau.usp.br. Data de acesso: jun. 2013.

GOLÇALVES, José Adilson. *Perus: a violência dos pacíficos. Uma nova arma para uma velha luta*. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1989.

HARVEY, David. O novo imperialismo. São Paulo: Boitempo, 2013.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2006.

HARVEY, David. *Los límites del capitalismo y la teoría marxista*. México: Fondo de Cultura Económica, 1982.

JESUS, Mário Carvalho de (Org). *Cimento Perus: quarenta anos de ação sindical transformando velha fábrica em centro de cultura municipal*. São Paulo: JMJ, 1992.

KOVARIK, Lucio. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

LANGENBUCH, Jurgen Richard. *A estruturação da grande São Paulo – estudo de geografia urbana*. Rio de Janeiro – IBGE, 1971.

LEFEBVRE. Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008a.

LEFEBVRE. Henri. *O direito a cidade*. São Paulo: Centauro, 2008b.

LEFEBVRE. Henri. *La production de l'espace*. 4ª ed. Paris: Ed. Anthropos, 2000.

LEFEBVRE. Henri. *De l'état*. Tome IV: Les contradictions de l'état moderne (la dialectique de l'état). Paris: UGE, 1977.

LEFEBVRE. Henri. *A reprodução das relações sociais de produção*. Porto: Edições Escorpião, 1973.

LENCIONE. Sandra. A metamorfose de São Paulo: o anúncio de um novo mundo de aglomerações difusas. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, nº 120. Curitiba: 2011. p. 133 – 148.

LEI Nº 16.050, de 31 de julho de 2014. *Plano Diretor Estratégico de São Paulo*. São Paulo: Prefeitura Municipal, 2014.

LEI Nº 13.430, de 13 de Setembro de 2002. *Plano Diretor Estratégico de São Paulo*. Disponível em <http://www.capital.sp.gov.br/portalmmsp/> Data de acesso: 2012.

LEI Nº 10.257, de 10 de Julho de 2001. *Estatuto da Cidade*. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10257.htm Data de acesso: 2012.

LIMONADE, Estaer. *A insustentável natureza da sustentabilidade*. Da ambientalização do planejamento às cidades sustentáveis. In Cadernos metrópole. São Paulo: v. 15, nº 29, 2013. p. 123 – 142. Disponível em: < Destino dos recursos obtidos pelos Créditos de Carbono – Aterro Bandeirantes>. Acessado em: 10 Abr. 2014.

MARTINS, José de Souza. *O cativo da terra*. São Paulo: Hucitec, 2004.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de. Conservação de áreas naturais em São Paulo. In: Estudos Avançados. São Paulo, v. 25, nº 71, 2011. p. 175 – 188.

SEABRA. Odete. São Paulo: a cidade, os bairros e a periferia. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino, *Geografias de São Paulo: representações e crise da metrópole*. São Paulo: Ed. Contexto, 2004. 271 – 311p.

SEABRA. Odete. *Urbanização e fragmentação: cotidiano e vida de bairro na metamorfose da cidade em metrópole, a partir das transformações do Bairro do Limão*. São Paulo: Livre-docência – FFLCH/USP, 2003. 397p.

SEABRA, Odete. *Os meandros dos rios nos meandros do poder: Tietê e Pinheiros: valorização dos rios e das várzeas na cidade de São Paulo*. São Paulo: Tese de Doutorado – FFLCH/USP, 1987, 303p.

SIQUEIRA, Élcio. *Companhia Brasileira de Cimento Portland Perus: contribuindo para uma história da indústria pioneira do ramo no Brasil (1926 - 1987)*. Dissertação (Mestrado em História Econômica). Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual de São Paulo, Araraquara, 2001.

PL 0331/2011. *Plano de Bairro do Distrito de Perus*. Lei complementar ao Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo. <<http://espiral.net.br/arquivos-BD-NW/Perus/planos-Perus/Plano-de-bairro-PERUS-PL0331-2011-1.pdf>> Acesso em: 2011.

PORTO-GONÇALVES, Carlos W. Geografia política e desenvolvimento sustentável. In Terra Livre. São Paulo: nº 11/12, 1996. p. 9 - 75.

RIBEIRO, Wagner C. Cidades ou sociedades sustentáveis: In: CARLOS, A. F.; CARRERAS, C. *Urbanização e mundialização: estudos sobre a metrópole*. São Paulo: Ed, Contexto, 2012. p. 60 – 69

RIZZI, Carlos Alberto. *O uso dos fundos de consumo: A dinâmica da expansão metropolitana da Cidade de São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

ROBIRA, Rosa Tello. Áreas metropolitanas: espaços colonizados. In: CARLOS, A. F.; CARRERAS, C. *Urbanização e mundialização: estudos sobre a metrópole*. São Paulo: Ed. Contexto, 2012. p. 9 – 20.

RODRIGUES, Arlete Moyses. A matriz discursiva sobre o “meio ambiente”: produção do espaço urbano – agentes, escalas, conflitos. In: CARLOS, A. F.; SOUZA, M; SPOSITO, M.E. *A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios*. São Paulo: Ed. Contexto, 2012. p. 207 – 230.

RODRIGUES, Arlete Moyses. *Problemática Ambiental = agenda política: espaço, território, classes sociais*. In : Boletim Paulista de Geografia. São Paulo: nº 83, 2005. p. 91 – 110.

VILLAÇA, Flávio. *As ilusões do plano diretor*. São Paulo: Edição do Autor, 2005. Disponível em: <http://www.flaviovillaca.arq.br/pdf/ilusao_pd.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2015.

ZIZEK, Slavoj. O espectro da ideologia. In.: ZIZEK, S. (Org.). *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2010.